



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

PAULO ROGÉRIO CALDEIRA DOS SANTOS

Representações sobre a LGBTfobia: uma análise das concepções na EPT no
Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

JAGUARI

2023

PAULO ROGÉRIO CALDEIRA DOS SANTOS

**Representações sobre a LGBTfobia: uma análise das concepções na EPT no
Instituto Federal Farroupilha (IFFar).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Daniela Copetti Santos

Jaguari

2023

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237r Santos, Paulo Rogério Caldeira dos
Representações sobre a LGBTfobia : uma análise das
concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) /
Paulo Rogério Caldeira dos Santos. - Jaguari, 2023.
140 f. : il.

Orientadora: Daniela Copetti Santos
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2023.

1. Homofobia. 2. Diversidade sexual. 3. Educação.
4. Igualdade de gênero. I. Santos, Daniela Copetti, orient.
II. Título.

CDU: 305:37

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

PAULO ROGÉRIO CALDEIRA DOS SANTOS

Representações sobre a LGBTfobia: uma análise das concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 08 de novembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA COPETTI SANTOS**
Data: 28/11/2023 07:23:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

—
—
Profª. Dra. Daniela Copetti Santos
Instituto Federal Farroupilha

Orientadora
Documento assinado digitalmente
 **TANIAMARA VIZZOTTO CHAVES**
Data: 28/11/2023 13:17:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

—
—
Profª. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal Farroupilha

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO DE OLIVEIRA DUARTE**
Data: 11/12/2023 18:09:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

—
—
Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Duarte
Universidade Federal de Santa Maria

PAULO ROGÉRIO CALDEIRA DOS SANTOS

Representações sobre a LGBTfobia: uma análise das concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 08 de novembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



DANIELA COPETTI SANTOS

Data: 28/11/2023 07:26:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniela Copetti Santos
Instituto Federal Farroupilha

Orientadora

Documento assinado digitalmente



TANIAMARA VIZZOTTO CHAVES

Data: 28/11/2023 13:13:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal Farroupilha

Documento assinado digitalmente



GUSTAVO DE OLIVEIRA DUARTE

Data: 11/12/2023 18:05:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Duarte
Universidade Federal de Santa Maria

Dedico esse trabalho primeiramente a meus avós que me criaram e educaram, para que eu pudesse me tornar o cidadão que hoje sou, dedico também às minhas madrinhas que sempre me incentivaram a almejar grandes voos, dedico aos amigos e familiares que sempre acreditaram em meu potencial e para aqueles que me têm como exemplo, dedico aos meus professores, nos mais diversos níveis de ensino, que ao notarem meus dons, sempre procuram dar incentivo para que eu me apropriasse do conhecimento, dedico principalmente à comunidade LGBTQIAPN+, que mesmo com todo o preconceito e discriminação, através de suas lutas e alegria, tornam esse mundo mais colorido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à força suprema que rege nosso universo e mantém a vida no mais perfeito equilíbrio.

Agradeço à minha orientadora, a Prof. Daniela pela paciência que teve em meus momentos de crise e por me ensinar a ter perseverança, obrigado pela sua dedicação, que fez muitas vezes deixar de lado seus momentos de descanso para me orientar.

Agradeço ao meu ex co-orientador, Vantoir, por me mostrar que muitas vezes as críticas nos dão força e ânimo para seguir em frente. À Prof. Taniamara, coordenadora do programa, por muitas vezes me ouvir e aconselhar e ao Éder, secretário do programa, por estar sempre disposto a me ajudar quando precisei, sua dedicação e empenho foram muito importantes para completar esse ciclo.

Agradeço aos meus amigos, em especial o Adielcio e o Bruno (Nety), que sempre que puderam, estiveram ao meu lado, nem que fosse apenas com um abraço ou palavra de conforto quando eu achava que não teria forças para continuar, graças a vocês eu cheguei até aqui.

Agradeço aos meus tios, Paulo e Santa, pelo carinho e compreensão durante essa jornada, por me incentivarem e torcerem pelo meu sucesso, sem vocês eu nada seria. Agradeço ao meu pai, Joaquim, que mesmo não fazendo a menor ideia do que eu estava fazendo (palavras dele), sempre acreditou no meu potencial e sempre esteve na torcida para que a vitória chegasse.

Agradeço aos meus compadres, Guilherme e Kamilla, por estarem sempre me apoiando e procurando maneiras que eu pudesse me distrair nos momentos de ansiedade, seu carinho foi impagável.

Agradeço aos demais amigos e familiares de que uma forma ou outra sempre procuraram dar uma palavra de incentivo, agradeço por compreenderem minha ausência e distanciamento durante esse longo período de estudos, peço perdão por cada jantar, festa de aniversário, convite para sair, para os quais me fiz ausente, sei que vocês sabem que não foi por má vontade, a causa era por um bem maior, e mesmo vocês sabendo que minha ausência nesse período seria certa, mesmo assim, nunca deixaram de me convidar.

Agradeço por fim ao IFFar, pela oportunidade de concretizar esse sonho, aos meus Diretores e chefes sistêmicos e ao PIIQP, pela bolsa de estudos concedida, que foram de grande valia para minha profissionalização.

“Nada no mundo é mais perigoso que a ignorância”.

(Luther King, 1968)

RESUMO

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), dentro da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Parte-se do pressuposto que a escola, por ser um ambiente de pluralidades, fica impossibilitada a hipótese de negar a existência da homoafetividade em seus espaços, ao mesmo tempo que, por se tratar de um ambiente de acolhimento e respeito às diferenças, necessita ser um ambiente livre de preconceito e discriminação. Neste sentido a presente pesquisa teve por objetivo conhecer as representações constituídas no IFFar, com relação às pessoas LGBTQIAPN+. A metodologia utilizada teve fundamentação na abordagem qualitativa, valendo-se também dos métodos descritivos e exploratórios, com destaque na modalidade “Relatos de experiência”. A finalidade desta pesquisa foi:

- a) Identificar e compreender as políticas institucionais desenvolvidas no IFFar e outras ações que acontecem para potencializar a igualdade democrática e respeito às diferenças;
- b) Analisar as concepções existentes nos documentos institucionais, e conhecer o trajeto formativo de pessoas LGBTQIAPN+ na Instituição pesquisada, compreendendo como tem ocorrido o acolhimento/atendimento para essa população
- e c) Elaborar um produto educacional visando a participação desta comunidade nos diversos níveis do ensino, garantindo-lhes que todos os direitos por eles adquiridos sejam respeitados, e que conscientize a comunidade escolar para o respeito às diferenças.

A pesquisa apontou como principais resultados a existência de LGBTfobia nos campus, porém de forma não explícita, a inexistência de protocolos para lidar com casos de LGBTfobia e uma diversidade de ações de ensino para tratar da temática. Mediante os resultados evidenciados podemos concluir que a existência de um núcleo voltado especificamente para as causas de gênero e diversidade sexual, é de extrema relevância para o combate às discriminações e construção de uma sociedade mais tolerante.

Palavras-chave: Diversidade; Educação; Homoafetividade

ABSTRACT

This work is research developed within the scope of the Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) of the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha (IFFar), within the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional Education and Technology (EPT). It is assumed that the school, as it is an environment of pluralities, makes it impossible to deny the existence of homoaffectivity in its spaces, at the same time that, as it is an environment of acceptance and respect for differences, it needs to be an environment free from prejudice and discrimination. In this sense, the present research aimed to understand the representations constituted in IFFar, in relation to LGBTQIAPN+ people. The methodology used was based on a qualitative approach, also using descriptive and exploratory methods, with emphasis on the "Experience reports" modality. The purpose of this research was: a) Identify and understand the institutional policies developed at IFFar and other actions that take place to enhance democratic equality and respect for differences; b) Analyze the concepts existing in institutional documents, and learn about the training path of LGBTQIAPN+ people in the Institution researched, understanding how reception/service for this population has occurred and c) Develop an educational product aimed at the participation of this community at different levels of education, ensuring that all the rights they have acquired are respected, and that it raises awareness within the school community to respect differences. The research pointed out as main results the existence of LGBTphobia on campuses, although not explicitly, the lack of protocols to deal with cases of LGBTphobia and a diversity of teaching actions to address the issue. Based on the results shown, we can conclude that the existence of a nucleus specifically focused on the causes of gender and sexual diversity is extremely important for combating discrimination and building a more tolerant society.

Keywords: Diversity; Education; Homoaffectivity

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Mapa de distribuição geográfica dos campus do IFFar..... | 38 |
| Imagem 01 - Apresentação do tema do bate-papo aos estudantes..... | 131 |
| Imagem 02 - Desenvolvimento da atividade com os estudantes..... | 131 |
| Imagem 03 - Estudantes que participaram da atividade..... | 132 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Conhecimento dos estudantes sobre o conceito de gênero..... | 90 |
| Gráfico 2: Conhecimento dos estudantes a respeito das identidades de gênero..... | 90 |
| Gráfico 3: Percentual do emprego dos termos, opção sexual e orientação sexual.. | 91 |
| Gráfico 4: Conhecimento dos estudantes sobre a sigla LGBTQIAPN+ | 92 |
| Gráfico 5: Você conhece o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do IFFar..... | 92 |
| Gráfico 6: Após conhecer o conceito sobre gênero, você pode afirmar que..... | 94 |
| Gráfico 7: Conhecimento das identidades de gênero pós atividade..... | 95 |
| Gráfico 8: Uso correto dos termos, opção sexual e orientação sexual..... | 95 |
| Gráfico 9: A sigla LGBTQIAPN+ a partir do debate com os alunos..... | 96 |
| Gráfico 10: A respeito do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).... | 97 |
| Gráfico 11: Qual o nível de satisfação em relação às atividades desenvolvidas, elas sanaram as dúvidas referentes ao tema foco do trabalho..... | 97 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - ESTRUTURA DA ANÁLISE DOS DADOS..... | 65 |
| Tabela 1 - GLOSSÁRIO DE TERMOS..... | 43 |
| Tabela 2 – RELAÇÃO PALAVRAS-CHAVE/QUANTIDADE DE ARTIGOS..... | 46 |
| Tabela 3 – RELAÇÃO DE ARTIGOS ANALISADOS..... | 47 |
| Tabela 4 – ARTIGO-RESUMO OBJETIVOS E METODOLOGIA/PÚBLICO..... | 48 |
| Tabela 5 – POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ABRANGEM O PÚBLICO LGBTQIAPN+ | 66 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AC - Acre

CAA - Coordenação de Ações Afirmativas

CAE - Coordenação de Assistência estudantil

CAI - Coordenação de Ações Inclusivas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPNE- Coordenação de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

CEP- Comitê de Ética na Pesquisa

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CID - Classificação Internacional de Doenças

CONSUP - Conselho Superior do IFFar

DCNEPT - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica

EBPTT - Educação Básica Profissional Técnica e Tecnológica

EPT - Educação Profissional Técnica

GLS - Gays, lésbicas e simpatizantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFFar – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

IFs - Institutos Federais

IN - Instrução Normativa

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queerl, intersexo, assexual, pansexual, não-binários e outros

MI - Mandado de Injunção

MPF - Ministério Público Federal

NAPNE - Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NEAMA - Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático-Pedagógicos

NEE - Necessidade Especial Específica

NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade sexual

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Produto Educacional

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RS - Rio Grande do Sul

SECOM - Secretaria de Comunicação

SE - Sergipe

SES - Secretaria Estadual de Saúde

STF - Superior Tribunal Federal

SUS - Sistema único de Saúde

TC - Termo de Confidencialidade

TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 18 |
| 1 INTRODUÇÃO | 21 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 24 |
| 2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E OS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+..... | 24 |
| 2.2 ATUALIDADES E DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+..... | 27 |
| 2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E TECNOLÓGICA (EPT), E A COMUNIDADE LGBTQIAPN+..... | 32 |
| 2.4 NARRATIVAS DE VIDA LGBTQIAPN+ EM AMBIENTES FORMAIS E NÃO FORMAIS..... | 35 |
| 2.5 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar)..... | 37 |
| 2.6 DIREITO À EDUCAÇÃO..... | 39 |
| 2.7 ANÁLISES PRELIMINARES - A LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): UMA ANÁLISE REALIZADA A PARTIR DO ESTADO DA ARTE..... | 41 |
| 2.7.1 ALGUNS CONCEITOS SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIAPN+..... | 43 |
| 2.7.2 OS ARTIGOS SELECIONADOS..... | 47 |
| 2.7.3 A ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS..... | 50 |
| 2.7.4 CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES PARA NOSSA PESQUISA..... | 55 |
| 3 METODOLOGIA | 56 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO..... | 56 |
| 3.2 LOCAL DA PESQUISA..... | 57 |
| 3.3 POPULAÇÃO OU AMOSTRA..... | 57 |
| 3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO..... | 58 |
| 3.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO..... | 58 |
| 3.6 COLETA DE DADOS..... | 58 |
| 3.7 ASPECTOS ÉTICOS..... | 60 |
| 3.8 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE..... | 61 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES) | 63 |
| 4.1 COMPREENDENDO O CORPUS DA ANÁLISE..... | 63 |
| 4.2 O NUGEDIS E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS..... | 65 |
| 4.3 O QUE O NUGEDIS SIGNIFICA, DE ACORDO COM SUAS PRESIDENTES...73 | |

| | |
|--|-----------|
| 4.4 AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NUGEDIS..... | 75 |
| 4.5 ACOLHIMENTO/ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO LGTQIAPN+ NO IFFAR...77 | |
| 4.6 LGBTFOBIA NO IFFAR E SUAS REPRESENTAÇÕES..... | 81 |
| 4.7 DIREITOS NA EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO IFFAR...84 | |
| 5 - PRODUTO EDUCACIONAL..... | 87 |
| 5.1 DESENVOLVENDO O PRODUTO EDUCACIONAL..... | 88 |
| 5.2 JUSTIFICATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL..... | 88 |
| 5.3 ETAPAS E APLICAÇÃO DO PE..... | 89 |
| 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 99 |
| REFERÊNCIAS..... | 102 |
| APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL..... | 113 |
| APÊNDICE B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE..... | 134 |
| APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 138 |
| APÊNDICE D - CARTA DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO..... | 139 |
| APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS..... | 140 |

APRESENTAÇÃO

Em meu convívio familiar e social, aprendi desde muito pequeno que o respeito é a premissa para o relacionamento humano, ao longo dos anos, devido à convivência com muitas pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Acompanhar todo o processo de descobrimento, inserção e aceitação pela sociedade em relação a essa comunidade, me trouxe a necessidade de compartilhar esse sentimento de afeto das mais diversas formas de manifestação do amor.

Durante o processo de escolha de minha temática levei em consideração minha paixão pelas causas sociais, e, em acordo com o objetivo do Programa de Mestrado Profissional Técnico e Tecnológico (ProfEPT), busquei focar em algo que tivesse relevância social, de maneira que meus aprendizados pudessem deixar algum legado. O interesse pela temática deve-se às vivências familiares e ao espírito de luta pela igualdade que adquiri durante a minha trajetória, e pelo fato de ter a certeza de que todos somos iguais, e que a intolerância é o grande mal da humanidade.

Devido ao meu interesse pela causa LGBTQIAPN+ sempre tive vontade de participar de ações voltadas para essa temática, porém, nunca havia tido essa oportunidade, sou servidor do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) desde o ano de 2011, porém, nesta época ainda não existia o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Esse Núcleo foi instituído no ano de 2015, porém, nesse momento estava afastado da Instituição. Havia sido cedido para outro órgão onde fiquei por três (3) anos. Ao retornar em 2018, passei a conhecer o Núcleo e em seguida passei a integrá-lo, como membro no IFFar - Campus Jaguari, onde estou lotado até o presente momento.

Nesse Campus nunca vi ações voltadas para LGBTQIAPN+, porém, são desenvolvidas muitas atividades relacionadas ao gênero (Homem e Mulher) e não a questão da diversidade. Após observar essas discussões percebi a importância de desenvolver um projeto relacionado a esse tema, levando em consideração a Homoafetividade, em outros Campus no IFFar.

A partir da pesquisa procurei investigar um campo que ainda enfrenta vários tabus, a Diversidade Sexual, trazendo à tona a importância de que em pleno século XXI, onde o ser humano se mostra tão evoluído no sentido tecnológico, pensamentos errôneos a respeito de sexualidade ainda se demonstram

impregnados com velhos preconceitos advindos de séculos passados.

A compreensão de que a espécie *Homo sapiens* é diversa e plural, e que a mente humana vai muito além da dualidade imposta pela morfologia dos órgãos sexuais, e que é possível a existência das mais diversas formas de amar, não deveria ser usada como objeto de discriminação e marginalização dos indivíduos LGBTQIAPN+.

Ao longo de nossa pesquisa de mestrado, enquanto entedíamos um pouco mais a respeito das concepções que envolviam a comunidade LGBTQIAPN+ no IFFar, fomos fazendo descobertas de importante relevância social, como, por exemplo, o motivo que foi criado o NUGEDIs através da legislação e das narrativas das presidentes dos Núcleos. Ao longo da nossa pesquisa, conforme observamos a importância desse Núcleo, a sigla, que se refere a comunidade estudada, também foi mudando e sendo adicionado novos caracteres à medida que novas orientações sexuais eram descritas.

Inicialmente começamos nossos estudos tratando a comunidade com a sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, queer, transexuais, travestis, intersexo, assexuais e outros), a medida em que o tempo foi passando, e ao passo em que nos aprofundávamos mais, novos dígitos foram incorporados, acrescentando as letras P (pansexual) e N (não binários), com isso chegamos ao final desta pesquisa com a sigla LGBTQIAPN+.

O NUGEDIS, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), surge com a missão de desenvolver políticas, ações e projetos com o objetivo de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos. Através dele surgiram espaços de debates, estimulando vivências e reflexões que envolvam as temáticas, Gênero e Diversidade Sexual, desta forma, sendo a comunidade LGBTQIAPN+ o foco de nossa pesquisa, é inegável o seu potencial para a prevenção e combate ao preconceito e discriminação.

O que se pretendeu com essa pesquisa foi proporcionar o protagonismo que a causa LGBTQIAPN+ merece, oportunizando para os leitores um mergulho mais profundo e reflexivo a respeito dessa causa. Existem ferramentas utilizadas por nossa instituição para o combate ao preconceito, de maneira a dar visibilidade e publicidade ao Núcleo existente, voltado para o acolhimento desta comunidade, bem como, suas ações, projetos e relevância social.

A presente pesquisa significa uma realização pessoal para a minha vida, pois

através dela senti que de alguma forma estava dando voz aos amigos e familiares LGBTQIAPN+, ao longo da vida tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas pertencentes a esta comunidade, acompanhei suas trajetórias de vida, suas angústias, suas lutas pela aceitação e contra os preconceitos que insistem em perpetuar em nossa sociedade.

A ignorância é uma arma mortal, durante minha trajetória de vida perdi muitos amigos queridos para a falta de tolerância, vidas preciosas que foram ceifadas simplesmente pelo fato de pertencerem a uma comunidade que é taxada de forma pejorativa com alcunhas inomináveis, quando seu único pecado era a forma diferente de amar. Espero que os resultados obtidos com essa pesquisa possam trazer um pouco mais de informações, para que os preconceitos para com a comunidade LGBTQIAPN+ sejam minimizados.

Cabe abrir um importante parêntese, também fruto dessa pesquisa, devido aos conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, recentemente fui convidado pelo Coordenador de Ações Afirmativas do campus no qual me encontro em exercício para presidir o NUGEDIS, e brevemente farei parte da equipe de trabalho que irá discutir as novas resoluções a respeito do núcleo.

1 INTRODUÇÃO

A educação é a forma mais eficaz de transformar o mundo, o combate ao preconceito contra as diferenças, as lutas contra as desigualdades, a construção de uma sociedade mais justa e tolerante tem seus alicerces numa educação baseada na igualdade.

Sendo assim, em virtude da convivência com pessoas LGBTQIAPN+ no meu círculo de amizades, bem como, ao fato de ter familiares trans, e atualmente estar acompanhando a transição de sexo do meu irmão, bem como, pude acompanhar a transição de uma prima de segundo grau, e por este motivo vivenciar com eles suas angústias e dores é que escolhi essa temática. Saliento também que ao longo de minha juventude sempre me identifiquei com temas de cunho social, principalmente no que se refere às minorias.

Nesta pesquisa procuramos dar foco às questões referentes aos LGBTQIAPN+, comunidade esta, que ao longo dos séculos foi perseguida, sofreu diversos tipos de preconceitos e discriminações. Contudo, devemos salientar que nas últimas décadas, devido à mobilização de grupos sociais e de direitos humanos por dignidade e igualdade, foram obtidas importantes conquistas através de políticas públicas de inclusão.

Há algumas décadas atrás, a orientação sexual diferente aos padrões vistos como “normais”, ou seja, heteronormativos, pela sociedade era considerada doença. O pejorativo termo “homossexualismo”¹.

Somente após a retirada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) do chamado homossexualismo da Classificação Internacional de Doenças, é que os movimentos LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual, pansexual e demais pessoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero) conseguiram espaços para a discussão da temática junto à comunidade Internacional. (Rodrigues e Hernández, 2020).

Nos últimos anos no Brasil existiram importantes avanços nas políticas públicas no que tange à diversidade de gênero e sexual, como, por exemplo, podemos citar o direito à união civil e cotas em Instituições de educação para candidatos transexuais, porém, na atualidade tem se percebido um movimento

¹ Substantivo masculino Relativo aos homossexuais, aos que se sentem atraídos (sexualmente e/ou emocionalmente) por pessoas do mesmo sexo. Que pratica relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Pessoa que se envolve tanto sexualmente quanto emocionalmente com alguém do mesmo sexo.

inverso. É nesse sentido que dar foco a esses debates pode representar um importante passo para que os direitos adquiridos por essa comunidade sejam respeitados. Nossa pesquisa traz como problema quais são as representações acerca da população LGBTQIAPN+, que podem ser evidenciadas a partir de ações instituídas no IFFar.

A presente pesquisa teve por objetivo geral conhecer as representações construídas no IFFar em relação às pessoas LGBTQIAPN+, dessa forma para desenvolvê-la procuramos averiguar quais eram as políticas institucionais e as ações executadas para potencializar o respeito às diferenças, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, tomando por base que: “O princípio da igualdade reside no respeito às diferenças”. Identificar as ações que reforcem esses princípios, principalmente, em relação à comunidade LGBTQIAPN+, NUGEDIS, etc. foram algumas das bases que nortearam a presente pesquisa.

Para realização deste trabalho utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), nossa pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, sendo que a referida pesquisa teve por objetivo geral conhecer as representações construídas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, com relação às pessoas LGBTQIAPN+. Como objetivos específicos destacamos os seguintes: Identificar e compreender as políticas institucionais desenvolvidas no IFFar e outras ações que acontecem para potencializar a igualdade democrática e respeito às diferenças; Analisar as concepções existentes nos documentos institucionais, e conhecer o trajeto formativo de pessoas LGBTQIAPN+ na Instituição a ser pesquisada e compreendendo como tem ocorrido o acolhimento/atendimento para essa população e Elaborar um produto educacional visando a participação desta comunidade nos diversos níveis do ensino, garantindo-lhes que todos os direitos por eles adquiridos sejam respeitados, e que conscientize a comunidade escolar para o respeito às diferenças.

Para a interpretação de dados coletados utilizamos a Análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), que se divide em três etapas: a pré-análise, na qual foi feita uma pesquisa bibliográfica e a análise documental referentes ao tema; a descrição analítica, já iniciada com a pré-análise, onde nos aprofundamos nossos estudos a respeito da temática e a interpretação referencial, na qual aprofundamos a nossa análise à conexão das ideias, culminando com a categorização do conteúdo, de acordo com os objetivos de nossa pesquisa.

A finalidade desta pesquisa foi conhecer as representações construídas no IFFar, com relação às pessoas LGBTQIAPN+, identificando e compreendendo as políticas institucionais desenvolvidas no IFFar e as outras ações que acontecem para potencializar a igualdade democrática e respeito às diferenças. Entre os objetivos específicos; a) Identificar e compreender as políticas institucionais desenvolvidas no IFFar e outras ações que acontecem para potencializar a igualdade democrática e respeito às diferenças; b) Analisar as concepções existentes nos documentos institucionais, e conhecer o trajeto formativo de pessoas LGBTQIAPN+ na Instituição a ser pesquisada, compreendendo como tem ocorrido o acolhimento/atendimento para essa população; e c) Elaborar um produto educacional visando a participação desta comunidade nos diversos níveis do ensino, garantindo-lhes que todos os direitos por eles adquiridos sejam respeitados, e que conscientize a comunidade escolar para o respeito às diferenças.

A partir dos dados coletados foi elaborado como produto educacional uma tecnologia social que utilizou como método slides, para um bate-papo com os estudantes, intitulado “Vamos falar sobre diversidade”. Através desses slides levamos ao conhecimento dos estudantes diferentes conceitos sobre sexualidade, desvendando e particularizando cada letra da sigla LGBTQIAPN+. Além disso, a esses estudantes foi apresentado o NUGEDIS, sua constituição e finalidades, culminando com a entrega de material didático, um folder, para apreciação e compartilhamento de saberes (Apêndice A).

Nosso trabalho é constituído por seis capítulos, entre eles: a Introdução, o Referencial Teórico, a Metodologia, os Resultados e Discussões, o Produto Educacional, e no último encontramos as considerações finais.

No capítulo 1 – Introdução, procuramos trazer de forma clara e objetiva o assunto que iremos abordar em nossa pesquisa, de maneira que pudéssemos capturar o interesse e a atenção do leitor, a respeito da temática que iríamos abordar, apresentando inclusive o problema, os objetivos gerais, objetivos específicos e a metodologia utilizada.

No capítulo 2- Referencial Teórico, faremos uma discussão a partir de outros autores que referenciam o assunto a ser abordado em nossa pesquisa, dando assim um embasamento científico maior ao nosso estudo. Desse modo, o referencial teórico descreve o contexto sobre LGBTfobia, incluindo o marco histórico e os direitos, as atualidades e desafios da população. Nos espaços formais e não

formais, trazemos o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), sua história e atual composição, com ênfase na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a questão da LGBTfobia, como é discutida dentro dessa instituição. Finalizamos esse capítulo com o direito à educação.

No capítulo 3- Metodologia, abordaremos o estudo, o desenvolvimento deste trabalho. Apresentamos a instituição em que foi desenvolvida a pesquisa, os sujeitos que fizeram parte dela, a abordagem e classificação da pesquisa, bem como os instrumentos de coleta e análise dos dados.

No capítulo 4- Resultados e Discussão, apresentamos os dados coletados e analisados, obtidos por meio das entrevistas que foram aplicadas, como também os dados das pesquisas bibliográficas e documental.

No capítulo 5 – Produto Educacional, apresentamos os conceitos de um produto educacional, bem como, apresentamos nosso PE, com seus objetivos, metodologia de aplicação e a análise dos resultados obtidos, para a validação do mesmo.

No capítulo 6 – Considerações finais, apresentamos as considerações finais que chegamos no tocante aos resultados, discussões e contribuições para a pesquisa, finalizando posteriormente com nosso produto educacional.

Ao final da dissertação trazemos apêndices, contendo o produto educacional, roteiro das entrevistas ou questionários, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Confidencialidade (TC). Esses termos foram todos assinados pelos participantes, antes de iniciarmos as entrevistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E OS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

A relação afetiva entre indivíduos do mesmo sexo é uma realidade que sempre irrompeu. A existência da homoafetividade, seja por ato instintivo ou não, remonta desde os primórdios da humanidade. Sabe-se que muita polêmica gira em torno deste tema, do qual se questiona se é um desvio comportamental, uma doença ou, até mesmo, uma questão biogenética. Em verdade, a homoafetividade não é algo novo criado pela sociedade contemporânea, afere-se que é um comportamento que já existe há muito tempo, mesmo antes de Cristo, há evidências que relações entre pessoas do mesmo sexo era prática comum (Souza e Silva, Lucena e Paiva, 2022).

Durante mais de um século, desde 1886 até meados de 1990, a orientação sexual divergente aos padrões estabelecidos pela sociedade foi descrita como patologia (CID 10), Richard Von Krafft-Ebing definiu em seu livro *Psychopathia Sexualis* (1886, p. 462), que a homossexualidade² era “um distúrbio degenerativo”, [...] o objetivo do desejo sexual é a procriação, qualquer forma de desejo que não tenha este como fim último é uma perversão. Mais de um século depois, no dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Para fins de entendimento, a homossexualidade é uma característica de quem sente atração física, emocional e espiritual por outras pessoas do mesmo sexo. O termo “homossexual” foi criado por um jornalista austro-húngaro chamado Karl-Maria Kertbeny em 1868, acredita-se que desde a antiguidade já existiam pessoas com tal característica.

Desde o ano de 1993 a população LGBTQIAP+ tem procurado apoio no âmbito internacional junto à ONU, no sentido de garantir que seus direitos e reivindicações sejam atendidos, pois tendo a ONU função coletiva de legitimação e devido sua influência nos Estados-membros, compreende-se este como um ambiente favorável ao debate sobre os direitos destas populações. (Rodrigues e Hernández, 2020)

Miskolci e Pereira (2019) relatam que a partir do ano de 2003 temáticas referentes à diversidade ganharam importância em políticas públicas educacionais no Brasil, impulsionando as pesquisas sobre o tema no Ensino Superior. Porém, no Ensino Fundamental e Médio nota-se que esta temática tem chegado de forma um tanto quanto tímida, em virtude dos movimentos anti-igualitários.

A identidade sexual, apoiada no princípio que o ser humano é "binário"³, tem seus princípios baseados na cultura social moderna. Entretanto, a pós-modernidade apresenta uma pluralidade e multiplicidade aos conceitos de sexualidade. (Drehmer e Falcão, 2019)

² A homossexualidade é uma característica de quem sente atração física, emocional e espiritual por outras pessoas do mesmo sexo. O termo homossexual foi criado por um jornalista austro-húngaro chamado Karl-Maria Kertbeny em 1868, acredita-se que desde a antiguidade já existiam pessoas com tal característica.

³ Adjetivo masculino que indica algo que tem duas unidades ou algo que é composto por dois elementos de informação. O sistema de numeração **binário** é usado em várias áreas do conhecimento como matemática e física e foi criado no século XVII pelo matemático alemão Leibniz.

Neste sentido, as autoras compreendem que,

Logo, enquanto as concepções de diferença e alteridade estiverem atreladas teoricamente à polaridade masculino/feminino elas serão reprodutoras da lógica binária e heteronormativa. Se, por outro lado, a alteridade estiver sustentada no reconhecimento da existência de sexualidades diferentes – e não na diferença entre os sexos – abre-se a possibilidade de reconhecer como válidas e possíveis inúmeras amarrações sexuais de identidade e de escolha objetal. Disso se trata o reconhecimento da heterogeneidade das subjetividades sexuadas. (Drehmer e Falcão, 2019, p.70)

Assim, se percebe que, para os autores, a compreensão da sexualidade está muito além da dualidade de gêneros e para eles, a sexualidade contempla a pluralidade de orientações sexuais existentes no gênero humano.

Na busca de aliviar as tensões entre as comunidades LGBTQIAP+ e os espaços públicos mais amplos da sociedade brasileira, foram criadas as políticas públicas de diversidade. Tais políticas foram motivadas pela necessidade de inclusão das minorias aos direitos básicos da cidadania, tais como a educação e a cultura. (Muniz Jr. e Barbalho, 2020)

Conforme os autores, entende-se que,

Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser neutralizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posições. Em geral, a posição socialmente aceita e recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. (Muniz Jr. e Barbalho, 2020, p. 9).

Desse jeito podemos dizer que se levarmos em conta que existe uma diversidade de orientações sexuais, neutralizamos a dualidade imposta e abriremos caminho para a compreensão da pluralidade e individualidade de cada ser.

Na última década, os direitos sexuais tornaram-se um dos principais eixos da disputa de políticas públicas educacionais e de saúde. Propostas de inclusão e abordagens antidiscriminatórias foram incorporadas aos currículos dos ensinos fundamental e básico. Contrapondo esse movimento de igualdade, grupos políticos contrários aos avanços dos direitos sexuais, têm promovido uma agenda anti-igualitária sob a bandeira da “ideologia de gênero”⁴, que tende a aprofundar ainda mais as desigualdades. (Miskolci e Pereira, 2019).

⁴ Rótulo criado, originalmente no fim da década de 1990, por ativistas e intelectuais católicos e leigos para se oporem ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos em fóruns internacionais, em especial, em demandas que envolvessem a igualdade entre homens e mulheres, casamento entre pessoas do mesmo sexo, acesso a novas tecnologias reprodutivas, contracepção e interrupção da gravidez, educação sexual e criminalização da homofobia.

É evidente que importantes passos foram dados em busca da inserção da comunidade LGBTQIAPN+ no universo social, visando a erradicação de preconceitos e normalização da orientação sexual considerada “anormal” por grupos radicais, mas ainda existe muito a ser feito para que seja erradicada a velha dicotomia entre gêneros e a aceitação da pluralidade sexual.

Soares, Guimarães e Bonfada (2021) revelam em sua obra que dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) trouxeram dados alarmantes, revelando que no Brasil os casos de violência têm atingido os maiores níveis já observados, com expressivo aumento de 28% na taxa de homicídios nos últimos 10 anos, vitimando principalmente jovens negros. Além disso, demonstra que a taxa de agressão com desfecho fatal cresceu dentre a população negra, feminina e Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual (LGBT).

Através deste estudo podemos concluir que, embora existam políticas públicas que visem a proteção da comunidade LGBTQIAPN+, existe uma tendência de intolerância que acaba por vitimar principalmente as comunidades mais vulneráveis, ou seja, no caso de nossa pesquisa, a comunidade homossexual.

2.2. ATUALIDADE E DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

A sociedade brasileira na atualidade vem sofrendo diversas mudanças, muitas delas referentes ao tema diversidade e orientação sexual nas escolas. Existem diversos movimentos ultraconservadores⁵ articulando-se para a retirada das discussões acerca de gênero e sexualidade da Educação Básica Brasileira, por isso discutir essa temática tem se tornado imprescindível. (Barroso e Silva. 2020).

Existe muito ainda a ser feito e discutido, e diante de novos dilemas, num momento em que certos assuntos (xenofobia, racismo, machismo, LGBTfobia etc.) não deveriam mais ser encarados como tabus, vivemos um processo de retrocesso. Torna-se então necessário acalourar as discussões para que todos os direitos até agora adquiridos pela comunidade LGBTQIAPN+ não sejam revogados.

Barroso e Silva (2020) afirmam em seus estudos que “movimentos ultraconservadores”, muitos de origem cristã, vem deturpando e distorcendo conceitos, inferindo-lhes o conceito de “ideologia de gênero”. Isso com o intuito de induzir a sociedade a uma visão distorcida sobre como é tratada a educação sexual

⁵ O Ultraconservador é um reacionário cristão antissocialista, anticomunista, antimarxista e antiestatista.

e a discussão acerca de gênero e sexualidade nas escolas. ” Nas palavras da autora se pode perceber de forma mais enfática estas observações”,

Atualmente, movimentos ultraconservadores vêm deturpando e distorcendo esses conceitos, rotulando-os de ideologia de gênero, enevoando uma visão para se pensar que a escola estaria promovendo um processo ideológico com os estudantes, principalmente com a conquista de espaços no currículo escolar por grupos considerados minorias sociais como os LGBTQ+ . (Barroso e Silva, 2020, p.430).

Nesse trecho os autores falam a respeito do que estamos vivendo na atualidade, onde preconceitos e tabus que acreditávamos que já estavam superados, nos últimos anos têm retornado ao debate e evidenciado que embora tenha havido muitas conquistas em relação à dignidade LGBTQIAPN+, alguns grupos e movimentos ultraconservadores insistem em negar a pluralidade sexual.

Por se tratar de discussões novas no campo da pesquisa, existe a necessidade de produções científicas que possam vir a contribuir com o tema, para que possa haver um enfrentamento aos preconceitos. O reflexo dessas pesquisas deve fazer com que os docentes se apropriem destas reflexões, no sentido de combater o preconceito, e é por essa razão que a discussão de gênero merece destaque. (Barroso e Silva, 2020)

Um dos principais papéis da escola é formar cidadãos com valores sociais, éticos e morais. Entender que estereotipar ou rotular as minorias, sejam elas quais forem, como forma de justificar uma violência injustificável, torna-se um dos principais papéis da educação.

Freire (1968) em seu livro *Pedagogia do Oprimido* cita que o papel da educação é um “ato político”, pois para ele, a educação age como libertadora por meio da “consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade”. Portanto, no momento em que os oprimidos, no caso desta pesquisa, a comunidade LGBTQIAPN+, passam a descobrir quais seus direitos e tomar ciência do seu papel na sociedade, isso através da educação, é que os preconceitos começarão a ser combatidos com maior ênfase.

Tendo em vista as profundas transformações que a sociedade brasileira vem vivendo, e o chamado que a escola brasileira vem recebendo, ao enfrentamento da violência e do preconceito às comunidades LGBTQIAPN+, visto que, a homofobia é observada como um “grave problema social”. A escola passa então a ser vista como um espaço decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos

humanos (Junqueira, 2009, p.7).

No entanto, segundo estudos, dados preliminares apontam que:

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas vêm-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (Junqueira, 2009, p. 17).

Junqueira (2009) também destaca que pesquisas realizadas a respeito do perfil sociopolítico dos participantes da Parada do Orgulho LGBTQIAP+ na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2004, revelaram que 40,4% dos adolescentes entre 15 e 18 anos disseram ter sido vítimas de homofobia nas escolas, enquanto entre os jovens de 19 e 21 anos, 31,3% revelaram ter sofrido este tipo de discriminação na escola ou faculdade. Portanto, revela que a discriminação por homofobia “assume dimensões de uma epidemia grave quando as vítimas são muito jovens”.

Diante disso revela-se que embora de forma muitas vezes não muito transparente a discriminação por LGBTfobia é algo muito presente em nossa sociedade e está presente em todas as classes sociais e ambientes, e combater isso com argumentos contundentes é a melhor forma de tentar amenizar os danos e criar uma conscientização de que a orientação sexual é algo individual, e que precisa ser aceita e respeitada.

As políticas públicas em relação à comunidade LGBTQIAPN+ tem sofrido constantes mudanças, diante disso, devemos abrir um parêntese e incluir dados importantes que vieram a surgir durante o andamento do projeto, que são os que seguem:

Recentemente, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2022) através da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual da população adulta, trouxeram à tona que no Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais, sendo que esta é a primeira vez que esse dado é coletado entre a população brasileira, e segundo a avaliação do instituto esses dados ainda podem estar subnotificados.

A pauta no Brasil sobre LGBTQIAP+ ganhou bastante importância nos governos anteriores de Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016) sendo implementadas importantes políticas nacionais de proteção e empoderamento das mulheres e das comunidades LGBTQIA+ (Borba, 2019) e isso foi notado nos mais

variados locais, tanto no meio acadêmico quanto por políticos e pela sociedade civil.

No governo de Jair Bolsonaro (2019- 2022) houve uma contrariedade em relação a esse tema. O slogan do presidente era “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” enfatizando continuamente sua indiferença e ódio em relação às comunidades LGBTQIA+, reafirmando repetidamente que o modelo de uma família brasileira deve ser o conservador e heteronormativo, e que todas as afetividades diferentes desse padrão não devem ser aceitas.

Considerando que os ex-presidentes Lula e Dilma implementaram “o Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos a lei que criminaliza a violência doméstica, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a implementação do projeto Brasil sem homofobia” (Borba, 2019, p. 425).

O movimento de extrema-direita no Brasil garantiu que essas mudanças desagradassem a classe média conservadora. Num retorno à religiosidade, UMA religião, Um Deus (o deles!), o clã garantiu, em seu espalhamento de ataques às comunidades LGBTQIA+ mais desmerecimento e discriminação em relação a essas minorias , tod@/x/es, brasil@/x/es, há de se registrar.

Atualmente, no que diz respeito às políticas públicas destinadas ao público LGBTQIAPN+, podemos acrescentar a decisão de acolhimento de pedido feito pelo Ministério Público Federal (MPF) através da Justiça Federal do Acre, por parte do Juiz Federal Herley da Luz Brasil, que deferiu em caráter liminar (MPF/AC-SECOM, 2022), que o IBGE incluísse questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico de 2022.

Green e Quinalha (2014) nos trazem que inicialmente os movimentos de defesa LGBT no Brasil surgem durante a ditadura militar, como uma forma de resistência em relação à repressão marcada por ideais conservadores.

Conforme Simões e Facchini (2009), foi no ano de 1995 que a primeira associação voltada ao público LGBTQIAPN+ foi criada, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Conforme os autores, é graças a essa associação que as reivindicações e reconhecimento desta comunidade, bem como, a ênfase ao ponto de criação de leis no legislativo, se deram.

De acordo com Bortoletto (2019) a evolução da sigla que se viu percorrendo uma grande linha na alteração das já antes existentes, atualmente apresenta como principal ideologia a inclusão de todas aquelas sexualidades que são tidas como

diferentes do padrão heterossexual cisgênero.

Bortoletto (2019) nos traz que inicialmente a Sigla LGBTQIA+ nasceu representada pela sigla GLS, que inclui unicamente gays, lésbicas e simpatizantes, porém, à medida que outras homossexualidades que se mostravam distintas àquelas que eram apresentadas, novas siglas foram surgindo, bem como, novos termos e conceitos.

O autor nos traz a seguinte narrativa:

Foi no ano de 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da comunidade. Posteriormente, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornaria a denominação oficial, conforme aprovado pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Mesmo que uma decisão recente, a sigla continua em mudança. Nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar novas homossexualidades, como o “i” de intersex, o “q” de queer e o “a” de agêneros e assexuados. Neste artigo, a essa altura já possível de se distinguir, existe a preferência pela sigla LGBTQIA+, que inclui as duas categorias anteriormente mencionadas e o “+”, que vem a indicar a possibilidade da inclusão de novas homossexualidades. Basta concluir por ora que a denominação é aberta e sempre sujeita a mudanças. (Bortoletto, 2019, pg 10 e 11)

Recentemente a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe promoveu discussões com seus colaboradores com a finalidade de aprofundar o conhecimento a respeito da causa e da população LGBTQIAPN+, com intuito de abrir espaço para a conscientização sobre cidadania e o direito à saúde integral dessa comunidade. (SES-SE, 2023)

A importância desse momento para nossa pesquisa, é que esse foi um evento que esclareceu sobre as siglas que muitas vezes são desconhecidas pela população, sendo um dos primeiros eventos oficiais que contemplaram as novas letras da sigla, o P que se refere a Pansexual e o N, dos Não-Binários.

Conforme Biondo (2015) a busca pela construção de significados sobre gênero e sexualidade e as interações estabelecidas, sob a visão analítica e os propósitos da comunidade LGBTQIAPN+ devem ser preservadas ao longo da história.

Para complementarmos, Oliveira (2020) diz que o direito às diferenças é o que permite que diferentes condições, características culturais e individuais, tais como orientação sexual ou identidade de gênero, sejam respeitadas igualmente

perante a lei.

Não há dúvidas que um dos princípios fundamentais para a consolidação do respeito a uma comunidade, e sua identidade, é o respeito pela sua história e passado de lutas, desta forma, a medida em que nossa pesquisa estava em andamento procuramos estar sempre atentos às mudanças na sigla, a medida em que novas sexualidades eram reconhecidas e acrescentadas.

No que se refere ao momento atual vivido pela comunidade LGBTQIAPN+, no último 21 de agosto do corrente ano o Plenário do Superior Tribunal Federal (STF), reconheceu que atos de LGBTfobia podem configurar injúria racial. (STF, 2023)

No julgamento do mandado de injunção (MI), que ocorreu junho de 2019, o Tribunal havia reconhecido que o Congresso Nacional havia sido omissivo em criminalizar a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual, desta forma, foi determinado o enquadramento da homotransfobia no tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989), para tanto esse MI será válido até que o Legislativo edite lei sobre a matéria. (STF, 2023)

Dessa forma, no entendimento do relator, uma vez que a Corte, no julgamento do MI, reconheceu que a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual configura racismo, então da mesma forma deveria ser entendido que a prática da homotransfobia pode, sim, configurar crime de injúria racial. (STF, 2023)

Dado isso, podemos concluir que embora tenham havido alguns retrocessos na mentalidade de parte da sociedade brasileira em relação à comunidade LGBTQIAPN+, importantes acontecimentos no seguimento judiciário como o citado nos oportunizam a esperança de que num futuro, e esperamos que bem próximo, infortúnios como a discriminação recorrente motivados pela orientação sexual sejam raros ou inexistentes, e não cotidianos.

2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E A COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Nesse texto falaremos a respeito da EPT e de como suas políticas públicas podem contribuir para a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, sendo que uma das missões dos Institutos Federais (IFs) é a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

A formulação das primeiras políticas públicas significativas para a população

LGBT foi criada a partir do governo Lula (2002-2010), onde começaram grandes debates sobre questões de representatividade e demandas dos movimentos sociais e, assim, das LGBTs, para a promoção da diversidade e equidade social. (Vianna, 2012, pág. 134).

Ao falarmos sobre a EPT, na versão inicial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, tratava da EPT nos parágrafos 2º e 4º do artigo 36, quando definia as diretrizes do Ensino Médio e previa a possibilidade de “preparação para o trabalho”, porém, ainda foi destinado todo um capítulo específico para falar da EPT, o Capítulo III - Da Educação Profissional, quando definiu de forma simples e pouco direta os princípios para a educação profissional no Brasil, nos artigos 39 a 42.

Da maneira como estava estruturada tal lei, ainda não era possível objetivar as ações e políticas que poderiam contribuir para a inclusão do público LGBTQIAPN+ nesta modalidade de ensino. A Lei de nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008) criou um novo modelo de instituição de EPT: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que através de suas ações e políticas de acesso e permanência passam a oferecer espaço para que haja a possibilidade da discussão de medidas que contribuam para a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar.

Maia (2022) destaca que o currículo transpõe nossas formas de produção do saber para uma vivência de produção de sentimentos conectados às subjetividades, tal processo está ligado aos espaços institucionais, bem como, ao espaço político ocupado pelas sexualidades na escola e sociedade. Desta maneira, o currículo integrado da EPT apresenta rachaduras e brechas que potencializam a erotização e a (re)integração das sexualidades nos processos formativos.

Debater o assunto LGBTQIAPN+fobia no ambiente institucional vai ao encontro dos objetivos pelos quais foram criados os IFs, tendo em vista que a construção de uma sociedade justa e democrática parte do princípio de que somos todos iguais, e que desta forma o acesso e permanência dos estudantes deve ser universal, independente de sua sexualidade e orientação sexual.

Oliveira (2021) nos traz como a aprovação e publicação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPPT), em janeiro de 2021, alguns pontos já sinalizados na contrarreforma do Ensino Médio, que começou a tramitar no início de 2016.

De acordo com Oliveira (2021, p. 208),

A contrarreforma do Ensino médio é, pois, uma ação que participa e é consequência de um movimento muito maior: o golpe midiático-jurídico-empresarial-parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, o qual lançou o Brasil em um novo ciclo de políticas públicas. Neste sentido, entender o conteúdo e o contexto da contrarreforma do Ensino Médio é essencial para compreender as DCNEPT.

Desta forma devemos ficar atentos para que as mudanças nos currículos não deixem de contemplar a integração curricular, que articulada aos demais conceitos da EPT traz uma proposta de educação emancipadora, portanto gênero e sexualidade são prerrogativas importantes para acabar com a rigorosa normatização que torna a heteronormatividade natural e subjuga a comunidade LGBTQIAPN+.

A partir deste ponto veremos como a educação pode contribuir para a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+, tendo em vista que uma das finalidades dos IFES é promover a igualdade de oportunidades.

De acordo com Pacheco (2009), os IFs ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Portanto, indo ao encontro do ponto-chave de nossa pesquisa, o público LGBTQIAPN+.

Camargo (2022) nos diz que as discussões sobre gênero e sexualidade não são novidades quando tratamos de políticas educacionais, sendo que estas já estão previstas desde 1995 pelos parâmetros curriculares nacionais (PCNs). Para o autor é necessário reconhecer a fragilidade, como também, as inúmeras situações que as pessoas LGBTQIAPN+ têm em suas trajetórias escolares, como um primeiro passo para pensar em políticas que possam intervir na questão.

A RFEPCT conta em sua estrutura organizacional com a Assistência Estudantil, cujo ponto principal está voltado para a problematização das necessidades de acesso e permanência em uma perspectiva de garantia de direito às/aos estudantes, à democratização do acesso, considerando o processo de expansão, e, também, à democratização das condições de permanência articuladamente. (Nascimento, Cruz e Santos, 2014)

Nesse contexto, podemos abordar a assistência estudantil como política de enfrentamento às práticas LGBTfóbicas no cotidiano escolar, já que de acordo com

Nascimento (2014) a busca pela ampliação do acesso à educação e a permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino exigiu assim a implementação de diversas medidas.

O IFFar, serve como um exemplo, pois a partir da Resolução nº 023/2016 (CONSUP IFFar, 2016) incluiu o Núcleo de Gêneros e Diversidade Sexual nessa instituição de ensino.

Barros (2021) acredita que abordar questões dessa natureza no espaço da EPT é assumir uma posição política no sentido de ampliar a noção de cidadania e de direitos humanos; é contribuir, em alguma medida, para inclusão de uma população marcada pelo estigma e pelo preconceito no espaço social e escolar.

O autor ainda defende que problematizar questões que impactam diretamente a vida dos estudantes, por meio dos conteúdos curriculares, pode ser um caminho que possibilite o interesse pelo aprender e ao/à docente pelo ensinar, e vê na temática da diversidade sexual e de gênero o meio de busca para superar o reducionismo de um modelo educacional que privilegia os aspectos de condicionamento de sujeitos para o mercado de trabalho, em consonância com os desafios que se colocam com a formação integral (Barros, 2021).

Dessa maneira devemos compreender que entre as missões da EPT está a inclusão, e de tal forma, a garantia de acesso, e permanência ao público LBTQIAPN+. Dessa forma, agindo no combate ao preconceito, tornando-se assim uma premissa para que os direitos dessa comunidade, quando garantidos e respeitados, sejam a forma mais concreta de garantir o êxito e atingir os objetivos da EPT.

2.4 NARRATIVAS DE VIDA LBTQIAPN+ EM AMBIENTES FORMAIS E NÃO FORMAIS

Freitas, Bermudéz e Mérgan-Hamann (2021) relatam que embora as vivências da sexualidade e afetividade estejam distantes de ser um direito concreto para a população LBTQIAP+, um cenário escolar com espaço para o protagonismo juvenil promove um ambiente para desconstrução de preconceitos. O maior impacto nas trajetórias destes tem relação direta com a própria identidade, bem como, nos impactos da violência, preconceito, discriminação etc., incluindo o espaço familiar.

Os autores concluem que,

Quando a família rejeita com violência um comportamento por considerá-lo sujo e fora das normas de bons costumes, amplia-se um retrato opressor e a pessoa passa a se sentir agredida em outros ambientes. (Freitas, Bermudéz e Mércan-Hamann, 2021, P. 7)

Por outro lado, Henning (2020) em seu trabalho relata sobre os impactos do surgimento no Brasil da noção de “velhice LGBT”, e suas expectativas sobre o futuro e concepção de vida. Concluindo que a partir de um novo modelo de politização acerca do envelhecimento no contemporâneo, abre caminho para o apagamento da diversidade sexual e de gênero na velhice, reconfigurando esse momento da vida.

Josso (2004) destaca em sua obra uma abordagem de formação baseada na descoberta e valorização da singularidade dos sujeitos, trazendo a formação experiencial como um dos conceitos-chave das histórias de vida e formação. A importância da narrativa de vida na formação permite explicitar as singularidades e perceber que o caráter processual de formação e da vida articulam espaços e tempos das diferentes dimensões de nós mesmos na busca da sabedoria da vida.

Deste modo compreendemos que as narrativas de vida têm um papel muito importante na busca do sujeito aprendente pelo seu lugar e papel na sociedade, permitindo que este busque também encontrar sua identidade através do conhecimento de sua existencialidade.

Duarte (2013) em sua obra relata que durante a sua adolescência e o início da juventude, ao transitar entre as fronteiras da hétero e da homossexualidade, pode sentir muito bem o que era estar fora da norma, ou longe dela, e que pode perceber que o atestado de normalidade a partir de diferentes situações sociais, fossem elas reuniões de família, programas de televisão, notícias de jornais, ou no contexto escolar ou acadêmico na maioria das vezes era assinado por médicos, religiosos, juízes e, até mesmo, pelos/as próprios/as professores/as e orientadores/as educacionais.

Ainda consoante o autor, é no âmbito profissional e familiar onde são travados os embates mais calorosos e disputas mais acirradas em torno das articulações de corpo, gênero e sexualidade, principalmente em relação à homossexualidade masculina.

Baseado nesta narrativa, pode-se concluir que o processo de aceitação tornar-se-ia muito menos dolorido se as nossas bases que são a família e a escola tivessem um maior discernimento de que a orientação sexual da pessoa não se trata

de uma escolha, mas sim de uma forma como o indivíduo possa encarar o amar/gostar de outra, o que revisita também a importância dessas bases na construção da identidade sexual de um indivíduo.

Durante a pandemia, o presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022) parece ter pronunciado que “usar máscara é coisa de viado!”, mais motivos para que os machões fizessem o mesmo. Em 5 de março de 2019, ele twittou um vídeo pornográfico supostamente filmado durante o carnaval no Brasil. O vídeo/tweet foi banido do Twitter, mas a tentativa do ocupante de discriminar a comunidade e o carnaval brasileiro foi apoiada por muitos brasileiros que votaram nele.

Um dos espaços formais para essa discussão é o Instituto Federal Farroupilha.

2.5 O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) é uma autarquia federal, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves e tivera autorização de funcionamento em 14 de agosto de 2008. (Brasil, 2008).

O IFFar está presente, com campus, em 11 municípios e, em mais de 30 cidades, possui Polos de Educação a Distância e Centros de Referência (Carazinho, Santiago, Candelária e São Gabriel). Suas unidades contemplam as regiões centro-oeste, fronteira-oeste e noroeste do estado, sendo compostos pelas seguintes unidades administrativas:

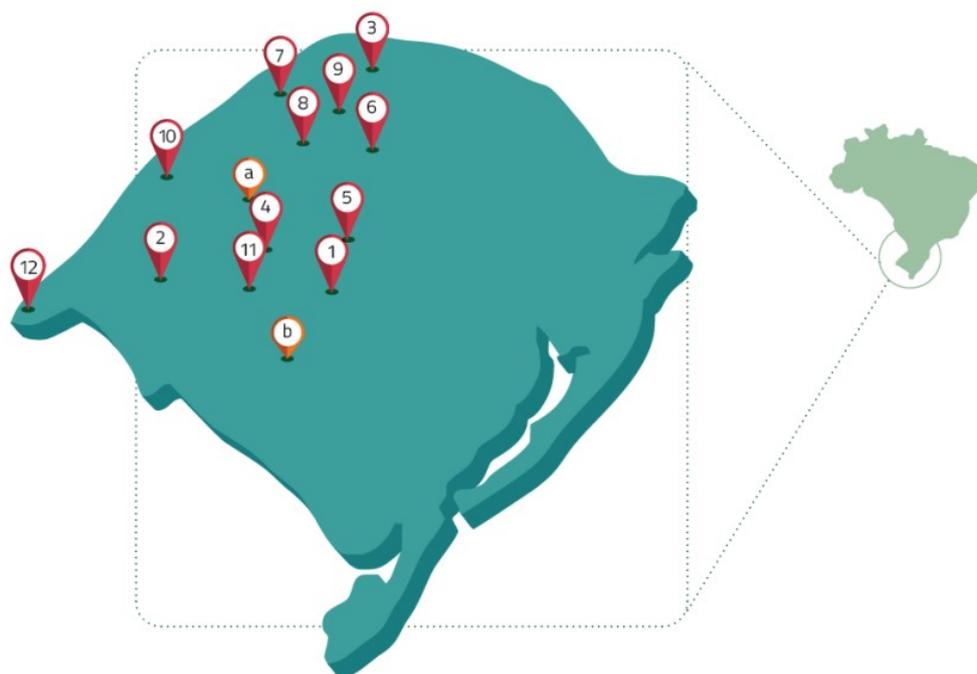
- (1)Reitoria (Santa Maria)
- (2)*Campus* Alegrete
- (3)*Campus* Frederico Westphalen
- (4)*Campus* Jaguari
- (5)*Campus* Júlio de Castilhos
- (6)*Campus* Panambi
- (7)*Campus* Santa Rosa

- (8) *Campus* Santo Ângelo
- (9) *Campus* Santo Augusto
- (10) *Câmpus* São Borja
- (11) *Câmpus* São Vicente do Sul
- (12) *Câmpus* Avançado Uruguaiana
- Polos de Educação a Distância
- Centros de Referência

(a) Santiago (b) São Gabriel

As unidades que citamos se localizam todas no Rio Grande do Sul (RS), conforme mostra o mapa a seguir.

Figura 01: Mapa de distribuição geográfica dos campus do IFFar



Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional, 2020.

Conforme sua criação, está caracterizada como uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular, e multicampi, voltada para a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nas diferentes modalidades de ensino,

tendo como princípio a oferta de cursos, currículos e programas direcionados ao mundo do trabalho, se configurando como importante canal de acesso à qualificação profissional e está incluída na pauta das políticas públicas do Governo Federal (Brasil, 2008).

A EPT compreende, conforme o parágrafo 2º do artigo 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/1996, um amplo leque de atuação abrangendo os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - de educação profissional técnica de ensino médio; III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós graduação. (Brasil, 1996)

Ao longo de sua história centenária, a EPT passou por reorganizações institucionais que culminaram em 2008, com a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) pela Lei nº 11.892 cuja composição engloba os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II (CPII), 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (Brasil, 2008).

Essa instituição tem como missão “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável” (Brasil, 2008).

Segundo consta no PDI, a visão do IFFar é ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação e tem como valores a ética, a solidariedade, a responsabilidade social, ambiental e econômica, o comprometimento, a transparência, o respeito, a gestão democrática e a inovação (IFFar, 2016).

2.6 DIREITO À EDUCAÇÃO

Vianna (2015) entende que políticas públicas são o estado em ação, desta forma um governo assume as funções do estado mediante programas e planos que envolvem diversos órgãos públicos nas diferentes esferas. Por isso o debate em relação à homofobia nas escolas, amparado pela formação docente voltada à desconstrução de identidade de gênero, foi um forte protagonista no combate ao preconceito, destacando em sua fala o Programa Brasil sem Homofobia.

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. (Ministério da Saúde/Conselho Nacional de combate à discriminação, 2004)

Vianna concluiu também que,

No caso das demandas do movimento LGBT no âmbito das políticas públicas de educação, cabe enfatizar que elas foram precedidas por um longo processo de consolidação do movimento, cujas interlocuções foram inicialmente voltadas para a área da saúde, do combate à AIDS, que, aos poucos, somaram-se ao combate à homofobia e as agendas feministas. (Vianna, 2015, P. 797)

Os movimentos sociais que lutam por direitos sexuais, incluindo os LGBTQIAP+ tem sofrido reação da parte conservadora, representados pelas bancadas evangélicas. Conflitos entre instituições religiosas de origem conservadora e grupos de defesa aos direitos humanos têm gerado disputas acirradas nos espaços públicos (Luna, 2017).

Luna em seu trabalho também concluiu que,

À primeira vista, o grande número de discursos sobre o tema e o número de deputados que assinaram proposições (algumas envolviam um grande coletivo) sugerem que em várias ocasiões houve articulações conjuntas de parlamentares mobilizados com respeito à diversidade sexual para barrar as iniciativas do movimento LGBT (Luna, 2017, p. 5)

De certa forma podemos entender que, embora a educação seja um direito universal, a luta pela igualdade e o respeito à diversidade, no que diz respeito ao ambiente escolar, tende sempre a encontrar barreiras dos ditos conservadores, que, ao seu modo de ver, encaram a luta pelo reconhecimento das diferentes identidades sexuais como algo doutrinador.

No IFFar essa comunidade é atendida através do NUGEDIS, levando em consideração que a educação integral tem por foco a busca do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, tais como: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Se consideramos que para Ciavatta (2005) a formação integrada, no sentido de formação humana, busca garantir o direito aos adolescentes, jovens e adultos trabalhadores, também formas para que estes possam atuar como cidadãos pertencentes a um país, integrados dignamente à sua sociedade política.

No sentido de formação social, com garantia de pertencimento e consideração das diferenças, foi, portanto que em 2016 surgiu esse núcleo, para desenvolver políticas, ações e projetos com intuito da promoção ao respeito e valorização de todos os sujeitos, proporcionando espaços para debates, vivências e reflexões tangentes às questões que envolvem gênero e diversidade sexual, e daremos mais enfoque a ele nos resultados, onde veremos as políticas, as ações, formas de acolhimento/atendimento e protocolos desse Núcleo que hoje está ligado a Coordenação de Ações Afirmativas (CAA).

Considerando que, ao longo do tempo, as escolas e outras instâncias sociais e culturais desempenharam um papel decisivo na construção histórica e hierarquizante dos gêneros e das sexualidades, faz -se urgente que essas mesmas instituições trabalhem para ressignificar as práticas educativas. Estas contribuíram, de acordo com Louro (2000), para uma normatização dos corpos, atuando por meio de uma pedagogia do disciplinamento, dentro do que se entende como representação de masculinidade e feminilidade.

Conforme Miskolci (2012), o sistema educacional foi um aparato poderoso a serviço da biopolítica, tendo a escola como um espaço de normalização coletiva, de imposição da heterossexualidade compulsória e de modelos de como ser homem ou mulher, levando em conta os padrões heteronormativos. Ainda sobre essa questão, de acordo com Auad (2006), nossa sociedade hierarquiza o feminino e o masculino, produzindo desigualdades nas relações de gênero. E a educação, no contexto da socialização, tem reproduzido essas desigualdades.

2.7 ANÁLISES PRELIMINARES - A LGBTFOBIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): UMA ANÁLISE REALIZADA A PARTIR DO ESTADO DA ARTE⁶

Nesse subcapítulo fizemos um mapeamento de produções cujas temáticas vinham ao encontro da proposta de nossa pesquisa, qual seja Representações sobre a LGBTfobia na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para isso trabalhamos com as pesquisas realizadas no período de 2008 a 2021 e publicadas

⁶ Esse capítulo foi enviado na forma de artigo para a Revista Gênero, da Universidade Federal Fluminense, sendo a mesma um periódico de circulação nacional, que publica artigos, resenhas e entrevistas destinadas a divulgar contribuições de interesse dos estudos feministas e de gêneros nas diferentes tradições disciplinares, porém, até a data da defesa, mesmo após vários contatos, não obtivemos resposta quanto ao aceite ou publicação.

na Scientific Electronic Library Online (SciELO), mapeando as produções que envolvessem a temática LGBTQIAP+ com estudantes do ensino médio. Os escritos encontrados foram analisados por meio de Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), posteriormente tabulamos os resultados das obras selecionadas, apresentando os objetivos das investigações, os resultados encontrados e as principais considerações destes escritos.

Falar de diversidade e de como se deu a história da visibilidade da comunidade Lésbica, gay, bissexual, trans, queers, intersexo, assexuada e outros (LGBTQIA+) remete-nos à Fry e Macrae (1985), para eles, a história da visibilidade desta comunidade possui como estopim a noite de 28 de junho de 1969, durante a invasão por forças policiais ao bar Stonewall Inn, na cidade de Nova York (EUA), bar este, que era frequentado majoritariamente por homossexuais. Naquele momento as forças policiais usaram de força bruta para reprimir a concentração de gays e lésbicas, no entanto, os policiais acabaram por enfrentar uma reação inesperada por parte dos frequentadores, que foi um movimento de resistência e luta que duraria um final de semana inteiro.

De certa forma, compreendemos que a busca pela visibilidade LGBTQIA+, embora tenha se dado no início de forma bruta, hoje em dia não pode tolerar mais estes tipos de atitudes por parte das autoridades, e demais membros da nossa sociedade. O conhecimento pode nos auxiliar a refletir e repensar aspectos como esse.

Ao falarmos de relevância social, devemos também compreender a construção de identidade, e do seu papel para a aceitação do indivíduo, enquanto Oliveira (2020) destaca que a questão da identidade se torna de grande importância para a sociedade e seus indivíduos, abarcando sua pluralidade e significância.

Silva (2011) nos diz a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo, sendo ela instável, contraditória, fragmentada, inconsistente e inacabada, ela, a identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas, ou seja, ligada a sistemas de representação, tendo estreitas conexões com relação de poder.

O objetivo deste trabalho é mapear produções cuja temática tem relação com a LGBTQIAP+fobia no ambiente escolar, mais especificamente o Ensino Médio, bem como, trazer alguns conceitos sobre sexualidade e orientação sexual.

Desta forma procuraremos fazer uma investigação com narrativas de sujeitos

que se identifiquem com o grupo LGBTQIA+, mapeando produções e temáticas que tenham relação com o nosso trabalho, tentando compreender de que forma se dá a construção dessa identidade e de que forma eles são acolhidos ou não no ambiente escolar.

O presente capítulo apresenta alguns conceitos sobre LGBTQIAP+, a metodologia utilizada para sua construção, seus resultados, a análise dos conteúdos selecionados, bem como as conclusões válidas para a pesquisa do autor desta pesquisa.

2.7.1 ALGUNS CONCEITOS SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIAPN+

Antes de iniciarmos a análise dos nossos artigos veremos aqui alguns conceitos referentes à comunidade LGBTQIAP+, com a finalidade de compreendermos um pouco mais a respeito desse universo.

De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI, a sigla LGBTQIAP+ é a terminologia mais utilizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, queer, intersexual, assexual e pansexual, trazendo à discussão temas importantes para o debate nacional e internacional sobre os seus direitos.

Na tabela abaixo traremos um resumo com o significado de cada uma das orientações sexuais presentes na sigla LGBTQIAP+, de acordo com o Manual de Comunicação LGBTI.

Tabela 01: Glossário de Termos

| Letra | Termo | Significado |
|-------|-------------|---|
| L | Lésbica | Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas. |
| G | Gay | Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays. |
| B | Bissexual | É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. |
| T | Transgênero | Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade. |

| | | |
|---|-------------|---|
| | Transexual | Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual. São usadas as expressões homem trans e mulher trans. |
| | Travesti | Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. |
| Q | Queer | Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como queer, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade. |
| I | Intersexual | É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos. |
| A | Assexual | É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual. |
| P | Pansexual | A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica. |

Fonte: Manual de Comunicação LGBTI.

Para nossa maior compreensão deste universo, iremos esclarecer alguns conceitos importantes e considerados de importância para a compreensão deste trabalho.

O termo sexualidade refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e culturais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. (Gênero, 2009)

Enquanto isso gênero é um conceito formulado nos anos 1970, com profunda influência do movimento feminista, criado para distinguir a dimensão biológica, da dimensão social, que tem por base o raciocínio de que existem machos e fêmeas na espécie humana, considerando também que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. (Gênero, 2009)

Portanto, enquanto a sexualidade aborda aspectos referentes à emoções,

desejos, sensações, experiências, condutas etc.. gênero nos remete ao produto da realidade social, porém, não somente está ligado à anatomia de seus corpos, ou seja, o sexo biológico, que diz respeito às características que um indivíduo possui ao nascer.

Devemos também esclarecer outro fato importante, e que, é um termo usado erroneamente por muitas pessoas, não existe “opção sexual”, o termo correto a ser aplicado é orientação sexual, que é assim definido:

A orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (PRINCÍPIOS, 2006).

Quando falamos a respeito da comunidade LGBTQIAP+, sempre existe a importância de ressaltar as dificuldades que esta comunidade possui em ser aceita e respeitada pela sociedade, para isso veremos em seguida os conceitos que tangem o assunto discriminação.

Monsanto (20??) definiu a discriminação como um comportamento de raiz preconceituosa com algo ou alguém, enquanto o preconceito é uma idéia preconcebida em relação a algo ou alguém, com base em estereótipos, podendo ou não se manifestar na forma de discriminação.

Junqueira (2007) define a LGBTfobia como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. Ao mesmo tempo em que este afirma que isso consiste num dos problemas políticos e sociais dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência de sociedade para sociedade.

Para realizarmos este estudo foi feito um levantamento bibliográfico através da revisão de literatura de artigos publicados na Scientific Electronic Library Online (SciELO). Com as constantes transformações sociais que temos vivido nas últimas décadas e os debates acerca da diversidade sexual, optamos por selecionar trabalhos publicados a partir do ano de 2008, ano este muito significativo para a causa LGBTQIAP+, pois este ano é considerado como o grande marco para as pessoas trans, pois foi o ano em que o processo transexualizador passou a ser oficialmente oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Portaria nº 1.707 de 18

de agosto de 2008 do Ministério da Saúde, bem como, para trazer maior garantia e precisão no foco do debate a respeito de nossa temática de pesquisa proposta de conhecer as representações da homofobia na Educação Básica (EB).

Após análise dos artigos, procuramos encontrar a presença de elementos que viessem ao encontro de nossa pesquisa, ou seja, estudos com estudantes do ensino médio, que abrangesse suas representações e concepções, bem como, que abordassem as temáticas LGBTs em suas discussões e análises.

Sendo assim, os critérios de inclusão foram os seguintes: tratar-se de estudo com estudantes de Ensino Médio, ser artigo escrito em língua portuguesa, e temáticas sobre gêneros e sexualidades, sendo que os trabalhos que não atendessem a estes critérios foram excluídos, após a constatação de quais não atendiam a tais critérios, restaram então os trabalhos que estão elencados na tabela 02:

Como a finalidade de nosso estudo era de encontrar trabalhos que contemplassem o universo estudantil, mais precisamente do Ensino Médio, utilizamos como elementos de busca de pesquisa as palavras-chave “educação-ensino-homoafetividade-homofobia- homossexualidade”, sendo encontrados de acordo com a tabela abaixo, e após a leitura completa dos artigos passamos para nossas análises.

Tabela 02- Relação palavras-chave/quantidade artigos

| Palavra-chave | Nº registros |
|--|---------------------|
| Educação-ensino-homoafetividade-homofobia-homossexualidade | 0 |
| Ensino e homoafetividade | 1 |
| Ensino e homofobia | 12 |
| Ensino e homossexualidade | 11 |
| Educação e homoafetividade | 1 |
| Educação e homofobia | 27 |

| | |
|-----------------------------|----|
| Educação e homossexualidade | 29 |
|-----------------------------|----|

Fonte: o autor.

2.7.2 OS ARTIGOS SELECIONADOS

Na tabela abaixo elencamos os trabalhos que foram selecionados para a construção de nosso artigo, lembrando que todos eles têm como objetivo tratar sobre a LGBTQIAP+fobia dentro do ambiente escolar, retirados da SCIELO.

Tabela 03- Relação dos artigos analisados

| N^o | Ano | Autores | Título |
|----------------------|------------|--|---|
| 1 | 2009 | Elaine Italiano Vidal Paulo Rennes Marçal Ribeiro | Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência |
| 2 | 2011 | Araci Asinelli-Luz Moreira da Cunha | Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do ensino médio no Brasil entre 2004 e 2008 |
| 3 | 2011 | Fernando Silva Teixeira Filho Carina Alexandra Rondini Juliana Cristina Besso | Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista |
| 4 | 2012 | Fernando Silva Teixeira Carina Alexandra Rondini Marreto Andressa Benini Mendes Elcio Nogueira dos Santos | Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades |
| 5 | 2017 | Carina Alexandra Rondini Fernando Silva Teixeira Filho Livia Gonsalves Toledo | Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio |

| | | | |
|---|------|--|--|
| 6 | 2021 | Thenessi Freitas Matta Stella Regina Taquette Luciana Maria Borges da Matta Souza Cláudia Leite de Moraes | Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil |
|---|------|--|--|

Fonte: Scientific Eletronic Library Online (SciELO)

Na tabela nº 04 trabalharemos com os artigos que estão relacionados na tabela de nº 03, traçando quais foram os seus objetivos, suas metodologias e seu público alvo.

Tabela 04 - Artigo-Resumo Objetivos e Metodologia/Público

| | |
|---|--|
| <p>Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência</p> | <p>Objetivo: Verificar como pensam e como se comportam os jovens atualmente no que diz respeito a sexo e sexualidade, bem como, discutir à luz de referenciais teóricos sobre as concepções que possuem, adquiridas ao longo de suas vidas por meio da educação sexual.</p> <p>Metodologia e Público Alvo: Alunos e alunas do ensino médio, período diurno, de uma escola pública estadual, localizada em um município do interior do estado de São Paulo, com faixa etária entre os 14 e 19 anos. Abordagem quantitativa e abordagem qualitativa, sendo que o instrumento para a coleta de dados foi uma redação, onde cada sujeito desenvolveu um texto sobre o tema sexo e sexualidade.</p> |
|---|--|

| | |
|---|---|
| <p>Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do ensino médio no Brasil entre 2004 e 2008</p> | <p>Objetivo: Demonstrar a necessidade de uma reflexão sobre os desafios enfrentados pela escola enquanto espaço ecológico de desenvolvimento humano e que possibilita a compreensão dos diferentes tipos de relações afetivas.</p> <p>Metodologia e Público alvo: Análise qualitativa, a partir de dados do ENEM entre os anos de 2004 e 2008, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, visando descrever a incidência de homofobia entre concluintes do Ensino Médio nesse período. O que incluiu também a comparação em relação ao sexo e localização (UF) dos participantes que sofreram ou não discriminação homofóbica quanto à educação recebida no ensino médio.</p> |
| <p>Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista</p> <p>Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades</p> <p>Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio</p> | <p>Objetivo: Discutir como a homofobia e os dispositivos de controle social das sexualidades (re) produzem preconceitos e estereótipos que resultam em vulnerabilidades aos adolescentes não- heterossexuais e entender que um dos objetivos gerais da educação é a formação de cidadãos e cidadãs, implicando dizer que as escolas devem buscar a equidade e o respeito entre as pessoas.</p> <p>Metodologia e Público alvo: Estudo transversal realizado em 2009 junto a estudantes do ensino médio público em três cidades do oeste Paulista (Presidente Prudente, Assis e Ourinhos). A amostra foi composta por 2.282 adolescentes de ambos os sexos, cursando as três séries do ensino médio, e o instrumento empregado foi um questionário autoaplicável e anônimo, foram utilizados nesse estudo análises estatísticas descritivas, como frequências e porcentagens.</p> |
| <p>Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil</p> | <p>Objetivo: Analisar como os estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas percebem aqueles que têm sexualidade diversa do padrão heteronormativo e o entendimento que têm sobre a atitude dos educadores frente à diversidade sexual.</p> <p>Metodologia e Público Alvo: Abordagem mista, quanti e qualitativa, com estudantes do segundo ano do Ensino Médio, de ambos os sexos e em escolas públicas e privadas da IX Região Administrativa do Município do Rio de Janeiro, Brasil. Este artigo se refere à etapa qualitativa e a técnica escolhida foi a de grupo focal, que comporta a coleta de</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>dados por meio das interações entre indivíduos e é útil na compreensão do processo de construção de percepções, atitudes e representações sociais dos grupos humanos. Os dados foram coletados após contato e permissão dos estabelecimentos escolares e dos responsáveis, durante o ano letivo de 2016. A equipe de pesquisa reuniu-se com os estudantes das turmas disponibilizadas pela escola, explicou sobre o conteúdo da investigação, os temas a serem discutidos e os primeiros que concordavam em participar permaneciam na sala, no número máximo de 12 integrantes e mínimo de seis. Portanto, os grupos foram formados com pessoas que se conheciam.</p> |
|--|--|

Fonte: o autor.

2.7.3 A ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Sobre o artigo “Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência, ao analisarmos podemos entender que por se tratar da fase das descobertas do próprio corpo e a busca pela sua identidade, é importante compreendermos também que a sexualidade, ou seja, a maneira como os adolescentes encaram o tema sexo, possui relevância para a nosso estudo.

A coleta de dados ocorreu por meio de uma redação na qual os sujeitos escreveram sobre ideias, práticas e comportamentos sexuais. A autora destaca que foi possível evidenciar valores morais, tabus e preconceitos que permeiam estas concepções, bem como, uma contraditoriedade entre o falar e o agir, entre o proclamado e o desejado, contida nas ideias e práticas sexuais dos adolescentes. Também aponta que a ideologia machista parecia estar muito presente nas ideias destes alunos e alunas de modo que, muitas vezes, isso pode ser evidenciado no decorrer do trabalho. Este conteúdo machista era reproduzido principalmente pelas meninas que acabavam inferiorizando-se, sendo as que mais criticavam o sexo por prazer, por diversão e/ou sem compromisso.

Nesse artigo também se constata a grande importância da virgindade, embora não sendo defendida a ideia de preservá-la até o casamento, diferentemente dos meninos que querem ou se obrigam a perdê-la, o que reforçou a conclusão supracitada concluindo que, mesmo nos dias atuais, as ideologias machistas permanecem impregnadas entre os jovens.

Já o artigo “Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do ensino médio no Brasil entre 2004 e 2008” nos traz, como a discriminação

homofóbica no contexto escolar é um problema grave em vários níveis de ensino, e que está associada negativamente à percepção dos estudantes sobre o ambiente escolar. Seu estudo utilizou os dados de 6.414.302 estudantes com idades entre 16 e 25 anos disponíveis no questionário socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre 2004 e 2008.

Foram apresentados dados sobre a incidência de três fatores associado à homofobia entre concluintes do ensino médio: (1) sofrer discriminação homofóbica, (2) presenciar discriminação homofóbica e (3) admitir homofobia. A análise da associação entre homofobia e a percepção dos estudantes sobre sua educação no ensino médio revelou que os estudantes que não relataram ter sido alvos de discriminação homofóbica avaliaram sua experiência escolar de forma mais positiva em relação a seus pares que sofreram discriminação.

Os resultados obtidos neste trabalho sugerem um percentual elevado de estudantes, principalmente do sexo masculino, que relataram discriminação por serem ou parecerem homossexuais. Tais constatações podem estar associadas à intolerância maior em relação à homossexualidade masculina. Outra interpretação também aceitável é a hipótese de que o termo “homossexual”, utilizado no questionário socioeconômico do ENEM tenha sido interpretado pelos participantes como específico da homossexualidade masculina.

De certa forma, esses dados e sua visibilidade, facilitaram medidas que diminuam a intolerância e a homofobia na escola, como a Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010, que assegurou aos servidores públicos, no âmbito da administração pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais, o que possibilitou posteriormente aos estudantes, através da Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018 o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. (Brasil, 2018)

No trabalho “Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista” de autoria de Teixeira Filho (2011), o instrumento de coleta de dados foi um questionário autoaplicável e anônimo com 131 questões, que refletiu sobre quanto as/os participantes da pesquisa reproduzem e reforçam, no espaço escolar, os discursos hegemônicos de controle das sexualidades. Pautados na tentativa de fazer prevalecer a heterossexualidade como a única forma de inteligibilidade sexual, em detrimento de outras formas de manifestação da sexualidade.

No artigo, Teixeira Filho discute, como a homofobia e os dispositivos de controle social das sexualidades (re)produzem preconceitos e estereótipos que resultam em vulnerabilidades que os adolescentes não-heterossexuais apresentam. E destaca o quão importante é, para a escola, apropriar-se de meios de desconstrução das normativas heterocentradas, visando preservar os direitos e a cidadania de pessoas que não se identificam aos modelos vigentes de heterossexualidade.

As conclusões a que o autor chegou com esta pesquisa foram que entre os estudantes que se declararam heterossexuais, 0,5% já tiveram relação sexual com alguém do mesmo sexo biológico. Independentemente da orientação sexual, é fato que os adolescentes preferem, prioritariamente, conversar sobre sexo e sexualidade com os amigos.

Ainda demonstra que o contexto homofóbico no espaço escolar, demonstrado a partir de crenças e valores que influenciam os jovens no que diz respeito ao convívio e a aceitação das diversas orientações sexuais e identidades de gênero, não deixa dúvidas quanto à rejeição àqueles que não conseguem invisibilizar-se: travestis e transexuais. Os valores e as opiniões dos jovens participantes da pesquisa são impregnados e modulados pelo discurso homofóbico de educação de gêneros, o qual é reiterado nas escolas. Tratando-se de um discurso que reproduz preconceitos e estereótipos sexistas que, no que diz respeito àqueles que não se encaixam na heteronormatividade, resultam em sérios riscos.

Por outro lado, a bissexualidade parece ser alvo diferenciado do discurso homofóbico, justamente por ser duplamente forçado à invisibilidade, o que a lança em um complexo contexto de negação da identidade sexual, dificultando sua inteligibilidade.

Os artigos “Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades” e “Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio” são desdobramentos da pesquisa “Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista”, citada anteriormente, usando a mesma base de dados e públicos, porém, com conclusões referentes a outros focos, aos quais descrevemos abaixo.

Existem variados fatores que afetam as trajetórias sexuais de jovens não-heterossexuais tais como: eventos pessoais, histórias de vida, vínculos familiares e

de amizade. Considerando-se que numa sociedade homofóbica, o/a adolescente pode muitas vezes se declarar heterossexual, mas manter relações afetivo/sexuais às escondidas com adolescentes do mesmo sexo biológico. O que ficou evidenciado de forma contundente nesta pesquisa.

Outro aspecto importante que os autores puderam observar é de que as práticas sexuais não são necessariamente geradoras de identidades sexuais, pois este estudo revelou inclusive que jovens que se autodeclararam heterossexuais, mantinham ou já mantiveram relações sexuais com jovens do mesmo sexo biológico.

Ressalta-se também a pouca preocupação com o uso de preservativo em suas relações sexuais e o grande número de jovens que já sofreram alguma violência entre os não-heterossexuais.

De acordo com Teixeira (2012) sendo nossa sociedade fundada em bases heteronormativas, as diversas formas de expressão do desejo sexual perdem sua inteligibilidade, já que não correspondem à simplista fórmula binária naturalizada de que o gênero se define, tanto quanto o desejo, pelo sexo biológico.

Porém, o autor concluiu também que é a partir dos discursos que a heteronormatividade é confrontada. E desse modo, mesmo em uma sociedade fracamente homofóbica, jovens gays, lésbicas e bissexuais encontram formas de expressão de sua sexualidade e questionam o futuro da inteligibilidade das normas e dos valores heteronormativos.

Segue aqui os dados apresentados no artigo “Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio” de Rondini *et al.* (2017) serviram de alerta e reflexão, pois, apesar de a amostra ter apresentado tolerância moderada em relação à homossexualidade dentro dos fatores elencados, ainda assim, de acordo com a autora, esperava-se que a homossexualidade pudesse ser considerada manifestação tão banal do desejo quanto a heterossexualidade e, como tal, fosse aceita incondicionalmente pela sociedade.

Para Rondini *et al.* (2017) apesar de ser tema frequente na mídia e de a cidade de São Paulo sediar a maior parada LGBTT do planeta e de já ser um direito o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ainda encontramos preconceito no contexto escolar. O que pode ser explicado pela inexpressiva quantidade (e qualidade) de políticas públicas em educação dirigidas à minimização de homofobia, transfobia e lesbofobia nas escolas.

Para a autora, embora a homossexualidade já tenha sido retirada do Código Internacional de Doenças (CID) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha declarado em 1990 que a homossexualidade é uma vicissitude da sexualidade humana tanto quanto a hétero ou bissexualidade, ainda existe desinformação à respeito do assunto. E, embora, os psicólogos tenham sido proibidos de “curarem” a pessoa homossexual de sua homossexualidade, portanto, não se configurando mais como desviante e patológica a orientação sexual não heteronormativa, mesmo assim os jovens não são informados sobre isso.

A autora conclui que quanto menos esses assuntos são tratados na escola, de modo a desconstruir a linearidade arbitrária e imaginariamente construída via dispositivo da sexualidade entre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, mais assistiremos o crescer do medo da rejeição às diversidades no ambiente escolar.

Analisando o artigo “Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil” de Matta (2021) nos traz como a LGBTfobia se configura como contexto de vulnerabilidade à saúde das pessoas cuja sexualidade é diversa do padrão heteronormativo, denominadas minorias sexuais.

O objetivo deste estudo foi analisar como estudantes do Ensino Médio percebem seus pares das minorias sexuais e como entendem a atitude da escola e educadores sexuais frente à diversidade sexual, utilizando o método qualitativo por meio de 13 grupos focais com 132 estudantes de ambos os sexos, de escolas públicas e privadas do Município do Rio de Janeiro, Brasil.

As conclusões às quais a autora chegou foram que com o estudo delimitado ao universo dos estudantes do Ensino Médio e a grupos naturais que se conheciam, pode ser verificado que a LGBTfobia é plenamente manifesta nos ambientes escolares e invisível aos olhos da escola, na percepção dos estudantes. O que sugere que os programas e políticas públicas de educação e de saúde existentes não estão garantindo os direitos sexuais desta população, bem como, sua proteção. Pois estes se tratam de indivíduos em desenvolvimento e que a vivência da sexualidade de forma livre, segura e saudável é necessário oferecer aos seres em desenvolvimento condições adequadas para a manifestação de seus desejos e inquietações, e que o ambiente escolar é o mais indicado para isso. A autora também destaca que no momento atual, além da baixa efetividade nas políticas públicas neste campo, ficam evidentes os movimentos contrários a elas, e cita como

exemplo a retirada do termo gênero do texto do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014.

Porém, destaca-se que há uma maior aceitação dos adolescentes LGBTs no ambiente escolar, pois os estudantes estão mais abertos a mudanças, nas escolas públicas e privadas, e mesmo num ambiente escolar heteronormatizador e discriminatório, comum em ambos os estabelecimentos. A autora destaca que as minorias sexuais estão mais visíveis e sofrendo menos rejeição pelos seus pares nas escolas, sendo o índice de rejeição menor do que no meio social externo.

2.7.4 CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES PARA NOSSA PESQUISA

A partir destes levantamentos poderemos traçar estratégias para que possamos elaborar uma pesquisa que obtenha resultados de importante relevância social para a construção de uma sociedade que respeite as diferenças das minorias.

Ao olharmos para estes trabalhos percebemos que compreender o debate do tema sexualidade junto à comunidade escolar é de extrema importância para que possamos construir uma sociedade mais tolerante. Ao tomarmos por referência obras de diferentes autores percebemos o quanto está enraizada em nossa sociedade a cultura da “*menina veste rosa e o menino veste azul*”.

Podemos, portanto, concluir que existe uma grande relevância ao fazermos uma análise de outros trabalhos que abranjam a diversidade sexual, sob a perspectiva de suas representações, concepções, trajetórias e vulnerabilidades, e de discutir o tema diversidade sexual com os estudantes do ensino médio.

De fato, podemos concluir que a produção de conhecimento a respeito da temática diversidade sexual é um importante aliado ao combate da LGBTfobia, bem como, a escola deve assumir o seu papel de protagonismo no combate às desigualdades.

Portanto, concluímos que sendo a educação transformadora e a escola formadora de cidadãos com pensamento crítico, é a partir da escola que devemos nos alicerçar para a construção de uma sociedade mais tolerante e empática às diversidades, para que possamos minimizar os impactos da discriminação às minorias nas gerações futuras.

Para nossa pesquisa concluímos que este levantamento foi deveras importante para o embasamento teórico de nossa justificativa e construção do referencial teórico, bem como, trazemos em nossa pesquisa o diferencial de tratar

do ensino profissionalizante e análises das concepções a partir do ponto de vista de um núcleo voltado para o respeito ao gênero e as diferentes orientações sexuais.

3 - METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Nosso trabalho teve como foco a comunidade LGBTQIAPN+ e como essas questões de diversidade são tratadas no Instituto Federal Farroupilha (IFFar). A pesquisa caracterizou-se como investigativa, do tipo qualitativa, de caráter exploratório, e baseou-se em relatos de vivências, tendo como foco os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) dessa instituição.

Em sua abordagem foram estudados aspectos subjetivos do comportamento humano, ou seja, pretendeu-se estudar as relações sociais dos LGBTQIAPN+, sob a perspectiva de como era sua ambientação nos diferentes Campus do IFFar.

Segundo Triviños (1987, p. 128-129), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procurou captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, propiciando conhecer intimamente o objeto de investigação, dada a aproximação com a realidade analisada.

Esse estudo foi definido como de caráter exploratório, pois consistiu em, através de seus métodos e critérios, proporcionar uma maior proximidade com o universo do objeto que foi estudado, no intuito de fornecer maiores informações e orientações na formulação das hipóteses do estudo. (Trivinos, 1987)

Para o autor,

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seus estudos nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maiores conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental (Trivinos, 1987, P. 109).

Levando-se em conta que a educação deve e sempre deverá ser inclusiva, pois somente ela, a educação, pode acabar com velhos preconceitos que seguem impregnados em nossa sociedade. Segundo Freire (1987), a educação não transforma o mundo, a educação muda as pessoas, pessoas transformam o mundo.

Como a educação é transformadora, é pelas instituições de ensino que devemos começar uma nova visão de sociedade, mais inclusiva e tolerante,

tomando por base os artigos 5º e 205º da Constituição Federal.

Finalizando os argumentos para o desenvolvimento dessa pesquisa, pode-se dizer que a principal finalidade foi dar voz e visibilidade para que a comunidade homossexual possa ocupar seus espaços, acabando com a velha premissa de viver à margem da sociedade. É importante saber que a comunidade LGBTQIAPN+ está inserida na sociedade, são indivíduos que estão dentro de famílias, igrejas, instituições educacionais etc., o que existe é uma tentativa de invisibilidade por meio de preconceitos, quer eles sejam velados ou não, e o que pretendi foi assegurar a construção de Políticas Públicas de respeito e tolerância.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

Nossa pesquisa teve como locus o IFFar, que é uma autarquia federal do estado do Rio Grande do Sul, que possui sua distribuição geográfica nas regiões centro-oeste, fronteira-oeste e noroeste do estado, e segundo o PDI (2019-2026) no ano de 2018 a instituição possuía 128 cursos aprovados pelo CONSUP, sendo 72 cursos técnicos e 56 cursos superiores, com um público aproximado de treze mil estudantes.

Conforme mencionado em nosso referencial teórico, o IFFar é constituído atualmente por 11 (onze) campus e a reitoria, na cidade de Santa Maria, e, participaram da nossa pesquisa, os seguintes campus: Alegrete, Frederico Westphalen, Júlio de Castilhos, Panambi, Santo Ângelo e São Borja.

3.3 POPULAÇÃO OU AMOSTRA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram convidados os presidentes dos NUGEDIS de cada Campus da Instituição, sendo que foi primeiramente enviado um e-mail para os Núcleos, para que, através deste fosse indicado o nome do servidor que participaria das entrevistas, deste modo, após trocas de e-mail e indicação do participante, houve também a troca de contatos telefônicos para que as conversas e tratativas se tornassem mais ágeis. Cabe salientar que todos os campus possuem um endereço de e-mail específico para o NUGEDIS.

Após as trocas de e-mails e telefonemas, foram enviados aos participantes que sinalizaram interesse em participar da pesquisa o TCLE, via e-mail, e estes devolveram o mesmo assinado, também através do correio eletrônico.

Os entrevistados responderam a sete questões que haviam sido validadas

por dois ex-presidentes do NUGEDIS, dos campus que não participaram da pesquisa.

3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Nesta pesquisa optamos por abranger os presidentes dos NUGEDIS dos diversos campus do IFFar, para que pudéssemos ter uma ideia universal de como as questões tangentes a gênero e diversidade sexual são tratadas num todo no IFFar.

3.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Como critérios de exclusão optamos por excluir dois campus, um ao qual o pesquisador encontra-se vinculado e no qual o mesmo fez parte do NUGEDIS, e o outro campus por ser onde a orientadora da presente pesquisa encontra-se lotada.

Também foram incluídos aos critérios de exclusão os campus nos quais os NUGEDIS não responderam aos e-mails enviados pelo pesquisador, bem como aqueles campus cujos participantes não assinaram o TCLE.

3.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados iniciou-se na fase do pré-projeto, em meados do mês de maio do ano de 2021, sendo que ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram sendo incluídos diversos dados e referências a respeito da temática, julgadas de relevância para nosso trabalho.

Inicialmente na pré-análise foi feita uma pesquisa bibliográfica com assuntos referentes ao tema de nossa pesquisa, e também uma análise documental a respeito da legislação pertinente à temática existente na instituição, bem como, nacionalmente a respeito dos direitos adquiridos aplicáveis à educação.

Para a coleta de dados utilizamos a pré-análise, que segundo Bardin (1986) é a fase de organização, cujo objetivo é tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira que se possa conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise. Todas as fases da pesquisa estão descritas no item 3.8, procedimentos de análise.

Posteriormente passamos para as entrevistas semi-estruturadas (Apêndice E), sendo que em virtude da distância entre os campus e a disponibilidade de horários estas entrevistas foram realizadas de forma on-line. Segundo Minayo

(2009) em uma entrevista semi-estruturada o entrevistador possui um ponto de partida e uma diretriz inicial, mas a conversa pode ser conduzida sem seguir totalmente a mesma direção.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre os meses de outubro a novembro do ano de 2022, tiveram por roteiros sete questões, elas foram realizadas via google meet, e gravadas com o auxílio do aplicativo OBS Studio, tendo por base as questões validadas do questionário, para isso as entrevistadas receberam antes via e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Confidencialidade (TC), que foram devolvidos ao pesquisador também via e-mail.

Todas as entrevistas foram transcritas, com o auxílio do aplicativo transkriptor e foram enviadas para as entrevistadas para que os mesmos dessem consentimento sobre o que foi falado, ficando informado que o consentimento para a inclusão dos dados no banco de dados poderia ser retirado a qualquer momento. As questões aplicadas na entrevista foram submetidas a validação, por dois ex-presidentes do NUGEDIS, foram realizadas duas entrevistas “piloto”, que foram utilizadas como base para a aprovação da pesquisa mediante a banca de qualificação.

O roteiro utilizado para a entrevista teve as seguintes questões, conforme seguem abaixo e também encontram-se anexadas no Apêndice E.

Seguem abaixo as questões aplicadas durante a entrevista:

- a) Qual é a finalidade do NUGEDIS?
- b) Quais as ações de ensino, pesquisa e extensão que costumam ser realizadas para abordar o tema diversidade com a comunidade acadêmica?
- c) Essas ações costumam ser contínuas ou ganham apenas foco no mês do orgulho LGBTQIAPN+?
- d) Já houve relatos de casos de discriminação por orientação sexual no seu campus?
- e) Existe algum protocolo ou treinamento para lidar com situações de discriminação?
- f) Como se dá o acolhimento dos LGBTQIAPN+ no campus?
- g) Você tem conhecimento de quais são os direitos adquiridos pela comunidade LGBTQIAPN+ referentes à educação?

Desta forma entendemos que as referidas questões supracitadas atendem

aos objetivos da nossa pesquisa, e nos forneceram informações de suma importância que vão nos dar suporte para desenvolvimento de nossas análises e discussões.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

Para que essa pesquisa obtivesse amparo legal, a mesma foi submetida ao Comitê de Ética do Instituto Federal Farroupilha, sob o nº CAAE 53417621.3.0000-5574 e aprovada conforme parecer nº 5.319.245. Foram obedecidas todas as questões éticas pertinentes à pesquisa com seres humanos como: isenção da pesquisa, percepção da veracidade e geração de conhecimento coletivo. Além de seguir a resolução CNS 510//2016, sobre a preservação do sujeito da pesquisa, que diz que a missão do sistema é “Proteger os sujeitos envolvidos, garantindo a todos que seus interesses serão considerados acima dos interesses da ciência e/ ou da sociedade”, bem como, “Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos”.

Os riscos desta pesquisa foram classificados como de grau mínimo aos participantes, pois estes apenas responderam a questões referentes ao núcleo, não lhes acarretando nenhum dano físico ou psicológico.

Houve a previsão de que se por acaso existisse a necessidade de amparo emocional, seria de inteira responsabilidade do pesquisador assumir a assistência integral. Caso fosse necessário atendimento por profissional de saúde, o participante seria encaminhado para o serviço de saúde pública mais próximo ou de sua preferência.

Os benefícios desta pesquisa foram entendidos como uma análise sobre as concepções e relações homoafetivas no ambiente escolar, buscando compreender como se dá o acolhimento desta comunidade. Através dela foi possível encontrar novos meios de adequar as formas de tratamento e as formas que os estudantes realmente pudessem se sentir inseridos no ambiente escolar.

Dessa forma, entendemos que através da sensibilização da comunidade escolar sobre respeito e compreensão da diversidade de orientações sexuais, para podermos minimizar os impactos do preconceito neste ambiente, traz aos participantes a satisfação de colaborar na construção desse projeto.

Todos os cuidados necessários para a preservação das identidades dos

participantes foram tomados, de forma que não houvesse nenhum tipo de prejuízo aos mesmos em decorrência de sua participação no presente estudo. Ao iniciarmos a entrevista e a posterior transcrição, cada entrevistada recebeu um código de identificação, que seria de conhecimento apenas do pesquisador, sendo determinados como letra P indica a presidente, em ordem alfabética por nome, dos campus que participaram, ficando os códigos identificadores da seguinte forma: P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

Os participantes entrevistados não foram remunerados pela participação na pesquisa, porém, tiveram garantidos o direito ao ressarcimento no caso de despesas decorrentes de sua participação, garantindo-lhes também o direito de indenização em caso de eventual dano.

As gravações dos áudios coletados estão sob a responsabilidade do autor dessa pesquisa e foram armazenados em um dispositivo portátil com memória flash, acessível via porta USB, conhecido popularmente como pendrive. Todas as informações foram armazenadas em local seguro, pelo prazo de 5 anos após a publicação dos resultados, sendo que poderão ser divulgadas apenas de forma anônima.

3.8 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A presente pesquisa, na modalidade relatos de vivência, utilizou o Método de Análise de Conteúdo, definido por Bardin como: [...] *um conjunto de técnicas de análise das comunicações* [...]. (Trivinos, 1987, p. 160). Os procedimentos de análise obedeceram às três etapas pertinentes ao método utilizado, ou seja, pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial.

Segundo Bardin (2011), a pré- análise classifica-se como;

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso. (Bardin, 2011, p. 124)

Nessa etapa nós fizemos a exploração dos materiais coletados, bem como, foi buscado um significado para nortear as nossas ações, de tal forma

que obtivéssemos uma maior clareza sobre os objetivos da pesquisa e os resultados obtidos.

A segunda fase da análise, que é a descrição analítica: [...] começa já na pré-análise, o material que constitui o corpus é submetido a um estudo aprofundado, orientado este, em princípio, pelas hipóteses e referenciais teóricos.[...] (Trivinos, 1987, p. 161)

Com o referencial teórico e as transcrições das entrevistas em mãos, nessa fase procuramos classificar os dados de acordo com os objetivos de nossa pesquisa, dividindo-os conforme as respostas em eixos temáticos. Desse modo, nessa fase, de acordo com Oliveira (2008) fez-se necessário analisar os dados respeitando alguns critérios de validade qualitativa, tais como: exaustividade, que consiste no esgotamento da totalidade do texto; homogeneidade, ou seja, a separação dos temas a serem trabalhados de forma que possibilite a comparação; exclusividade, que permite com que um mesmo elemento possa estar somente em uma mesma categoria; objetividade, permitindo que qualquer codificador consiga chegar aos mesmos resultados; e adequação ou pertinência que garante a correlação entre o material e os objetivos da análise.

Na terceira fase, de interpretação referencial, o pesquisador não deve voltar sua atenção apenas ao conteúdo manifesto, mas esse deverá também aprofundar sua análise às conexões de ideias e caso for possível chegar a propostas básicas de transformação. (Trivinos, 1987). Sendo assim, essa etapa constituiu no tratamento dos resultados, e foi onde ocorreu a condensação e o destaque das informações para análise, denominadas por Bardin (2011) como análise reflexiva e crítica.

Nessa última etapa, portanto, fizemos a conexão entre as hipóteses elencadas e as afirmações colhidas mediante os dados das entrevistas, elaborando uma tese conclusiva, mas não imutável. Através desses relatos, pensamos na elaboração do produto educacional, que pudesse contribuir significativamente para o enfrentamento dos preconceitos que possam ser descobertos durante a pesquisa em relação aos LGBTQIAPN+ no ambiente escolar.

Um produto educacional é um objeto de aprendizagem desenvolvido com base em trabalhos de pesquisas científicas, que visam disponibilizar contribuições e orientações, principalmente para a população ligada à EPT, no caso do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Desta forma, através da realização das entrevistas piloto, pensamos no

produto final deste estudo. A partir dos resultados obtidos, pensamos na importância de criarmos um manual informativo a respeito dos termos relacionados à orientação sexual. Esse material foi apresentado aos estudantes do Ensino Técnico Integrado, através dele foi possível sanar dúvidas dos estudantes relacionadas a questões de diversidade.

4 - ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Neste capítulo, estão apresentados os dados coletados e analisados, através da análise documental, e das entrevistas realizadas, no intuito de conhecer as representações constituídas no IFFar, com relação às pessoas LGBTQIAPN+.

4.1 COMPREENDENDO O CORPUS DA ANÁLISE

Em nossa análise faremos a contextualização dos núcleos que fazem parte das ações afirmativas, iniciando as nossas discussões a respeito do núcleo que norteia o objetivo principal de nossa pesquisa, o NUGEDIS e como suas ações contribuem com as Políticas de ações afirmativas da instituição. Mas antes vamos entender a forma na qual pretendemos contextualizar tais discussões.

Para essa etapa utilizamos uma entrevista semi- estruturada, realizada com as 06 (seis) presidentes do NUGEDIS que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, as quais serão denominadas como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

Essas entrevistas nos permitiram levantar informações que vão ao encontro dos objetivos estabelecidos e que nortearam nossa pesquisa, para possibilitar a elaboração de uma dissertação com dados contundentes e que tiveram como embasamento teórico os dados obtidos através de nossa análise documental.

Além da busca bibliográfica também procuramos conhecer, através das entrevistas realizadas, qual o conhecimento que as entrevistadas participantes da pesquisa possuíam a respeito desses documentos institucionais que norteiam as finalidades do Núcleo e o amparam legalmente. Todo esse conjunto de levantamentos tanto bibliográficos quanto a análise dos relatos compuseram o nosso primeiro eixo temático.

Em nosso segundo eixo, **As ações desenvolvidas pelo NUGEDIS e a comunidade LGBTQIAPN+**, conhecemos as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos câmpus participantes em relação a essa comunidade, bem como, quanto à periodicidade com que essas ações costumam ocorrer nos campus

envolvidos na pesquisa.

Também procuramos averiguar a existência de algum protocolo de atendimento aos estudantes envolvidos em casos de discriminação, levando em consideração que o núcleo tem apenas um papel consultivo, não havendo nenhuma espécie de resolução que indique quais as providências que devem ser tomadas nesses casos.

O terceiro eixo, **Acolhimento/atendimento a população LGBTQIAPN+ nessa instituição**, compreendemos quais eram as estratégias utilizadas pelos campus quanto ao acolhimento e atendimento aos estudantes, em relação ao NUGEDIS, desvendando as diferentes formas com que os núcleos costumam divulgar suas atividades e apresentar suas atribuições e finalidades à comunidade acadêmica.

No eixo **LGBTfobia no IFFar e suas representações** procuramos averiguar a existência de discriminação na instituição em relação à orientação sexual, observando que embora muitas vezes de forma velada, há sim casos de discriminação, o que não impede que os estudantes sintam-se à vontade em expressar a sua sexualidade dentro da instituição.

Temos por nosso quinto eixo, **Os Direitos na educação e a diversidade no contexto do IFFar**, no qual procuramos averiguar o nível de apropriação das entrevistadas relativos aos direitos adquiridos pela comunidade LGBTQIAPN+ no que tange à educação, verificando que embora nem todas as entrevistadas estejam a par quais são esses direitos, existe por parte dos NUGEDIS uma constante preocupação pela busca e atualização do conhecimento a respeito da legislação e políticas de ações afirmativas, que contemplem a participação e permanência dos estudantes LGBTQIAPN+ nos mais diversos níveis de ensino.

Para o desenvolvimento deste estudo foram escolhidos os presidentes dos NUGEDIS da instituição. Durante as tratativas, não obtivemos retorno de dois (02) campus e houve a negativa de participação de um (01) outro, sob a alegação que já havia colaborado muito com outras pesquisas do programa, restando-nos a afirmação positiva de seis (06) campus no total. Cabe salientar que pelo critério ético, houve a exclusão de 2 (dois) campus nesta pesquisa, por envolvimento do pesquisador e do orientador da pesquisa.

O propósito da nossa pesquisa era desenvolver entrevistas ou questionários semi - estruturados a fim de conhecer um pouco mais sobre a comunidade

LGBTQIAPN+ na instituição. A partir daí, verificar quais as ações afirmativas e políticas educacionais existentes para garantir o direito ao acesso e permanência dessa comunidade ao ensino, como se dava o atendimento e acolhimento dessa população na instituição, a existência ou não da LGBTfobia no ambiente institucional e o conhecimento dos agentes envolvidos quanto aos direitos dessa comunidade.

Dessa forma, o participante seria convidado a participar da entrevista e caso não fosse possível, utilizar essa ferramenta, teria a opção de participar do preenchimento do questionário. Todas as coletas e resultados obtidos foram via entrevistas on-line, pois todos os entrevistados optaram por participar dessa forma. Essas entrevistas foram realizadas através do google meet e gravadas com o auxílio do aplicativo OBS Studio, sendo posteriormente transcritas e enviadas para apreciação dos participantes, onde, após a leitura e confirmação de que estes estavam de acordo, passamos a fase de interpretação referencial do material coletado.

Para a análise de dados de nossa pesquisa e conforme narrativas feitas pelos presidentes do NUGEDIs, após a categorização, organizamos nosso conteúdo em cinco (05) eixos temáticos, conforme demonstrado no Quadro 1. A partir dessas temáticas e categorizações, buscou-se compreender melhor a realidade desses Núcleos e da comunidade LGBTQIAPN+ atendida pelo Instituto Federal Farroupilha.

Quadro 1 – Estrutura da Análise dos Dados

| | |
|----|---|
| 1º | O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIs) e as políticas institucionais |
| 2º | Ações desenvolvidas pelo NUGEDIs à comunidade LGBTQIAPN+ |
| 3º | Acolhimento/atendimento a população LGBTQIAPN+ no IFFar |
| 4º | LGBTfobia no IFFar e suas representações |
| 5º | Direitos na educação e a diversidade no contexto do IFFar. |
| 6º | Produto educacional |

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 O NUGEDIs E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Ao começarmos nossa trajetória investigativa para que pudéssemos compreender as políticas educacionais que eram desenvolvidas no IFFar e as ações existentes que potencializam o respeito às diferenças, de imediato fomos

direcionados ao NUGEDIS. Esse Núcleo localizado em todos os campus do IFFar atende a estudantes de diferentes localidades, de diferentes classes sociais, apresentando assim realidades de vida diferentes, dentro desse contexto podemos citar as questões de diversidade sexual e de gênero.

Através da análise documental, que constitui um método importante, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Alves-Mazzotti, 1998; Lüdke & André, 1986), foi possível conhecer esse Núcleo. Utilizamos em nossa pesquisa, decretos, leis e resoluções que foram fundamentais para trazer à memória desde o seu surgimento, funcionamento, membros que o compunham e coordenações que estavam ligadas.

Inicialmente, antes de nos aprofundarmos nas nossas discussões a respeito do NUGEDIS, vamos citar as principais políticas referentes à diversidade em âmbito nacional e institucional, que traremos elencadas na tabela abaixo. As principais políticas em âmbito nacional já foram descritas previamente no referencial teórico, porém para podermos chegar nas políticas institucionais é importante citarmos elas novamente.

Tabela 05: Políticas públicas que abrangem o público LGBTQIAPN+

| Ato Normativo | Órgão | Assunto |
|--|--------------------------------|---|
| Resolução nº 001/99 | Conselho Federal de Psicologia | Veda toda e qualquer tentativa de um psicólogo de “curar” o paciente homo ou bissexual. |
| Programa Brasil Sem Homofobia (2004) | Ministério da Saúde | Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. |
| Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 7 de agosto de 2006) | Poder Executivo Federal | Art. 2. Toda mulher, <u>independentemente</u> de classe, raça, etnia, <u>orientação sexual</u> , renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. |

| | | |
|---|------------------------------------|--|
| Portaria nº 41 de 28 de março de 2007 | Ministério do Trabalho | Em seu artigo 8º, prevê que é proibido ao empregador solicitar documentos ou informações relacionadas à orientação sexual do/a empregado/a. |
| Portaria nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 | Ministério da Saúde | Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. |
| Resolução 175 de 14 de maio de 2013. (União Civil Homoafetiva) | Conselho Nacional de Justiça (CNJ) | Permite em todo o Brasil o casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. |
| Políticas de Diversidade e Inclusão, do ano de 2013 e atualizada pela Resolução Consup nº 079 de 13 de dezembro de 2018 | Instituto Federal Farroupilha | Estabelece algumas perspectivas para as políticas inclusivas na instituição. |
| Estatuto da Juventude (Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013) | Senado Federal | Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: (...) II <u>-orientação sexual</u> , idioma ou religião; |
| Portaria n. 2.803 de 19 de novembro de 2013. | Ministério da Saúde | Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). |
| Instrução Normativa nº 03 de 02 de junho de 2015 | Instituto Federal Farroupilha | Dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IF Farroupilha. |
| Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016 | Presidência da República | Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| Resolução Consup 023/2016 de 24 | Instituto Federal Farroupilha | Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP 015/2014, que dispõe sobre as Ações Inclusivas da reitoria e dos campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e |

| | | |
|--|-------------------------------|---|
| de maio de 2016. | | Tecnologia Farroupilha. |
| Mandado de Injunção 4.733 de 13 de junho de 2019. | Supremo Tribunal Federal | Homofobia e a transfobia enquadram-se no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo. |
| Resolução CONSUP nº 042 de 23 de setembro de 2022. | Instituto Federal Farroupilha | Homologa a Resolução Ad Referendum nº 10/2022, que aprova o Regulamento das Coordenações de Ações Afirmativas (CAA) do IFFar. |

Fonte: O autor.

Nessa tabela anterior apresentamos algumas políticas nacionais que já haviam sido previamente descritas no referencial teórico e aqui nos resultados nos deteremos apenas nas Políticas de Diversidade e Inclusão do IFFar.

Após a análise da documentação, principalmente em torno das políticas públicas que regem o NUGEDIs, desde a sua criação até o momento atual, foi possível conhecer mais detalhadamente o que é esse Núcleo e qual a sua atuação perante as questões de diversidade sexual e gênero.

Uma das primeiras menções no que se refere a palavra Política de Diversidade e Inclusão no IFFar nos remete ao mês de agosto, do ano de 2013. De acordo com documentos oficiais, foi através da Resolução CONSUP nº 10/2013 (IFFar, 2013) que foi instituída a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), e foi posteriormente regulamentada pela Resolução CONSUP nº 15/2014. Portanto, de acordo com isso, o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com as diferenças fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades (IFFar, 2013).

Esse documento previa, além de outras ações, a busca por estratégias de promoção da igualdade, do respeito e do pertencimento de todas e todos os servidores e estudantes, com ações voltadas para as temáticas de inclusão, diversidade e não violência. A Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), instituída a partir dessa mesma resolução, era constituída pelos seguintes Núcleos: Núcleo de Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena).

O NAPNE, foi instituído pela Portaria 14/2010 (IFFar, 2010) e regulamentado através da Resolução CONSUP/IFFar 015/2014 (IFFar, 2014). Esse Núcleo tem como função primordial eliminar as barreiras que possam atrapalhar o processo de escolarização dos estudantes com necessidades específicas, ou seja, as barreiras em relação à exclusão.

Dessa forma, este núcleo também deve promover a cultura da educação para a convivência e problematizar a normalidade como parâmetro de nivelamento de sujeitos. Sendo assim, foi possível estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção de inclusão de pessoas com necessidades especiais específicas (NEE), e demarcar uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação e ao capacitismo.

O NEABI, instituído pela Resolução 23/2010 (IFFar, 2010), e igualmente ao NAPNE, também regulamentado pela Resolução CONSUP/IFFar nº 015/2014, tem como objetivo criar espaços e atividades que garantam uma educação pluricultural e pluri étnica, para a construção da cidadania através da valorização da identidade racial, especialmente de negros, afro-brasileiros e indígenas, e demarcar uma postura institucional que vise a prevenção e o combate à discriminação e ao racismo.

As ações promovidas por esse Núcleo costumam ocorrer ao longo do ano letivo, debatendo as relações étnico-raciais, seja por meio de cursos, oficinas, eventos ou projetos de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, as Leis nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e a Lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008) amparam as ações do referido núcleo.

O ano de 2015 marcou a instituição com a Instrução Normativa 03/2015, de 02 de junho de 2015 (IFFar, 2015) que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IFFar, assegurando às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito dessa instituição, nas seguintes situações:

Cadastro de dados e informações de uso social; Comunicações internas de uso social; Endereço de correio eletrônico; Identificação funcional ou acadêmica de uso interno do órgão (crachá); Lista de ramais do órgão; Nome do usuário em sistemas de informática e Listas de chamada (IFFar, 2015, p. 1).

Conforme a normativa entende-se como nome social, aquele pelo qual as pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade.

Seguindo a cronologia das políticas de inclusão na instituição, nos deparamos com a Resolução CONSUP nº 023/2016 do IFFar (IFFar, 2016), que alterou a redação e reorganizou os títulos da Resolução 015/2014 (CONSUP IFFar, 2016). Através dessa mudança foi possível criar o NUGEDIs. Esse documento dispunha sobre as Ações Inclusivas da Reitoria e dos campus do IFFar. No Artigo 55 desta mesma resolução foi instituída a natureza e a finalidade do Núcleo, onde no Título VI, Capítulo I tratamos da natureza e finalidade de sua criação.

Art. 55 O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha – instituído pela sigla NUGEDIS, ligado a coordenação de Ações Inclusivas, tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, e proporcionar espaços para debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual. (CONSUP, IFFar, 2016, p. 1).

A sigla NUGEDIs que também foi proposta através dessa resolução, definiu que o Núcleo ficaria ligado a CAI, e teria por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, e promover espaços para debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual. A partir dessa Resolução, cada campus deveria, portanto, estabelecer seu Núcleo, em observância às orientações contidas nesse regramento (CONSUP IFFar, 2016).

Ainda de acordo com essa Resolução, o artigo nº 56, determinava que a organização do núcleo seria da seguinte forma: deveriam ser considerados como membros efetivos dois (02) docentes do campus, dois (02) membros da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), sendo um deles preferencialmente, da área de psicologia e dois (02) técnicos administrativos em educação.

Além dos servidores eleitos por voto direto, foram considerados Membros Colaboradores do NUGEDIS, os membros da comunidade acadêmica e local, os quais poderiam participar das atividades planejadas e organizadas pelo núcleo de acordo com o Art. 68.

Os servidores desde que foi instituída essa resolução, devem ser eleitos através de seus pares, via voto direto e secreto, em único turno, sendo que cada eleitor deverá votar em um candidato de sua categoria, com mandato dos membros efetivos de dois (02) anos, com possibilidade de recondução por igual período. O presidente e o vice-presidente do NUGEDIS serão escolhidos pelos membros efetivos na primeira reunião após a eleição dos representantes.

Segundo a resolução, são atribuições do NUGEDIS:

I. Promover e consolidar o Art. 30 da Constituição Federal, qual seja, a promoção "do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", afirmando expressamente a igualdade entre homens e mulheres como preceito constitucional; II. Promover a implantação e consolidação de políticas inclusivas de gênero e diversidade sexual nos *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Considerando os documentos institucionais tais como a Política de Diversidade e Inclusão de Instituto e a Instrução Normativa N° 03, de 02 de junho de 2015, que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IF Farroupilha; III. Promover cursos de formação continuada à comunidade acadêmica interna e externa sobre assuntos relacionados às temáticas de gênero e diversidade sexual; IV. Participar e/ou implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco nas temáticas de gênero e diversidade sexual; V. Propor a realização de eventos voltados às temáticas de Gênero e Diversidade Sexual; VI. Articular os diversos setores da instituição para a promoção do atenção às questões de Gênero e Diversidade Sexual; VII. Zelar- pelas condições de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes, respeitando as questões de gênero e diversidade sexual; VIII. Propor, elaborar, executar e avaliar ações para a promoção do conhecimento e da valorização das temáticas de Gênero e Diversidade Sexual; IX. Proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual na comunidade interna e externa; X. Constituir grupos de estudos na temática de gênero e diversidade sexual, a fim de apropriar-se do debate contemporâneo nestas abordagens e de compreender os conceitos que dela fazem parte; XI. Conhecer e compreender as políticas públicas que tratam das temáticas deste núcleo; XII. Constituir diálogos entre os *campus* para fortalecer uma política institucional dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual no Instituto Federal Farroupilha; XIII. Participar dos debates e das ações que tratam do acesso, da permanência e da conclusão com êxito dos discentes no Instituto Federal Farroupilha, de modo a garantir o respeito às diferenças e a promoção à equidade, evitando segregações e binarismos; XIV. Trabalhar de forma articulada com a CAI e os demais núcleos inclusivos dos *campus*. (IFFar, 2016, p. 4-5).

Posteriormente tais políticas foram regulamentadas por meio da aprovação da Resolução CONSUP 079/2018 (IFFar, 2018), que traz a inclusão como um conjunto de práticas que norteiam as ações institucionais.

Segundo essa política, a inclusão, é definida como sendo:

Um conjunto de estratégias voltadas à garantia de permanente debate e promoção de ações, programas e projetos para garantia do respeito, do acesso, da participação e da permanência com qualidade e êxito de todos e todas no âmbito do IFFar (IFFar, 2018, p. 05).

A intenção dela foi orientar e reformular as perspectivas em relação às práticas de inclusão, considerando o cenário atual, social, político e educacional e envolver os atores que compõem o cenário acadêmico – discentes, servidores, terceirizados e comunidade externa.

Atualmente as Políticas de Diversidade e Inclusão passaram a ser chamadas de Políticas de Ações Afirmativas de Inclusão Socioeconômica, Étnico-Racial e para pessoas com deficiência, estabelecidas pela Resolução CONSUP 029/2019 (IFFar, 2019) e estão incluídas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar (2019-2026).

Até 2022 a CAI era constituída pelo NAPNE, NEABI e NUGEDIS. No ano de 2022, dando continuidade a essas transformações dentro das políticas de diversidade da instituição, vemos que, a Resolução CONSUP 042/2022, homologou a resolução *AD Referendum* nº 010/2022, que aprovou o regulamento das Coordenações de Ações Afirmativas (CAA) do IFFar, onde de acordo com o artigo 1º, inciso I, atualiza o nome das CAIs, para CAAs, com isso, houve a revogação da Resolução CONSUP 015/2014 (CONSUP IFFar, 2014) através da Resolução CONSUP 042/2022 (CONSUP IFFar, 2022), e, a partir de setembro de 2022 ocorreram algumas mudanças nos Núcleos.

A segunda mudança foi a criação da Coordenação de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - (CAPNE), através de parecer de número 23/2022 do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal Farroupilha (CODIR) (IFFar,2022). Atualmente a organização do NAPNE foi atualizada pela Resolução AD REFERENDUM CONSUP IFFar Nº 11/2022 (IFFar, 2022) e homologada pela Resolução CONSUP nº 43/2022 (IFFar, 2022).

A CAPNE dará sequência ao trabalho do NAPNE, pois o presidente do NAPNE passa a ser o coordenador, reafirmando um trabalho contínuo que já existia. O único núcleo que passa a pertencer a CAPNE é o NAPNE (IFFar, 2022). As CAPNEs e os NAPNEs têm como objetivos:

I - estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (NEE); II - demarcar uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação e ao capacitismo. O NEABI e o NUGEDIS, com o viés de auxiliar a gestão na política de diversidade e inclusão, na permanência do aluno e na flexibilização do currículo, passam a pertencer a CAA. (IFFar, 2022, p. 2)

Atualmente a organização do NEABI foi atualizada pela Resolução AD REFERENDUM CONSUP IFFar Nº 12/2022 (IFFar, 2022) e homologada pela Resolução CONSUP nº 44/2022 (IFFar, 2022).

As atribuições e composição do NUGEDIS permaneceram inalteradas, porém,

atualmente a Reitoria está criando um grupo de estudos, com a participação dos membros do núcleo, para trabalhar em sua reformulação.

Após comentarmos sobre esse conjunto de Núcleos que fazem parte das ações afirmativas do instituto, percebo que existe uma preocupação por parte da instituição em validar uma de suas missões, focando na formação integral do cidadão, primando o respeito, que é um dos seus valores fundamentais. Diante disso, a existência de núcleos voltados à inclusão, acabam por abrir portas para que as diferenças sejam depauperadas, conseqüentemente, acredito que os estudantes que se enquadram nesse universo da diversidade, ao sentirem que existe uma preocupação em sua inclusão e equiparação, sintam-se num ambiente acolhedor.

A respeito do NUGEDIS, acredito que muitos ainda não compreenderam a sua importância e dimensão, uma vez que ao tratar sobre gêneros e diversidade, ali estão englobados todas as sexualidades existentes, muito além da binariedade imposta pela sociedade conservadora.

A partir desse ponto e compreendendo um pouco mais a respeito da constituição do NUGEDIS, bem como, atribuições e alterações dentro da transição das Políticas de Diversidade e Inclusão do IFFar (2013) foi possível construir um mapa histórico desde o seu início até a atualidade das Políticas de Ações Afirmativas do IFFar (2022), cujas resoluções e instruções normativas já comentamos anteriormente.

4.3 O QUE O NUGEDIS SIGNIFICA, DE ACORDO COM SUAS PRESIDENTES

Antes de nos aprofundarmos na discussão, acredito que seja de suma importância pontuarmos um dado importante, descoberto durante nossas entrevistas, que nos remete ao ano de 2014, período anterior à criação do NUGEDIS, em que conhecemos a história de um dos agentes protagonistas na criação do Núcleo.

De acordo com relatos de uma de nossas entrevistadas, 2014 foi o ano de ingresso da estudante Maria Luiza, uma mulher trans, a qual foi a primeira pessoa a requerer o uso do nome social na história do IFFar. Pelo fato de que na época não havia nenhuma normativa institucional que a amparasse, acarretou em diversos momentos de muito preconceito para com ela, pelo fato de possuir um nome civil masculino.

Conforme nos relatou P2:

“a partir disso, existiu um grande movimento por parte da Maria Luiza, para que isso fosse modificado, e para que ela tivesse o direito de ser chamada pelo nome ao qual ela se identificava, iniciando então, toda uma caminhada para o uso do nome social e a necessidade de políticas de gênero e diversidade sexual, foi a partir desse marco que passou-se a se pensar e discutir a temática, culminando na criação do NUGEDIS”.

Aberto esse importante parêntese, que sem dúvida alguma podemos chamar de marco na criação do núcleo, passamos então para a continuidade de nossas análises, de modo que possamos compreender como é visto de uma forma geral o NUGEDIS. Procuramos com as palavras das entrevistadas saber mais a respeito da finalidade desse núcleo, conforme a primeira questão de nossa entrevista.

Abaixo veremos como todas as entrevistadas estão alinhadas em suas respostas, e de acordo com o descrito na Resolução CONSUP IFFar 23/2016.

P1 nos descreve a finalidade do núcleo da seguinte maneira:

“a finalidade do NUGEDIS, que foi instaurado em dois mil e dezesseis, se eu não me engano, é para debater as questões de gênero e diversidade sexual no âmbito escolar com o objetivo de promover a igualdade e a inclusão de todos os sujeitos”.

P2 usou as seguintes palavras para referir-se ao núcleo:

“o NUGEDIS é um núcleo de gênero e diversidade sexual que a gente tem, implementado no Instituto Federal Farroupilha desde dois mil e dezesseis se eu não me engano e a finalidade dele é desenvolver todas as nossas políticas educacionais no que diz respeito a gênero e diversidade sexual, promover pesquisa, ensino, extensão e desenvolver toda a nossa política educacional nesse tema”.

P3 definiu a finalidade do núcleo da seguinte forma:

“a finalidade do NUGEDIS é, tornar público, desenvolver atividades sobre a temática de diversidade sexual, de gênero, com a comunidade acadêmica como um todo. Eu entendo que precisa desenvolver atividades, levar o conhecimento dos nossos alunos, mas também para a comunidade”.

P4 definiu o núcleo com as seguintes palavras:

“o NUGEDIS ele é um núcleo que ele tem por objetivo trabalhar com as questões relacionadas, como o nome diz, a gênero e a diversidade sexual então ele tem por objetivos promover ações, projetos, atividades voltadas pelo menos aqui”.

De acordo com P5:

“o núcleo de gêneros e diversidade sexual, ele trabalha com questões afirmativas, assim como os outros núcleos, o NAPNE e o NEABI, ele compõe, então, esse grupo de núcleos de ações afirmativas, mas na verdade, ahm, trabalha com questões inclusivas relacionadas à diversidade sexual, a gênero”.

Finalizando com as palavras de P6 que define o núcleo da seguinte maneira:

“o NUGEDIS é um dos núcleos inclusivos. De ações inclusivas e afirmativas que o IFFar possui, assim como vários outros institutos federais e, especificamente o NUGEDIS, a função dele é trabalhar questões relacionadas, como o próprio nome do núcleo diz, Gênero e diversidade sexual”.

De acordo com as respostas das entrevistadas podemos concluir que todas as entrevistadas possuem entendimento do que é o NUGEDIS, suas finalidades, políticas normativas e potencial para a prevenção e combate da discriminação motivadas pela orientação sexual.

Desta maneira podemos concluir também que o núcleo encontra-se em harmonia com o PPI do IFFar, que a educação não deve ser uma fonte de dominação, mas sim de emancipação, devendo zelar pelo respeito ao bem comum, pela solidariedade, pela igualdade de condições, pela responsabilidade, pela diversidade, pela liberdade de expressão e pela sensibilidade, sendo estimuladora da criatividade, da ousadia e do respeito à vida. (PDI 2019-2026).

4.4 AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO NUGEDIS

Após compreendermos quais são as finalidades do NUGEDIS, e entendermos como este núcleo age como política institucional, passamos então a analisar quais os tipos de ações de ensino, pesquisa e extensão que são realizadas, para abordar o tema diversidade com a comunidade acadêmica, o qual definimos como nosso eixo temático dois (2), as ações desenvolvidas pelo Núcleo e a população.

Para Oliveira (2020), a questão de identidade se torna de grande importância para a sociedade e seus indivíduos, de certa forma o NUGEDIS com suas ações, procura inserir a questão LGBTQIAPN+ no cotidiano da vida acadêmica, fazendo com que uma das missões do IFFar, de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026), seja a inclusão, se tornando assim um objetivo concreto.

Primeiramente devemos compreender a finalidade das ações afirmativas, de acordo com Feres Júnior *et al.* (2018), as ações afirmativas devem ser parcimoniosas o suficiente para abarcar as diversas políticas assim denominadas, dessa maneira, consideramos ações afirmativas todos os programas, sejam eles públicos ou privados, cujo objetivo confere recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo.

Entre as ações mais citadas pelas entrevistadas, podemos destacar as rodas

de conversa, debates e palestras, ações citadas nas falas de praticamente todas as entrevistadas. P1 destaca que embora não existam muitas ações de ensino em seu campus, as quais estejam vinculadas ao NUGEDIS, existe sempre um cuidado para que a temática LGBTQIAPN+ seja trazida ao debate.

Por outro lado, P2 em sua entrevista afirma que seu campus é muito combativo nas questões que envolvem a temática LGBTQIAPN+, afirmando que o currículo de seu campus costuma ser todo permeado no que tange às atividades docentes, com as discussões de gênero e diversidade sexual.

Isso remete a Maia (2022) que destaca a importância do currículo integrado na produção dos sentimentos conectados às subjetividades e o espaço político ocupado pelas sexualidades nas escolas e sociedade.

P3 nos relatou que:

“em seu campus anteriormente a pandemia de COVID-19 eram desenvolvidas diversas ações de ensino, envolvendo as temáticas atribuídas ao núcleo, no entanto, com *home office*, tais ações ficaram inviáveis, e que, atualmente devido ao retorno das atividades presenciais está existindo toda uma readequação para o retorno destas atividades”.

P3, P4 e P6 possuem em comum entre as ações executadas, as exposições de filmes com temáticas pertinentes à comunidade LGBTQIAPN+, P3 inclusive nos relata que, vinculado ao NUGEDIS existe o clube do cinema, denominado “Cine NUGEDIS”, onde os estudantes que demonstram interesse pelo projeto, fazem suas inscrições, bem como, ajudam a selecionar filmes com as temáticas que posteriormente serão debatidas.

De acordo com P4

“a gente trabalha mais voltados para comunidade acadêmica mesmo, com o objetivo de refletir sobre as questões que envolvem gênero, que envolvem sexualidade é, questionar os padrões de gênero”.

Para P5 as possibilidades de ações de ensino são inúmeras, a entrevistada também relata que, juntamente com a CAI, o núcleo costuma organizar algumas atividades nos sábados letivos, com ações como apresentações de atividades de pesquisas realizadas pelos próprios estudantes.

Da mesma forma, P6 destaca que muitas vezes as ações de ensino são provocadas pelos estudantes membros do NUGEDIS, sendo que geralmente eles buscam o núcleo por afinidade, pelo interesse da temática, e estes acabam propondo as ações.

“vem algumas outras demandas que os alunos trazem. Ah está acontecendo tal coisa a gente está tendo um problema, tá observando isso, que tá acontecendo nas turmas, nas redes sociais e tal, seria importante a gente discutir, essa temática”.

Entre as ações de ensino mais pontuais, podemos elencar o Clube de leitura citado por P3, que se trata de uma atividade realizada juntamente a biblioteca e alguns docentes, e envolve também NAPNE e NEABI. Existindo também no campus de lotação de P6, um projeto de ensino denominado “papo cabeça”, que procura discutir temas relacionados à diversidade sexual.

Quanto à periodicidade das ações citadas pelas entrevistadas, P2, P3 e P6 observam que suas ações costumam ser contínuas, P6 ainda nos complementa que em seu campus essas ações são anuais ou no mínimo semestrais. No entanto, P1, P4 e P5 afirmaram que as ações em seus campus costumam demarcar mais as datas alusivas, sempre procurando dar maior foco nas datas de maior representatividade para a comunidade LGBTQIAPN+, não havendo uma periodicidade, ou seja, costumam ser ações mais pontuais.

No que tange às ações de ensino desenvolvidas pelos campus voltada aos estudantes da EPT, podemos observar que existem variadas formas e propostas de ações, não existe uma uniformidade nessas ações realizadas pelos diferentes campus da instituição. Concluímos também que essas ações contemplam principalmente ações de ensino, voltadas aos estudantes, com o objetivo claro de promover a inclusão e trazer o respeito às diferenças, ao cotidiano dos estudantes, para promover a igualdade e formação de cidadãos com senso crítico.

4.5 ACOLHIMENTO/ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO IFFar

Nosso terceiro eixo trata sobre a existência de algum tipo de protocolo para atendimento dos casos de discriminação motivados por orientação sexual ocorridos nos campus, bem como, nos mostra as diferentes formas de como costuma se dar o acolhimento aos estudantes LGBTQIAPN+ nos campus.

Conforme a Carta Magna brasileira, no artigo 05:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, s.p.).

Devemos deixar bem claro que o nosso objetivo quanto às questões pertinentes a protocolos e acolhimento não visam tratar de modo diferenciado os

estudantes da comunidade LGBTQIAPN+, mas sim, tentar entender o modo com que os campus atuam para que estes tenham assegurados seus direitos constitucionais, ou seja, não uma busca de privilégios, mas sim de igualdade.

Ao tratarmos a respeito dos protocolos, as entrevistadas P1, P4 e P6 nos informaram que em seus campus não existem protocolos que possam ser adotados em casos de discriminação oriundos de orientação sexual. No entanto, P2 nos relatou que em seu campus existe uma apropriação teórica e prática, sendo que quando ocorrem práticas de LGBTfobia, é feito um registro, e este é encaminhado pela assistência estudantil para a comissão disciplinar que tomará as medidas cabíveis.

A entrevistada P3 nos informou que devido ao seu pouco tempo de atuação junto ao NUGEDIS, ainda não passou por alguma situação de discriminação, enquanto membro do núcleo, ela salienta que o trabalho limita-se a uma intervenção quando necessário em determinada turma, fazendo um trabalho de conscientização.

Entretanto, P5 quanto aos protocolos afirma que existem algumas orientações, e que o NUGEDIS recebeu uma espécie de passo a passo sobre o que fazer em casos de violência de gênero ou orientação sexual, e a partir disso ficou estabelecido que esses casos deveriam ser trabalhados com a instância responsável, com preservação, obedecendo à legalidade.

Conforme P5:

“Existem algumas orientações assim, né. Porque o IFFar passou por situações muito difíceis esse ano. Ahm de casos de violência, enfim, contra estudantes, contra mulheres, estudantes mulheres, né. E com isso nós recebemos orientações de tipo passo a passo”.

Através desse passo a passo também ficou determinado que sempre que ocorrerem situações envolvendo gênero e diversidade sexual, o NUGEDIS deverá ser comunicado.

Também procuramos entender como se dava o acolhimento desse Núcleo, ou seja, a forma com que cada um deles procura mostrar sua existência ao corpo estudantil, bem como, atrair o público interessado a atuar na construção das políticas pertinentes ao mesmo.

Quanto ao acolhimento, ao questionarmos as entrevistadas, observamos que os campus utilizam de diferentes meios para que os estudantes possam se sentir acolhidos e inseridos num ambiente agradável.

P1 nos fala que em seu campus o acolhimento dos LGBTQIAPN+ se dá por meio de convite no início do ano letivo, para aqueles estudantes que se identificam com a temática, relatando que o núcleo possui duas salas com um ambiente bem acolhedor, e que os estudantes que se identificam com a causa estão sempre ativos no núcleo e procurando inserir-se.

Nas palavras de P1:

“A gente convida sempre os estudantes no início do ano que se identificam com a temática para nos procurar, a gente só avisa. Todo início de ano nas turmas de primeiro ano que existem os núcleos e quem quiser se aproximar que eles são bem-vindos e eles normalmente procuram”.

Ela salienta que a procura geralmente se dá mais por meninas, e normalmente as meninas que não são dos cursos de agrárias, mas que os estudantes vêm de livre e espontânea vontade.

Quanto ao acolhimento no campus onde P2 atua, a mesma nos informou que este processo já se dá antes mesmo do ingresso dos novos estudantes, durante um evento que ocorre, denominado IFFar de portas abertas, citando como exemplo a exposição nessa data da bandeira LGBT, de maneira que possa passar a mensagem de que ali os LGBTs são acolhidos, e que nenhum tipo de preconceito será tolerado. No início das aulas o Núcleo é apresentado aos estudantes pelos seus componentes e durante falas no auditório é explicado para os estudantes como foi criado o núcleo, suas políticas e ações, as pautas a serem tratadas, etc.

P3 no que se refere ao acolhimento nos afirma que o núcleo oferece um ambiente bastante acolhedor, proporcionando no início do ano letivo um curso de formação sobre diversidade, onde é apresentado as ações do campus e deixado bem explícito que atos discriminatórios não serão tolerados, e quem agir de forma desrespeitosa, será encontrada uma forma de punição.

“então eles se sentem muito à vontade pra escrever no diário que eles fazem pra mim, eles se sentem muito a vontade de ir pra minha sala e conversar e expor as coisas, inclusive as coisas que acontecem dentro de casa, relatos de alunos que sofrem discriminação dentro de casa, e aquela ideia é sempre pedir, olha aqui é tua chance de mudar de vida, aproveita esse lugar, aproveita essa experiência e oportunidade que tu estás tendo, eu acho que por parte da instituição a gente busca muito ser esse espaço de acolhimento, porque de novo por ser uma região bastante conservadora, é um espaço em que eles se sentem muito acolhidos”.

A respeito do acolhimento ao questionarmos P4, ela nos ressaltou que de acordo com comentários dos próprios estudantes, eles se sentem bem acolhidos pelo campus.

“uma aluna comentou em aula com ela que elas, eles se sentiam muito livres pra ser quem eles quisessem ser, para experimentar o que eles quisessem experimentar, porque o campus, o IF dava essa liberdade pra eles sem que eles fossem ser pressionados ou que se eles fossem sofrer algum tipo de sanção porque eles estavam querendo ser que eles quisessem ser”.

A entrevistada complementa que muitos estudantes se sentem livres para exercer a sua sexualidade dentro do campus, porque muitas vezes eles têm a família e o ambiente social que os impede, concluindo que no IFFar eles se sentem mais livres.

Quando tratamos a respeito do acolhimento com P5, ela nos relatou que essa ação se dá através da divulgação a respeito do que é o núcleo, sua finalidade e importância, bem como, da importância de uma efetiva participação dos estudantes. Ela salientou também a respeito dos estudantes colaborarem com demandas, encontrando no NUGEDIS um espaço de conversa e diálogo.

Enquanto isso, P6 nos diz que em seu campus o acolhimento se dá mediante convite de todos os estudantes para participar das atividades no início do ano letivo, apresentando o núcleo aos estudantes, procurando estar presente nas reuniões estudantis, enfim, mostrando o que é o NUGEDIS, sua finalidade, as pessoas que o compõem, convidando os estudantes a fazerem parte do núcleo, a participar das ações, dependendo de sua disponibilidade e interesse.

Ao falarmos sobre o acolhimento, devemos compreender que, de certa forma, a instituição passa a exercer o papel da família na vida destes estudantes, para Zimmerman *et al.* (2015) ao pensarmos a respeito das dificuldades dos pais e familiares em lidarem com estas questões, muitas vezes esses estudantes estão cercados por medos e não se sentem seguros para conversarem e lidarem com as questões ligadas à sexualidade de modo geral.

Dessa forma, podemos salientar a importância do acolhimento LGBTQIAPN+ em nossa instituição, para que estes se sintam a vontade para expressar sua sexualidade, levando em conta que a instituição recebe esses estudantes justamente no período de suas vidas em que estes estão descobrindo sua sexualidade, e, considerando o regime de estudo integral, e que em alguns campus existe o regime de internato, de certa forma, o IFFar passa a ser sua segunda casa.

A respeito dos protocolos, segundo os relatos podemos constatar a não existência de protocolos estabelecidos para agir em casos de discriminação,

motivados pela orientação sexual, sendo que cada campus à medida do possível procura adotar algumas formas de enfrentar estes tipos de acontecimentos.

4.6 LGBTFOBIA NO IFFAR E SUAS REPRESENTAÇÕES

No nosso quarto eixo, denominado LGBTfobia no IFFar e suas representações, procuramos analisar a existência desta nos campus participantes da entrevista, e que embora não tenha havido a participação de todos que compõem a instituição, pode nos servir de base para atingir um dos objetivos de nossa pesquisa, que é sondar a existência de preconceito motivado pela orientação sexual no IFFar.

Silva e Nardi compreendem que,

Entendendo-se, então, a homofobia como uma discriminação, e esta como uma forma de prejuízo e/ou supressão de direitos e liberdade, assim estará caracterizada uma atitude homofóbica independentemente da intenção explícita desta. Deste modo, podemos pensar em duas formas de discriminação: direta e indireta. Não nos estenderemos aqui na definição destes dois fenômenos, sendo que suas apresentações nos valem para ressaltarmos tanto a evidência como a sutileza da discriminação sofrida pelos homossexuais (Silva e Nardi, 2011, p. 256).

Ao iniciarmos nossa análise a respeito da existência da LGBTfobia na instituição, começaremos com o seguinte relato originário de P2:

“O menino ainda disse que ele, que a mãe dele que não sabe que ele é, que ele é gay, enfim, disse pra ele que, ele ia entrar no campus, ia virar gay, e ele disse que de forma íntima né, que ele sabia que já era desde sempre e que ele queria entrar por ser gay”.

Dessa forma já podemos perceber que existe um pré-conceito estigmatizado a respeito dos estudantes do IFFar, mas também demonstra a forma como o IFFar trata a diversidade faz com que os estudantes procurem a instituição devido ao acolhimento.

Ao tratarmos a respeito da questão de existência de LGBTfobia no ambiente da instituição, P1 nos conta que existem relatos de discriminação por orientação sexual em seu campus, porém, como os núcleos não funcionam como canais de denúncia, o trabalho realizado é no sentido educativo e questões de orientação de formas de agir, P1 não soube informar se em algum dos casos foram feitas denúncias por meio de algum canal oficial.

Ela também nos relata que os cursos da área agrária costumam ser os que mais apresentam problemas em relação à discriminação, citando como exemplo

olhares discriminatórios e comentários maldosos, referentes a temática LGBT.

A entrevistada nos traz o seguinte relato:

“E também tem aqueles comentários que a gente ouve aqui, tem cursos da área agrária, né. Como técnico agropecuária, o curso agronomia, que quando a gente tá fazendo alguma atividade do núcleo na temática LGBT, que a gente só sai com a bandeira da sala pra levar em outro lugar, a gente percebe o olhar discriminatório e comentários maldosos, só de haver uma bandeira, sabe”.

Ao contrário de P1, a entrevistada P2 nos relatou que em seu campus nunca houvera registros de estudantes que tenham informado terem sido violentados psicologicamente pela sua orientação sexual, salienta que nunca de forma explícita, porém, a mesma nos informou que existem relatos de alguns estudantes, mas isso de maneira informal, a respeito de determinado professor, o qual em determinadas situações acabam se sentindo prejudicados, e estes estudantes sentem que de alguma forma tem relação com sua orientação sexual, porém, nunca houve denúncia formal.

Conforme o relato da entrevistada:

“o NUGEDIS nunca soube de forma explícita, né, entre os estudantes a gente sabe que há estudantes que reclamam da postura de alguns professores, na verdade de um professor específico né, é, eles sentem que, esse professor em determinadas situações, persegue muito entre aspas assim, porque não é uma perseguição, é sutil, são mecanismos muito sutis de poder, de dominação, que esse professor na verdade ele sempre desgosta de alunos que são gays femininos, muito afeminados”.

Ao ser questionada a respeito do preconceito, P3 nos diz que a discriminação pela orientação sexual costuma ser algo que em seu campus incomoda muito, sendo que a mesma acredita que tenha relação com a regionalidade.

A entrevistada nos relata que geralmente a discriminação vem em tons de brincadeiras, citando algumas formas de comportamento entre os estudantes, como, por exemplo, xingamentos do tipo “tu é bicha”, e cita também um relato de falta de limites entre os estudantes, onde em determinada turma os estudantes ficavam passando as mãos em outro estudante.

A entrevistada nos traz o seguinte relato:

“E eu tenho um diário que eu os acompanho em aula, e ali eles meio que abrem o coração, sabe? Então ali eles colocam várias coisas que eles sofrem no campus, né? O fato de que eles se sentem excluídos por alguns colegas, pela orientação sexual deles e às vezes eles nem são abertamente gays pra turma, por sei lá um trejeito, a forma como, tem um aluno aqui que ele pinta muitas unhas e já é um motivo para as pessoas debocharem dele e usarem daquilo como uma forma de exclusão, então é uma discussão bem difícil e necessária aqui”.

Complementando também aos seus exemplos, P3, da mesma forma relatada por P1, ambas apontam o curso de agropecuária um dos que mais apresenta casos de discriminação, salientando que este curso, cujo público vem dessa raiz do campo, ou seja, do homem e mulher tradicional, sendo que para eles tudo que foge desse aspecto, da heteronormatividade binária, se torna bastante problemático.

P4 nos relata que em seu campus, embora não tenham existido relatos que originassem um processo disciplinar, existem casos de discriminação, sim, o que tem ocasionado muita demanda da comissão disciplinar dos estudantes, sendo a CAE geralmente a receptora destas denúncias, e esta procura fazer um trabalho restaurativo.

“que tenha sido encaminhado por um processo disciplinar, seja por servidor ou por aluno, que eu esteja lembrada no momento não, mas que tem os casos a gente sabe que tem, óbvio que tem, algumas coisas, como este ano está havendo muita demanda da comissão disciplinar dos alunos”.

P4 também nos relatou que existem situações cotidianas, não apenas de estudantes, mas também de servidores, que são casos que se enquadram como LGBTfobia, citando-nos como exemplos brincadeiras e piadas, mas igualmente ao que ocorre com P2, nada que tenha gerado uma denúncia formal.

No campus onde P5 atua, ela nos relata que já houve casos de discriminação por orientação sexual, salientando que o núcleo procura fazer uma conversa e acompanha os casos, existindo uma orientação para que qualquer situação que ocorra, o NUGEDIS seja comunicado, fazendo um trabalho de conversa e escuta com o apoio da assistência estudantil.

P6, igualmente às demais entrevistadas, nos relata que em seu campus existem relatos de discriminação, porém, estas denúncias não costumam chegar diretamente para o NUGEDIS, e, são geralmente recebidas pela CAE, que é o setor que recebe estes tipos de denúncias, sendo que geralmente a assistência estudantil costuma convidar o NUGEDIS para auxiliar, muitas vezes para uma conversa, participação em alguma reunião ou momentos de conversas com os estudantes.

A entrevistada complementa que, mesmo que muitas vezes os estudantes não denunciem, ou não levem os casos até o conhecimento da CAE, sabe-se que a discriminação é um tema que está sempre em pauta e é algo corriqueiro.

Dessa forma, nos remetemos a Rondini *et al.* (2017), onde a autora nos diz que embora as questões referentes aos LGBTQIAP+ seja tema frequente na mídia,

ainda encontramos preconceito no contexto escolar, o que conforme a autora pode ser explicado pela inexpressiva quantidade (e qualidade) de políticas públicas em educação dirigidas à minimização de preconceito para com esta comunidade.

Sobre a LGBTfobia verificamos que embora não existam casos com registro em todos os campus, a discriminação está presente neles todos, considerando os que participaram da nossa pesquisa. As narrativas demonstram, que muitas vezes essa discriminação possa não ocorrer de forma tão explícita, porém o combate e a prevenção à discriminação motivadas por orientação sexual devem ser contínuas, e, nos revisita a importância da instituição possuir um núcleo voltado a essas temáticas que estejam ligadas a EPT.

4.7 DIREITOS NA EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO IFFar.

Nesse eixo temático, denominado, direitos na educação e a diversidade no contexto do IFFar, tratamos a respeito do conhecimento das entrevistadas a respeito dos direitos relacionados à educação que podem amparar e garantir a permanência da comunidade LGBTQIAPN+ em ambientes escolares, principalmente no IFFar.

De acordo com Brancher (2019) existe uma grande necessidade de ampliação de estudos e pesquisas sobre a temática LGBTQIAP+, compreendendo também a presença de discussões que possam produzir novas estratégias de enfrentamento aos estereótipos que continuam marcando nessa população um espaço de estranhamento, adoecimento e estigma.

De certa forma compreendemos que em nosso país existam em vigência Políticas Públicas de Inclusão, no entanto, diversas vezes estas leis não são aplicadas ou deixam brechas para outras interpretações. Quando falamos de produção de conhecimento na área, não estamos nos referindo apenas ao fato de levar conhecimento aos possíveis agressores, mas também de informar ao público atingido, que no caso de nosso estudo a comunidade LGBTQIAPN+ quais são as leis que os amparam, haja vista que muitas vezes a própria comunidade não tem conhecimento dos direitos por ela já adquiridos.

Dessa maneira passaremos agora a analisar outro ponto importante de nossa pesquisa, ou seja, o conhecimento existente entre os membros do núcleo ao que se refere aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

O principal direito citado, pela unanimidade das entrevistadas, foi a instrução normativa IN IFFar 03/2015, do uso do nome social por parte dos estudantes

transgêneros, considerada por estas como sendo uma grande conquista.

Conforme Lima (2013), mesmo que o nome social não garanta um processo de identificação legal, pois sempre haverá uma lacuna entre o texto prescrito e sua singularidade, o seu uso decorre de uma longa trajetória de debates e embates com o poder público e, embora distante de ser o ideal, é uma conquista que não pode ser minimizada.

Ainda no que se refere a direitos, P1 nos aponta a questão dos banheiros agêneros e observa que existe uma instrução normativa com esse teor. A entrevistada também nos relatou que houve a tentativa de implementar essa ideia, mas que devido aos maus hábitos de higiene, principalmente por parte dos estudantes do gênero masculino, houve a necessidade de separar novamente os banheiros por gênero, ela ainda complementa que outra vitória importante para os LGBTQIAPN+ é a lei que torna a LGBTfobia crime.

O direito à liberdade, e o direito à vida são direitos apontados por P2, outro aspecto importante citado por ela é o combate a LGBTfobia, a não discriminação, a não violência, as políticas e ações afirmativas.

E complementa sua linha de raciocínio da seguinte forma:

“então a gente por exemplo aqui no campus, quando a gente faz seleção de bolsistas do núcleo a gente seleciona bolsistas que se identificam com a causa né, então, ou mulher, ou sendo homem pessoa LGBT né, a gente nunca teve nem bolsista homem hétero por exemplo né, por que a gente trabalha com gênero e diversidade sexual, tem que ser mulher ou homem LGBT, então a gente tem essas questões assim que me ocorrem nesse momento”.

Ainda em relação às questões de direitos, P3 nos afirma que costuma fazer algumas leituras relacionadas ao tema e as coloca em prática, no sentido de que os estudantes saibam que aquele é o espaço deles, complementando que são apenas esses os seus conhecimentos, mas que entende que os estudantes precisam respeitar, compreender, e fazer parte de toda essa diversidade de inúmeras formas.

Nas palavras da entrevistada:

“Eu leio algumas coisas, eu coloco em prática em sentido de saber que é o espaço deles, que a gente precisa tratar dessas temáticas em sala de aula, mas são esses os meus conhecimentos assim”.

Nessa mesma linha, P4 afirma também não possuir conhecimento a respeito dos direitos LGBTs, ela nos fala que o conhecimento que possui, vem através das atividades oferecidas pelo núcleo, como também através de palestrantes que trazem

questões referentes aos direitos conquistados, políticas públicas etc.

Diferentemente de P3 e P4, P5 afirma que possui alguns conhecimentos básicos, para ela, é preciso apostar na questão de que a instituição é um espaço de participação, e de garantia de permanência, e, à medida que existem estudantes LGBTs frequentando nossos espaços, a presença destes deve ser valorizada.

De acordo com a entrevistada:

“Nós precisamos enxergar que existem diferenças sim, porque se não anulamos essas especificidades, nós anulamos as diferenças e aí acabamos por descumprir os direitos dessas pessoas, né. De frequentarem os espaços educativos, de serem quem elas são. De se identificarem com esse espaço, e assim é algo pra gente sempre repetir, retomar, reforçar, né? Porque é uma pauta um tanto quanto difícil, ainda, vivido isso assim”.

P6, tal como P3 e P4, afirma não possuir conhecimento dos direitos adquiridos pelos LGBTQIAPN+ relativos à educação, não podendo afirmar se existem direitos diferentes em relação aos demais estudantes, ela ressalta que o núcleo procura agir de maneira com que os estudantes se sintam à vontade dentro das suas necessidades.

Da mesma forma que P2, ela nos traz a questão dos banheiros agêneros, e aponta o fato de todos os prédios possuírem um banheiro unissex disponível para o uso dos estudantes, complementando que essas são as ações executadas, não sabendo se isso é previsto em lei, já que não conhece a legislação.

O combate à discriminação, preconceito e violência contra pessoas LGBTQIAPN+, nos traz à tona a importância do conhecimento dos direitos adquiridos por essa comunidade, uma vez que ao conhecermos tais direitos, saberemos quais os argumentos jurídicos que podem nos amparar diante de situações discriminatórias.

Para Nagamine (2019) a leitura progressista dos direitos LGBT, não constitui apenas no comprometimento dos ideais de autonomia, liberdade e igualdade, mas também trabalha com uma noção de pessoa, ao mesmo tempo, universal e singular, ou seja, um ser social.

Portanto, percebemos que os direitos LGBTQIAPN+ não devem ser encarados como supostos privilégios, uma vez que, somos todos da raça humana e iguais perante a lei, e da mesma forma com que outras comunidades e minorias possuem legislações pertinentes às suas necessidades, e que lhes asseguram o princípio da igualdade, os direitos LGBTs buscam apenas garantir a esta

comunidade o direito à vida e as mesmas oportunidades oferecidas aos demais cidadãos que compõem a nossa sociedade.

Quanto a propriedade a respeito da legislação, elas consideram que não há muita propriedade a respeito do assunto em relação ao público LGBTQIAPN+ e dessa forma buscam constantemente novos conhecimentos e apropriação desse tema, o que demonstra o compromisso dos membros do núcleo na prevenção, conscientização e combate à LGBTfobia.

5 - PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com nosso programa, sendo um dos requisitos parciais para a obtenção de título de Mestre, os Produtos Educacionais (PE) do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), devem possuir uma aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino da CAPES (IFES, 2018). Consideramos um produto educacional da área de ensino o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma pesquisa.

Bessemer e Treffinger (1981) abordam que o PE deve ser elaborado com o intuito de responder à pergunta de uma problemática, oriunda da prática profissional, podendo ser artefato virtual, real, ou até mesmo um processo.

Dessa forma, de acordo com Freire (2017) o PE apresenta-se como a forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e tem como uma de suas características ser um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática pedagógica, sua elaboração implica num processo formativo contínuo, alicerçado na pesquisa.

Esse produto deve apresentar em sua descrição as especificações técnicas, bem como, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa, ter potencial de aplicabilidade por terceiros e ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, de maneira prioritária para o público a que se destina (Rizzatti, *et al.* 2020, p. 4).

Pagán (1995) reflete sobre a importância de considerar que nenhum produto é o fim em si, sendo importante reconhecer duas formas de caracterizar um PE: 1) sua função didática, que define suas finalidades de aprendizagem e metodologias utilizadas; e 2) conjunto de meios, recursos e instrumentos utilizados para materializá-lo.

Desta forma compreendemos que como aplicamos o nosso PE gerará nos

estudantes não apenas a apropriação do conhecimento, mas também trará a estes novas reflexões acerca do mundo em que vivemos, e a forma como tratamos nossos semelhantes, sendo, portanto, nosso “bate-papo” além de didático, também um espaço de trocas de experiências.

5.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nosso PE trata-se primeiramente de uma Tecnologia Social, ou seja, um método que visa elucidar questões referentes à gênero e diversidade sexual, de forma simples e com um baixo custo, desenvolvido para interação com os estudantes, fazendo que estes possam se apropriar deste conhecimento de forma objetiva, sanando as possíveis dúvidas pertinentes à orientação sexual.

A escolha da temática e do referencial teórico para elaboração deste PE, teve por base o referencial teórico levantado durante a pré-análise da nossa pesquisa, a escolha deve-se ao fato da necessidade de levar informações úteis e de relevância para os participantes, de forma que pudéssemos oportunizar aos estudantes um momento de reflexão e modificação dos seus conceitos sobre gênero e a diversidade sexual.

5.2 JUSTIFICATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL

A justificativa para desenvolvimento e aplicação deste produto está baseada nos resultados das análises e discussões de nossa pesquisa, observando os relatos das entrevistadas, e baseado também em nosso referencial teórico, nos quais autores defendem que uma das formas mais eficazes de combater o preconceito, é produzir e levar conhecimento a respeito da temática, baseados nisso, também levamos em consideração que a EPT, tem como meta a formação de cidadãos com consciência social.

Sabemos que a falta de informação leva à ignorância, portanto ao permitimos que os estudantes possam compreender que existem outras formas de compreensão da sexualidade, e que esta não se limita apenas a dualidade da heteronormatividade, estaremos permitindo a inclusão social da comunidade LGBTQIAPN+ e dessa forma oportunizando sua melhoria de condições educacionais, sociais e profissionais.

O PE, resultado de nossa pesquisa, foi validado por uma ex presidente do NUGEDIS de uma dos campus participantes da pesquisa e pela Coordenadora de

Ações Afirmativas da Reitoria, primeiramente apresentamos a essas as ideias e o material didático, e, após suas análises e sugestões de melhorias, passamos a idealizar a melhor forma de aplicação.

5.3 - ETAPAS E APLICAÇÃO DO PE

Inicialmente, após as análises das entrevistas, procuramos organizar um PE que viesse ao encontro das políticas desenvolvidas pela instituição para a promoção do respeito e valorização dos sujeitos, com isso, nosso PE teve por objetivo principal discutir questões relacionadas a Gênero e Diversidade Sexual e verificar o que os estudantes sabiam sobre esse tema, tão relevante em nossa sociedade.

Nosso PE foi desenvolvido de forma prática, inicialmente teve como etapa inicial a elaboração do pôster, que teve por bases teóricas as resoluções CONSUP IFFar nº 15/2014 e 23/2016, bem como o Manual de Comunicação LGBT e a Cartilha da Aliança LGBTA.

Para a apresentação desse pôster pensamos em um espaço de debate, sendo que esta pareceu ser a forma mais viável de desenvolvimento dessa atividade, na qual os estudantes pudessem interagir e ter seus questionamentos a respeito do tema abordado elucidados. Dessa forma o lugar escolhido foi a própria sala de aula do IFFar - Campus Alegrete e as turmas escolhidas foram do Ensino Médio Integrado em Química.

A metodologia utilizada para a elaboração e apresentação desse PE seguiu alguns critérios, entre eles:

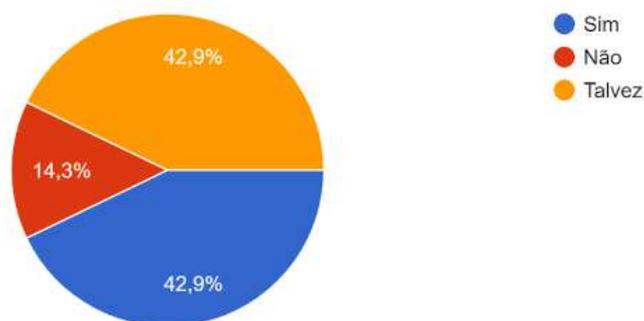
Após criarmos o pôster pensamos em saber o que os estudantes entendiam sobre o assunto, foco do nosso estudo. Criamos um questionário (Apêndice A) com perguntas referentes às temáticas que seriam abordadas, o que nos permitiu verificar quais seriam as contribuições posteriores após a sua aplicação.

Esse questionário foi enviado via aplicativo de WhatsApp através de um link para os grupos das turmas e deveria ser respondido individualmente por cada estudante. Neste link eles responderam de forma voluntária a cinco perguntas referentes a gênero e diversidade sexual e tivemos a participação de forma voluntária de um total de quatorze (14) estudantes.

Esse momento foi acompanhado pelo coordenador do Curso Técnico Integrado em Química e através das respostas fornecidas pelos estudantes obtivemos os seguintes resultados. A primeira questão tinha por objetivo averiguar

se os estudantes participantes tinham propriedade a respeito de qual era o conceito de gênero, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Conhecimento dos estudantes sobre o conceito de Gênero.
14 respostas

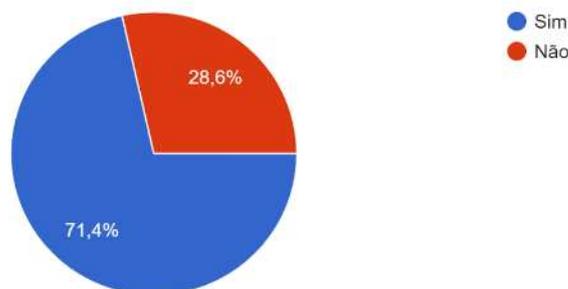


Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023.

O percentual de estudantes que responderam conhecer o conceito de gênero (42,9%) mostrou-se igual ao percentual de estudantes que acreditam talvez saber o conceito, enquanto um pequeno percentual respondeu não saber o conceito de gênero.

Nossa segunda pergunta tinha como objetivo avaliar qual era o conhecimento dos estudantes a respeito das identidades de gênero, baseado nas respostas obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 2: Conhecimento dos estudantes a respeito das identidades de gênero.
14 respostas



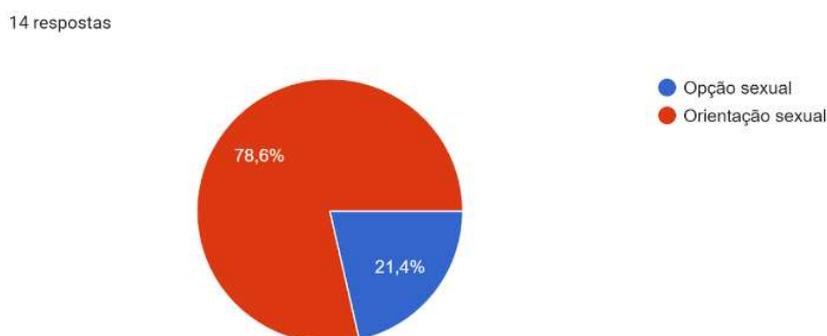
Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023.

Com base em nossa segunda pergunta, pudemos observar que a grande

maioria (71,4%) dos estudantes participantes de nossa atividade afirmaram que possuíam entendimento de quais eram as identidades de gênero.

Nossa terceira questão visava averiguar o entendimento dos estudantes a respeito de uma questão muito frequente e importante nos debates sobre diversidade, o uso correto das expressões, opção sexual e orientação sexual.

Gráfico 3: Percentual do emprego dos termos, opção sexual e orientação sexual



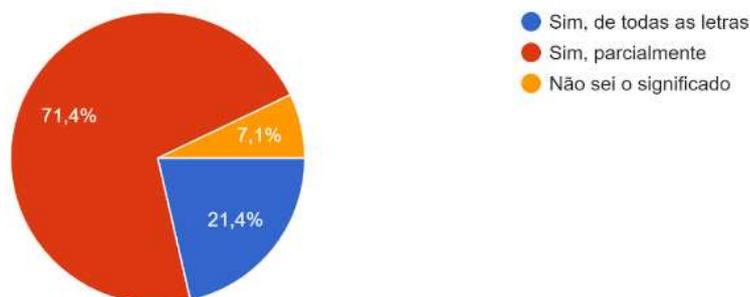
Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023.

Algo muito recorrente no uso das terminologias, é o uso equivocado da expressão “opção sexual”, conforme o Glossário LGBT, ninguém opta ou escolhe, conscientemente, pela sua orientação sexual, sendo que, o termo correto a ser empregado é “orientação sexual”, pudemos observar que a grande maioria (78,6%) dos estudantes que responderam ao questionário proposto, tinham propriedade quanto ao emprego do termo correto, porém, existe uma pequena parcela que ainda desconhece o termo a ser utilizado.

Nossa quarta questão tinha como objetivo averiguar o grau de conhecimento dos estudantes a respeito da sigla LGBTQIAPN+, onde obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 4: Conhecimento dos estudantes sobre a sigla LGBTQIAPN+.

14 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023.

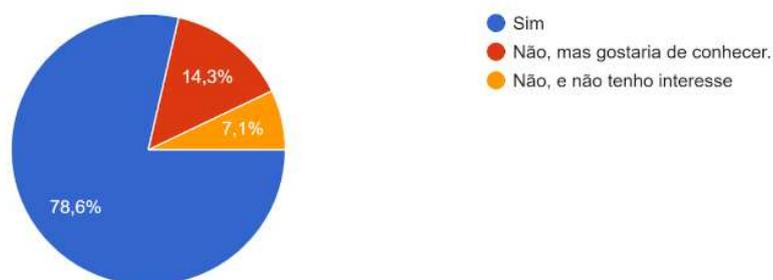
Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, pudemos acompanhar a evolução da sigla LGBTQIAPN+, a busca por informações e de novos autores que traziam atualizações a respeito da sigla foi constante, procuramos sempre nos manter em sintonia com a evolução de um dos objetos alvos de nossa pesquisa, que eram as diferentes orientações sexuais.

Dessa forma, nossa quarta questão objetivou averiguar o grau de conhecimento dos estudantes a respeito da sigla, um grande percentual (71,4%) afirmou conhecer o significado total ou parcial de todas as letras que compõem a sigla, porém, existe ainda uma pequena parcela que afirmou não conhecer seus significados.

A última questão, do primeiro questionário aplicado com os estudantes, fazia alusão ao NUGEDIS, e teve por objetivo averiguar se os estudantes tinham entendimento a respeito da sua existência. Além disso, verificar qual o percentual de interesse dos estudantes em conhecer e participar desse núcleo, conforme Gráfico a seguir:

Gráfico 5: Você conhece o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIs) do IFFar

14 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023

Após a realização desta etapa, analisando os resultados obtidos, concluímos que um encontro presencial com os estudantes seria de grande valia, pois além de sanar as dúvidas àqueles que não conheciam os conceitos, seria também uma oportunidade de trocas de experiências e também de averiguação se realmente os que afirmavam conhecer tais conceitos, realmente tinham propriedade sobre o assunto.

O terceiro momento do nosso PE deu-se através da confecção dos slides (Apêndice A), onde procuramos torná-los o mais objetivo possível e que seu design chamasse a atenção dos estudantes, de maneira a cativá-los com a temática.

A apresentação e desenvolvimento do nosso produto deu-se no IFFar, campus Alegrete, na data de 15 de setembro do corrente ano, às 10h, na sala nº 26, do prédio de ensino, e contou com a supervisão de uma pedagoga da instituição, a participação se deu a convite, de forma voluntária para as turmas do 2º e 3º anos do curso técnico integrado em química (Q20 e Q30), que compõem o quadro de cursos integrados ofertados por essa instituição.

A apresentação dos slides, constituiu-se em um bate-papo, intitulado “Vamos falar sobre gênero e diversidade sexual”, com a utilização dos slides elaborados pelo pesquisador, onde de forma didática e interativa, levamos ao conhecimento dos estudantes os diferentes conceitos que abrangem a pluralidade de gêneros sexuais.

Nessa etapa levamos também ao conhecimento dos estudantes a bandeira oficial da comunidade LGBTQIAPN+, apresentando seu criador, data e evento em que foi utilizada pela primeira vez, assim como o significado de cada uma das cores que compõem a bandeira oficial do movimento.

Também procuramos desvendar de forma subjetiva a sigla LGBTQIAPN+, particularizando o significado de cada letra, também levamos ao seu conhecimento o NUGEDIS, sua formação, finalidades e atribuições, bem como, seu potencial para combater o preconceito, e trouxemos ao conhecimento algumas datas alusivas, de importante contexto histórico para a comunidade LGBTQIAPN+, esta apresentação encontra-se em anexo no apêndice A.

Nessa terceira parte, desenvolvida a partir do bate-papo e elucidados todos os questionamentos dos estudantes participantes a respeito de conceitos e terminologias, foi entregue a esses, para fim de apreciação e até mesmo compartilhamento de saberes com terceiros, o fôlder produzido previamente, que se

encontra em anexo. (Apêndice A).

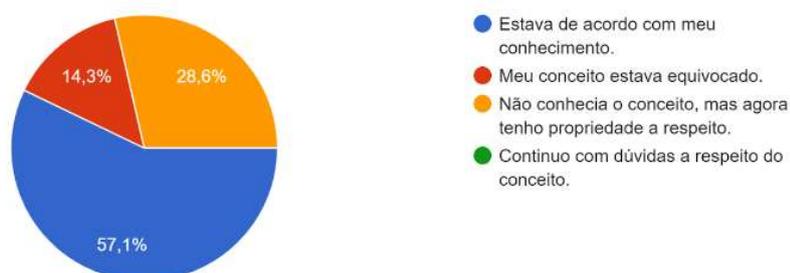
Para finalizarmos a terceira etapa da aplicação e validação de nosso PE, aplicamos um segundo questionário que deveria ser respondido pelos estudantes que participaram desse bate-papo e que responderam voluntariamente ao primeiro questionário. O objetivo dessa segunda etapa de perguntas foi averiguar o conhecimento adquirido pelos estudantes que participaram da atividade, bem como, o grau de satisfação dos estudantes com a atividade desenvolvida.

Além de servir para avaliar o nível de apropriação dos estudantes a respeito da temática, tais resultados, mesmo que de forma modesta, nos servem como parâmetros, no sentido comparativo, onde embora nem todos os estudantes que haviam respondido ao primeiro questionário tenham participado, pois esta se deu novamente de forma voluntária, assim podemos ter uma base da contribuição da atividade para a comunidade acadêmica.

Os resultados obtidos após o preenchimento do segundo questionário estão logo abaixo e são apresentados novamente em forma de gráfico, mostrando a importância real de termos realizado esse momento presencial com os estudantes. A primeira pergunta (Gráfico 06) a ser respondida pelos alunos foi se eles realmente sabiam o conceito de gênero e estava de acordo com os pré-conceitos deles, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 06: Após conhecer o conceito sobre gênero, você pode afirmar que:

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023.

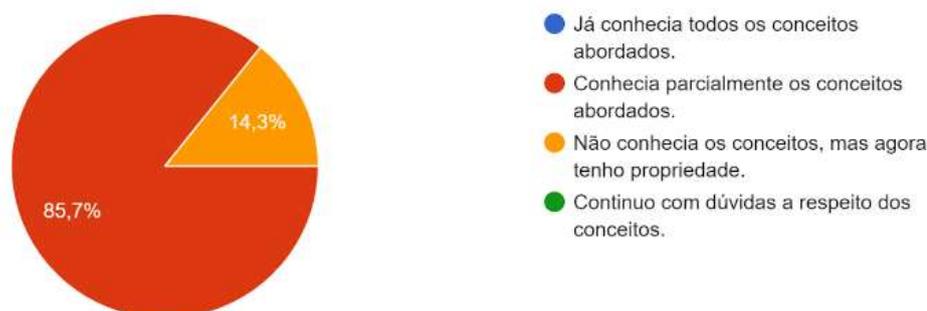
Se compararmos ao Gráfico 01, podemos observar que parte dos estudantes que haviam respondido possuir propriedade a respeito do conceito de gênero (42,9%), responderam estar equivocados quanto ao seu conceito (14,3%), entre os estudantes que responderam não conhecer o conceito (14,3%), agora admitiram ter propriedade a respeito do conceito (28,6%), o que nos revela um resultado

satisfatório a respeito da atividade realizada.

Na segunda questão (Gráfico 7) os estudantes foram indagados se o conhecimento que eles possuíam sobre identidades de gênero pós-atividade era o mesmo que eles traziam previamente a esse momento.

Gráfico 07: Conhecimento das identidades de gênero pós atividade.

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário, 2023.

Ao observarmos o Gráfico 07, concluímos que a grande maioria já conhecia parcialmente os conceitos abordados anteriormente à atividade. A parcela que afirmou não conhecer os conceitos, após a atividade respondeu que passou a ter propriedade dos conceitos, portanto, podemos concluir que a didática utilizada foi compreendida pelos estudantes, reafirmando o que ao longo de nossa pesquisa temos afirmado, de que as ações afirmativas são um importante aliado no combate ao preconceito e a discriminação.

Quanto ao uso correto dos termos, opção sexual e orientação sexual, mencionados ao longo do nosso trabalho, os dados mostram que:

Gráfico 08: Uso correto dos termos, opção sexual e orientação sexual

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2023.

Se compararmos as respostas do Gráfico 08, com as do Gráfico 03, podemos concluir que após a atividade realizada com os estudantes, um importante conceito foi ressignificado. Enquanto uma pequena parcela (21,4%), tenha erroneamente afirmado que o termo correto era “opção sexual”, após elucidarmos, durante a atividade, os motivos de usarmos o termo “orientação sexual”, tivemos um resultado de 100% quanto ao termo correto a ser usado.

No Gráfico 09 mostramos o que os alunos realmente passaram a conhecer sobre a sigla LGBTQIAPN+ após o bate-papo.



Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2023.

Nesse gráfico não existiram grandes variações se compararmos ao gráfico 04 (71,4% - 85,7%) que referenciava a mesma pergunta, o que podemos observar é que por ser um assunto recorrente no cotidiano e por parte dos estudantes, já conhecerem o NUGEDIS, a sigla em si já era de conhecimento da grande maioria deles. Dessa forma, podemos concluir que existiram avanços, pois não houve percentual de estudantes que respondessem permanecer com dúvidas após o nosso encontro.

Em relação ao NUGEDIs, conforme resultados mostrados no Gráfico 10, nesse quesito não houve mudanças significativas nas respostas, porém, nos satisfaz saber que, embora fosse pequeno o percentual de estudantes que não conheciam o núcleo, existe um interesse destes em conhecer, participar e saber mais a respeito do NUGEDIs.

Gráfico 10: A respeito do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIs).

7 respostas

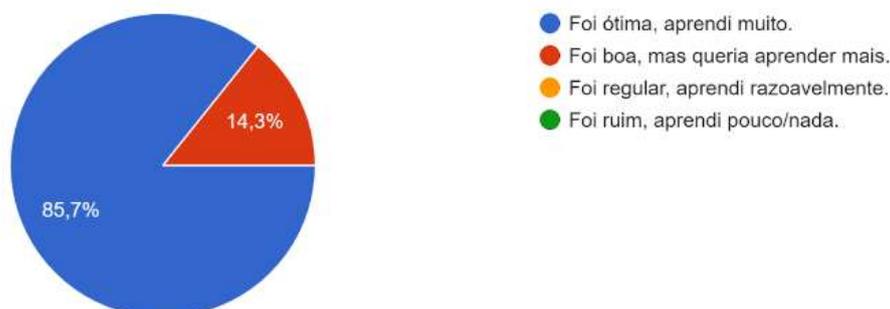


Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2023.

Ao final do questionário, instigamos os estudantes a responderem qual a satisfação deles em relação à metodologia utilizada e se elas foram suficientes para sanarem as dúvidas deles em relação ao tema foco do estudo.

Gráfico 11: Qual o nível de satisfação em relação às atividades desenvolvidas, elas sanaram as dúvidas referentes ao tema foco do trabalho?

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2023.

Nossa última pergunta do questionário complementar de nossa atividade, teve por objetivo averiguar o índice de satisfação dos estudantes com a metodologia utilizada para abordar o tema. A grande maioria afirmou ter sido ótima, o que nos traz uma sensação de dever cumprido, porém, existiu uma pequena parcela que afirmou ser boa, manifestando o desejo de aprender mais, o que nos remete a outro sentimento satisfatório, o de estarmos trilhando o caminho certo, no sentido de criar mecanismos que aguçam a sede de conhecimento a respeito da temática por parte dos estudantes.

Após apresentarmos os resultados, frutos da nossa pesquisa durante o

período do mestrado ProfEPT e levando em consideração os eixos temáticos que sempre estiveram alinhados com os objetivos propostos, salientaram-se assuntos que tiveram uma grande relevância nesse estudo como: as políticas institucionais voltadas ao público LGBTQIAPN+, o NUGEDIS, suas ações e formas de acolhimento; a existência da LGBTfobia na instituição e os direitos na educação. Esses assuntos além de terem sido pesquisados em seus campos de estudo, também foram pesquisados mediante referenciais teóricos de outros autores, que possuem propriedade sobre o tema abordado.

Ao final da dissertação apresentamos nosso Produto Educacional (PE), com as análises pré e pós-atividades, que foi elaborado a partir de várias etapas, incluindo o bate-papo com os estudantes, o que serviu posteriormente para nos mostrar qual o conhecimento que os mesmos possuíam em relação ao tema alvo da pesquisa. Nosso trabalho finaliza com a entrega de um fôlder, material esse que poderá ser entregue em diferentes instituições escolares e servirá como um meio para discutirmos, sensibilizarmos e buscarmos outras formas de proteger a comunidade LGBTQIAPN+.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao atual cenário da política brasileira, frutos de uma herança de ódio e desrespeito aos direitos humanos, darmos foco às minorias é uma forma de tentar amenizar os preconceitos, quanto mais conhecimento é produzido acerca de um tema, acredita-se que os “mitos” existentes relativos ao assunto acabam por serem problematizados, minorados e quiçá extintos.

Quanto a questão do núcleo e suas finalidades, podemos concluir que as entrevistadas possuem entendimento do que é o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, bem como, quais as suas finalidades e o seu potencial para a prevenção e o combate da discriminação motivadas pela orientação sexual.

Ao tratarmos das ações de ensino desenvolvidas pelos campus, pudemos observar que existem variadas formas e propostas de ações, não existe uma uniformidade nessas ações realizadas pelos diferentes campus da instituição, porém, concluímos também que essas ações contemplam principalmente ações de ensino, voltadas aos estudantes, com o objetivo claro de promover a inclusão e trazer o respeito às diferenças, ao cotidiano dos estudantes, para promover a igualdade e formação de cidadãos com senso crítico.

A respeito da LGBTfobia, concluímos que embora não existam casos com registro em todos os campus, a discriminação está presente em todos os campus que participaram da pesquisa, mesmo que embora às vezes de uma forma não tão explícita, constatando que o combate e a prevenção à discriminação motivadas por orientação sexual devem ser contínuas, e, nos revisita a importância da instituição possuir um núcleo voltado a essas temáticas.

Quando tratamos a respeito dos protocolos, conforme os relatos podemos constatar que não existem protocolos estabelecidos para agir em casos de discriminação motivados pela orientação sexual, sendo que cada campus dentro do possível procura adotar algumas formas de enfrentar estes tipos de acontecimentos. Na questão do acolhimento, os campus procuram encontrar, à sua maneira, as melhores formas de acolher a comunidade LGBTQIAPN+, e que esta procura se dá de livre e espontânea vontade pelos estudantes.

No quesito, direitos, o uso do nome social mostrou ser de conhecimento unânime por todas as entrevistadas, e, embora as entrevistadas não possuam muita propriedade a respeito da legislação em relação ao público LGBTQIAPN+, existe uma constante procura por apropriação de conhecimento em relação à temática, o

que demonstra o compromisso dos membros do núcleo na prevenção, sensibilização e combate à homofobia.

Diante disso, e levando em consideração os relatos das entrevistadas, concluímos que há uma grande necessidade de dar mais foco às questões de diversidade, esse tema se trata de uma questão crescente no cotidiano da vida em sociedade, levando-se em consideração de que é notória nas mídias e redes sociais notícias envolvendo violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Também podemos concluir ser de extrema importância o NUGEDIS, pois esse dá visibilidade às minorias, de forma a garantir o direito de inserção e permanência desta comunidade também na educação.

A respeito do nosso estudo posso concluir que a comunidade LGBTQIAPN+ vem ao longo dos anos lutando e conquistando seus espaços e direitos, a EPT tem procurado cumprir seu papel de inclusão social, proporcionando espaços de debates e falas a estas pessoas, bem como, adaptando seus espaços às políticas públicas de inclusão, de modo a estar sempre em consonância com a proposta nacional.

Acredito que nós pesquisadores ao produzirmos conteúdos que dão foco a esta temática, acabamos por acrescentar à sociedade considerações significativas, que aguçam os leitores a apropriar-se dos conceitos, de forma que, sanando dúvidas pertinentes à orientação sexual, contribuímos significativamente para a minimização dos preconceitos ainda enraizados no que tange a pluralidade de identidades de orientação sexual.

Para finalizarmos nossas considerações, não podemos deixar de mencionar que ao longo dos dois anos e meio de nossa pesquisa, procuramos estar sempre atentos às mudanças nas legislações que abrangem a comunidade LGBTQIAPN+. Diante disso, não podemos deixar de mencionar o ocorrido no dia 10 de outubro de 2023, que foi a aprovação de um projeto de lei o qual teve o objetivo de proibir o casamento homoafetivo e a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Aprovado com um placar de 12 a 5 dos votos, e, apoiado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados.

Embora apenas ainda se tratar de um projeto de lei, que ainda precisa ser analisada nas Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o simples fato da existência da possibilidade de uma provável aprovação nessas comissões e posteriormente no Congresso Nacional, já acende um alerta na comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil,

em relação ao que se tem observado em outros países, que a revogação de direitos já adquiridos juridicamente e legamente por essa comunidade.

Observando esses movimentos retrógrados que mais uma vez representam preconceitos disfarçados, tendo em vista que conforme a comunidade LGBTQIAPN+, o texto trata essas pessoas como cidadãos de segunda categoria. Desta forma, vemos a importância de nossa pesquisa para a produção de conhecimento, e fonte de discussões sobre o tema.

O legado que essa pesquisa deixa, é uma reflexão a respeito das lutas da comunidade LGBTQIAPN+ ao longo de décadas em busca de reconhecimento de direitos que se quer deveriam ser questionáveis. Todos os movimentos contrários à legitimidade desses direitos demonstram o quanto às transformações no pensamento crítico-social dos governantes pode influenciar na vida de uma comunidade e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, A. 1999. **O Método nas Ciências Sociais**. In: ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa (pp.99-197) 2. São Paulo: Pioneira.

AUAD, D. (2006) **Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares**. Pro-Posições, Campinas – SP, v. 17, n. 3, p. 137-149, set/dez. 2006.

ASINELLI-LUZ, A.; CUNHA, J. M. **Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do ensino médio no Brasil entre 2004 e 2008**. Educar em Revista, Abr 2011, nº 39. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RcRKQwVGKxF5rcwrWwttpzr/?lang=pt> Acesso em 13 mai. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, Trads). São Paulo: Editora 70, (2011).

BARROS, R. I; CAVALCANTI, R. J. S. **Diversidade sexual e de gênero no currículo da Educação Profissional: Dizeres das/os estudantes**. Revista Humanidades e Inovação v 8, nº 53, 2021.

BARROSO, R. R. J.; SILVA, L. C. M. **Gênero e Sexualidade na Educação Brasileira em Tempos de Movimento Escola Sem Partido**. Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, p. 427-451, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11160/7833> Acesso em 10 ago. 2022.

BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. **Analysis of creative products: review and synthesis**. The Journal of Creative Behavior, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981.

BIONDO, F. P. **“Liberte-se dos rótulos”**: questões de gênero e sexualidade em práticas de letramento em comunidades ativistas do Facebook. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. RBLA, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 209-236, 2015

BORBA, R. (2019) **Discursos transviados: por uma linguística queer**. Editora Cortez, 2020

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+ identidade e alteridade na comunidade**. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, 2019.

BRANCHER, V. R.; MEDEIROS, B. A.; MACHADO, F. C. **Caminhos Possíveis à Inclusão I: Educação, Gênero e Ações Afirmativas: Dilemas do Nosso Tempo**. Editora Appris (2019).

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal** (1988). BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 510** (2016).

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1 de 19 de Janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. D.O.U 22/01/2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC) **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. _____ **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. _____ **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

_____. _____ **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Orientação sexual autoidentificada da população adulta**. Rio de Janeiro, 2022.

_____. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Programa Brasil sem Homofobia. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. (2004)

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. D.O.U 19/08/2008.

CAMARGO, D. **Formação continuada em gênero e sexualidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação, 2022.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Revista Trabalho Necessário, ano 3, número 3 (2005).

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução no 510, de 07 de abril de 2016.** Trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 29 jun, 2022.

DREHMER, L. B. R.; FALCÃO, C. N. B. **Para além da Concepção Binária Cis-heteronormativa:** a Psicanálise interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. Revista Psicologia: Ciência e Profissão v. 39, p. 62-74, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bYwgbGcjntxrxmGS365YYy/?lang=pt> Acesso em 21 jul. 2021.

DUARTE, G. O. **O “Bloco das Irenes”: articulações entre Amizade, Homossexualidade(s) e o processo de envelhecimento.** Tese de Mestrado, UFRGS (2013).

FERES JÚNIOR, J., *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates [online].** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

FREIRE, G. G. *et al.* **Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições.** Polyphonia, v. 28, n. 2, jul./dez. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra, 17^a ed, Rio de Janeiro. (1987).

FREITAS, S.; BERMÚDEZ, X. P. D.; MÉRCHAN-HAMANN, E. **Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e a vivência da sexualidade.** Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 30, n. 2, 2121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3w9jBmwRyp7yzFNBy4cSpYv/?lang=pt> Acesso em: 22 jul. 2021.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Brasiliense. 1985. Coleção Primeiros Passos

GÊNERO e diversidade na escola: **formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GODOY, A. 1995. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 5 (3): 20-29.

GREEN J; QUINALHA R, organizadores. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca pela verdade.** São Carlos: Edufscar; 2014.

HENNING, C. E. **O luxo do futuro.** Idosos LGBT, teleologias heteronormativas e

futuros viáveis. Revista Latinoamericana, n. 35, agosto 2020, p. 133-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/6BV7hwY9pTWB9qdmTHcCczn/?lang=pt> Acesso em 22 jul. 2021

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Vitória, 2018. Disponível em: <https://profepit.ifes.edu.br/regulamentoprofepit/16413-regulamento2018> Acesso em 15 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Instrução Normativa IF Farroupilha nº 03, de 02 de junho de 2015**. Dispõe sobre a utilização do Nome Social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/instru%C3%A7%C3%B5es-normativas/item/1733-in-if-farroupilha-n%C2%BA-03-2015-disp%C3%B5e-sobre-a-utiliza%C3%A7%C3%A3o-do-nome-social-no-%C3%A2mbito-do-instituto-federal-farroupilha> Acesso em: 02 dez. 2022.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (2009-2013) Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar> Acesso em 31 mai. 2023.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (2014-2018) Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar> Acesso em 31 mai. 2023.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (2019-2026) Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar> Acesso em 31 mai. 2023.

Resolução CONSUP nº 14/2010. Institui o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es> Acesso em 07 jun. 2023.

Resolução CONSUP nº 023/2010. Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es> Acesso em 09 jun. 2023.

Resolução CONSUP nº 10/2013. Aprova o organograma funcional dos Câmpus do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/busca?searchword=resolu%C3%A7%C3%A3o%20consup%2010/2013&searchphrase=all> Acesso em: 05 jun. 2023.

Resolução CONSUP nº 015, de 28 de maio de 2014. Aprova o regimento da Coordenação de Ações Inclusivas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/1345-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-15-2014-regimento-da-coordena%C3%A7%C3%A3o-de-a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas> Acesso em 27 mai. 2023.

Resolução CONSUP nº 023, de 24 de maio de 2016. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP nº 015/2014 que dispõe sobre as Ações Inclusivas na Reitoria e dos campus e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/14699-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-023-2016-altera-a-reda%C3%A7%C3%A3o,-reorganiza-os-t%C3%ADtulos-e-inclui-o-n%C3%BAcleo-de-g%C3%AAnero-e-diversidade-sexual-na-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-015-2014-que-disp%C3%B5e-sobre-as-a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas-do-iffar> Acesso em: 21 jan. 2023.

Resolução CONSUP nº 060, de 31 de agosto de 2016. Aprova o regulamento de terminalidade específica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/3064-resolu%C3%A7%C3%A3o-do-consup-n%C2%BA-60-2016-regulamento-de-terminalidade-espec%C3%ADfica> Acesso em 21 jan. 2023.

Resolução CONSUP nº 079, de 13 de dezembro de 2018. Aprova a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/3064-resolu%C3%A7%C3%A3o-do-consup-n%C2%BA-60-2016-regulamento-de-terminalidade-espec%C3%ADfica> Acesso em: 21 jan. 2023.

Resolução CONSUP nº 029, de 07 de agosto de 2019. Revoga a Resolução Consup nº 73/2017. Estabelece a Política de Ações Afirmativas de Inclusão Socioeconômica, Étnico-Racial e para Pessoas com Deficiência para os Cursos Técnicos de Nível Médio, de Graduação e Pós Graduação, presenciais e a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/14703-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-029-2019-revoga-a-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-073-2017-estabelece-a-pol%C3%ADtica-de-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-de-inclus%C3%A3o->

[socioecon%C3%B4mica,-%C3%A9tnico-racial-e-para-pessoas-com-defici%C3%Aancia-para-os-cursos-do-iffar](#) Acesso em 24 jan. 2023.

Resolução Ad Referendum CONSUP nº 10, de 15 de julho de 2022. Revoga a Resolução Consup nº 015/2014. Aprova o Regulamento das Coordenações de Ações Afirmativas - CAA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es> Acesso em 24 jan. 2023.

Resolução Ad Referendum CONSUP nº 11, de 15 de julho de 2022. Aprova o Regulamento das Coordenações de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - Capne e dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - Napne do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es> Acesso em 24 jan. 2023.

Resolução Ad Referendum CONSUP nº 12, de 15 de julho de 2022. Atualiza o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - Neabi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha- IFFar. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es> Acesso em 24 jan. 2023.

Resolução CONSUP nº 042, de 23 de setembro de 2022. Homologa a Resolução Ad Referendum nº 10/2022, que aprova o Regulamento das Coordenações de Ações Afirmativas (CAA) do IFFar. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/28277-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-42-2022-homologa-a-resolu%C3%A7%C3%A3o-ad-referendum-n%C2%BA-10-2022,-que-aprova-o-regulamento-das-coordena%C3%A7%C3%B5es-de-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-cao-do-iffar> Acesso em 24 jan. 2023.

Resolução CONSUP nº 043, de 23 de setembro de 2022. Homologa a Resolução Ad Referendum nº 11/2022, que aprova o Regulamento das Coordenações e dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Capne e Napne) do IFFar. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/28276-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-43-2022-homologa-a-resolu%C3%A7%C3%A3o-ad-referendum-n%C2%BA-11-2022,-que-aprova-o-regulamento-das-coordena%C3%A7%C3%B5es-e-dos-n%C3%BAcleos-de-apoio-a-pessoas-com-necessidades-educacionais-espec%C3%ADficas-capne-e-napne-do-iffar> Acesso em 24 jan. 2023.

Resolução CONSUP nº 044, de 23 de setembro de 2022. Homologa a Resolução Ad Referendum nº 12/2022, que atualiza o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi) do IFFar. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/28275-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-44-2022-homologa-a-resolu%C3%A7%C3%A3o-ad-referendum-n%C2%BA-12-2022,-que-atualiza-o-regulamento-dos-n%C3%BAcleos-de-estudos-afrobrasileiros-e-ind%C3%ADgenas-neabi-do-iffar> Acesso em 24 jan. 2023.

JACOBINI, M. L. P. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. Campinas, SP: Editora Alínea, (2011).

JOSSO, M-C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, (2004).

JUNQUEIRA, R. D. (organizador). **Diversidade Sexual na Educação; problematizações sobre a homofobia nas escolas**. MEC, UNESCO, (2009).

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.

LIMA, M. L. C. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 2013. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. São Paulo, SP, Brasil. (2013)

LOURO, G. L., *et al.*, (2000) **O corpo educado- Pedagogias da Sexualidade**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, M.G.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. . 1986. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.

LUNA, N. **A Criminalização da “ideologia de gênero”**: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu* (50), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/FM5rbRhS5hDXSVmTXNQ73Wt/?lang=pt> Acesso em 22 jul. 2021.

MAIA, R. N; LIMA NETO, A. A. **Erotizar o currículo e (re)integrar as sexualidades na Educação Profissional e Tecnológica**. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*. [S.l], v. 1, n 22, p E13698, mar. 2022.

MATTA, T. F.; TAQUETTE, S. R.; SOUZA, L. M. B. M.; MORAES, Cláudia Leite de. **Diversidade Sexual na Escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino**

Médio do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública 2021, Volume 37, nº 11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DtFf3qtxMDdtkQnRvfSqp4D/?lang=pt> Acesso em 02 mai. 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. **Educação e Saúde em Disputa:** movimentos anti-igualitários e políticas públicas. Interface 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FbhHgkRbTxRY5BXSVXHQ4kC/?lang=pt> Acesso em 21 jul. 2021.

MONSANTO BRASIL. Aliança LGBTQA. Cartilha. (n.d.)

MOREIRA, M. A. **Metodologias de Pesquisa em Ensino.** São Paulo: Livraria da Física, (2011).

MUNIZ JR, J. S.; BARBALHO, A. A. **Entre a Diversidade e o Antagonismo:** Práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 35, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3w9jBmwRyp7yzFNBy4cSpYv/?lang=pt> Acesso em 21 jul. 2021.

NAGAMINE, R. R. V. K. **Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016).** Revista Latinoamericana. Universidade Federal da Bahia, Brasil, 2019.

NASCIMENTO, A. P. L; CRUZ, M. H. S; SANTOS, J. S. **Assistência Estudantil no contexto da EPT: as necessidades de acesso e permanência e de enfrentamento às práticas LGBTfóbicas no cotidiano escolar.** Revista Labor v X, n XX, Fortaleza (CE), Brasil, (2014).

OLIVEIRA, A. M. **O representar de monas, manos e minas: subjetividade, identidade e posição enunciativa da comunidade LGBTQIA+.** Livro Eletrônico Diversidade sexual e gênero perspectivas e debates no século XXI (Gabriela Elderti Machado, Ivanio Folmer, Alberto Barreto Goerch org). Ed1, Santa Maria (RS), Editora Arco, 2020.

OLIVEIRA, D.C., **Análise de Conteúdo Temático Categorical: Uma proposta de sistematização.** Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, T. F.. **A Educação Profissional e Tecnológica a partir das novas Diretrizes: Da precarização à privatização.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, nº 2, 2021 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

OLIVEIRA, W. G. **A historicidade do Movimento LGBTQIA+: Os Direitos Sexuais e a Discussão Sobre Cidadania**. Editora Realize, Maceió (AL), 2020.

OS PRINCÍPIOS de Yogyakarta: **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação (2009).

PAGÁN, J. B. **Función didáctica de los materiales curriculares**. Pixel Bit. Revista de Medios y Educación, v. 5, p. 29-46, 1995.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2a edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

R. Von Krafft-Ebing. **Psychopathia Sexualis**. Berlin (1886).

RIZZATI, I. M. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores**. Editora Actio: Docência em Ciências, Curitiba, 2020.

RODRIGUES, J. P. R.; HERNANDEZ, M. Carvalho. **O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 32. Brasília, p. 207-248, mai/ago 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbcpol/a/4qT6hT8Vs4yrR4B5y6365VL/?lang=pt> Acesso em 21 jul. 2021.

RONDINI, C. A.; *et al.* **Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio**. Psicologia USP, Abril 2017, Volume 28, nº 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/R5D7SvGHJRb8DqJPGWbDr9C/?lang=pt> Acesso em 13 mai. 2021.

SILVA, F. R.; NARDI, H. C. **A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual**. Physis Revista de Saúde Coletiva, n. 21, p. 251- 265, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kYKJsyJM5qdcXYpSjPkVpfw/?lang=pt> Acesso em 25 jul. 2021.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIMÕES, J. A; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, M. L. M.; GUIMARÃES, N. G. M.; BONFADA, D. **Tendência, espacialização e circunstâncias associadas às violências contra populações vulneráveis no Brasil, entre 2009 e 2017**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, p. 5751-5763, Nov 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wVJNy5CVYJYNxfmzYhmjxfg/?lang=pt> Acesso em 25 jul. 2021.

SOUZA e SILVA, A.L.E., LUCENA, L.C., PAIVA, F.J.C. União homoafetiva: da adi nº 4277 e a ADPF nº 132 aos dias atuais. **Conteúdo Jurídico** 6 maio. 2022. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/58323/unio-homoafetiva-da-adi-n-4277-e-a-adpf-n-132-aos-dias-atuais#:~:text=Em%20verdade%2C%20a%20homoafetividade%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20algum%20novo.entre%20pessoas%20do%20mesmo%20sexo%20era%20pr%C3%A1tica%20comum>. Acesso em: 05 abr. 2023.

TEIXEIRA, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. **Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista**. Educação e Pesquisa, Dez 2011, Volume 37, nº 04. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/kmTgXQvS4xy98mCJ973f4kP/?lang=pt> Acesso em 13 mai. 2022.

TEIXEIRA, F. S.; MARRETTO, C. A. R.; MENDES, A. B.; SANTOS, E. N. **Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidade**. Psicologia Ciência e Profissão 2012, Volume 32, nº 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XcdVFzPdYTkJZJMMMyQmTH7G/?lang=pt> Acesso em 13 mai. 2022.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A. (1987).

VIANNA, C. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2, 2012.

VIANNA, C. P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/?lang=pt> Acesso em 25 jul. 2021.

VIDAL, E. I.; RIBEIRO, P. R. M.. **Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência**. Fractal: Revista de Psicologia, Dez 2008, Volume 20, nº 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/KR7kdZZRFfx7G4Vv4VyfyxK/?lang=pt> Acesso em 13 mai. 2022.

Zimmerman, L., *et al.* (2015). **Resilience in community: A social ecological development model for young adult sexual minority women.** *American Journal of Community Psychology*, 55(1-2),179-190. doi: 10.1007/s10464-015-9702-6

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Nosso PE, validado pela Coordenadora de Ações Afirmativas da Reitoria, pelo Coordenador de Ações Afirmativas do Campus Alegrete e pela ex-presidente do NUGEDIS do Campus Alegrete, teve sua estrutura organizada da seguinte forma:

Material didático entregue aos estudantes, lado A.

P – Pansexual = A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica.

N – Não Binário = É um termo utilizado para identidades de gênero que não são estritamente masculinas ou femininas, estando portanto fora do binário de gênero e da cisnormatividade.

+ - Outras identidades de gênero.

NUGEDIS

Instituído pela Resolução Consup nº 023/2016.

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha – instituído pela sigla NUGEDIS, ligado a Coordenação de Ações Afirmativas (CAA), tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, e proporcionar espaços para debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual.

VOCÊ SABIA?

Que o IFAR possui a instrução normativa IN IFAR 03/2015, que dá o direito ao uso do nome social por parte dos estudantes transgêneros.

Algumas datas importantes

- 29 de janeiro: Dia Nacional da visibilidade trans;
- 31 de março: Dia internacional da visibilidade trans;
- 17 de maio: Dia Internacional do combate à Homofobia;
- Junho: Mês do orgulho LGBT;
- 29 de agosto: Dia Internacional da visibilidade lésbica;
- 23 de setembro: Dia da celebração Bissexual.



Vamos falar sobre gênero e Diversidade Sexual?



Produto Educacional de Mestrado em Educação Profissional Técnica e Tecnológica

Paulo Rogério Caldeira dos Santos, - Mestrando
ProFEPT
Orientadora Profa. Dra. Daniela Copetti Santos



“Nada no mundo é mais perigoso que a ignorância”
(Luther King, 1968)

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Material didático entregue aos estudantes, lado B.

Gênero

O gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas.

Alguns Conceitos importantes:

Cisgênero: Uma pessoa cujo sexo biológico e anatomia estão alinhados com sua identidade de gênero.

Transgênero: Esse termo é usado como oposto ao conceito de cisgeneridade. São pessoas trans aquelas que não se identificam com o sexo biológico com que nasceram.

Agênero: pessoa que tem identidade de gênero neutra ou não se identifica com nenhuma identidade de gênero.

Não-binário: essa identidade de gênero é usada quando uma pessoa acredita que sua expressão de gênero não se limita às definições binárias de "masculino" e "feminino".

Orientação sexual

Orientação sexual é a maneira como um indivíduo se relaciona afetiva e sexualmente com outras pessoas. Esse é um padrão duradouro de atração romântica ou sexual por pessoas do sexo ou gênero oposto, do mesmo sexo ou gênero, ou de ambos os sexos ou de mais de um gênero.

As orientações são comumente definidas entre "homossexualidade" (pessoa que sente atração pelo

mesmo sexo), "heterossexualidade" (pessoa que sente atração pelo sexo oposto), "bissexualidade" (pessoa que sente atração pelos dois sexos) e "assexualidade" (pessoas que não sentem atração sexual ou não têm interesse na atividade sexual).

Identidade de gênero

Identidade de gênero é a forma como uma pessoa identifica seu próprio gênero e como ela se apresenta socialmente, independente de suas características biológicas.

LGBTQIAPN+

L – Lésbica = Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas.

G – Gay = Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays.

B – Bissexual = É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de mais de um gênero.

T – Transgênero = Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São

pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

Transexual = Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero.

Travesti = Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormônios, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas.

Q - Querer = Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como queer, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade.

I – Intersexual = É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos.

A – Assexual = É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual.

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Questionário aplicado anteriormente ao bate-papo.

O que você entende sobre gênero e diversidade sexual?

A pesquisa é conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Técnica e Tecnológica (ProfEPT) do IFFar, intitulada: REPRESENTAÇÕES SOBRE A LGBTFOBIA, UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES NA EPT NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar).

Atenção!!!

Este questionário faz parte da metodologia da aplicação do Produto Educacional originado após a pesquisa acima citada, a negativa em respondê-lo NÃO implicará na participação da atividade proposta, seus dados serão protegidos e as respostas utilizadas como forma de validação do PE.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Convido você a responder de forma voluntária, este questionário. *

Marcar apenas uma oval.

É de livre e espontânea vontade que concordo em responder o questionário.

Questionário

2. 1 - Você sabe qual o conceito de Gênero? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Talvez

3. 2 - Você conhece quais são as identidades de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

04/10/2023 12:09

O que você entende sobre gênero e diversidade sexual?

4. 3 - Para você, qual seria o termo correto? *

Marcar apenas uma oval.

- Opção sexual
- Orientação sexual

5. 4 - Você conhece o significado da sigla LGBTQIAPN+? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, de todas as letras
- Sim, parcialmente
- Não sei o significado

6. 5 - Você conhece o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do IFFar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não, mas gostaria de conhecer.
- Não, e não tenho interesse

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Este anexo se refere aos slides utilizados para a etapa após aplicação do primeiro questionário.



Vamos Falar sobre Gênero e Diversidade Sexual?

Produto Educacional de Mestrado em Educação
Profissional Técnica e Tecnológica

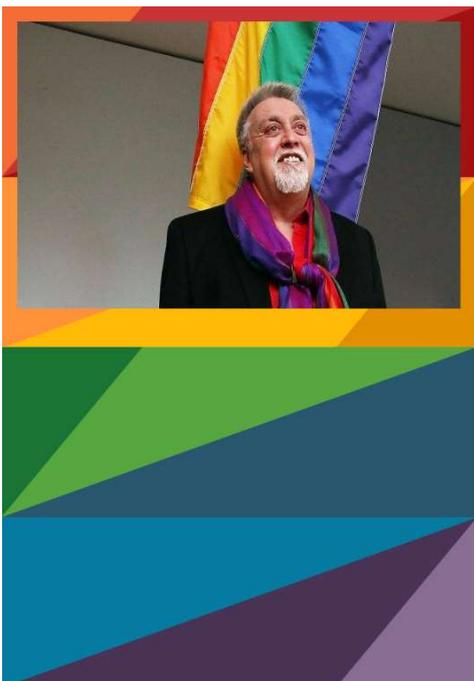
Paulo Rogério Caldeira dos Santos, - Mestrando ProfEPT
Orientadora Profª Drª Daniela Copetti Santos



Bandeira Oficial do movimento LGBTQIAPN+



“Nada no mundo é mais perigoso que a ignorância.”
(Luther King, 1968)



Desvendando as cores da bandeira!

A bandeira foi criada em 1978 por Gilbert Baker e usada pela primeira vez na Gay and Lesbian Freedom Day March.

Significado das cores

Vermelho = Vida

Laranja = Saúde

Amarelo = Sol

Verde = Natureza

Azul = Arte

Roxo = Espírito

Rosa = Sexualidade

O que é Gênero?

Podemos definir como gênero aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas.

Vamos entender um pouco mais sobre diversidade de gênero???



Vejam os alguns conceitos importantes de Gênero

Cisgênero: Pessoa cujo sexo biológico e anatomia estão alinhados com sua identidade gênero.

Transgênero: Termo oposto a cisgênero, são aquelas pessoas que não se identificam com o sexo biológico que nasceram.

Agênero: Pessoa que tem identidade de gênero neutra, ou não se identifica com nenhuma identidade de gênero.

Não Binário: Identidade de gênero usada quando uma pessoa acredita que sua expressão de gênero não está limitada às definições binária de "masculino" e "feminino".



O que é orientação sexual???

Orientação sexual é um termo que está relacionado com as diferentes formas de atração afetiva e sexual de cada um.

As diferentes orientações sexuais são conceituadas da seguinte forma:

Heterossexual ou heteroafetivo: A pessoa que sente atração pelo sexo oposto.

Homossexual ou homoafetivo: A pessoa que sente atração pelo mesmo sexo.

Bissexual ou biafetivo: A pessoa que sente atração pelos dois sexos.

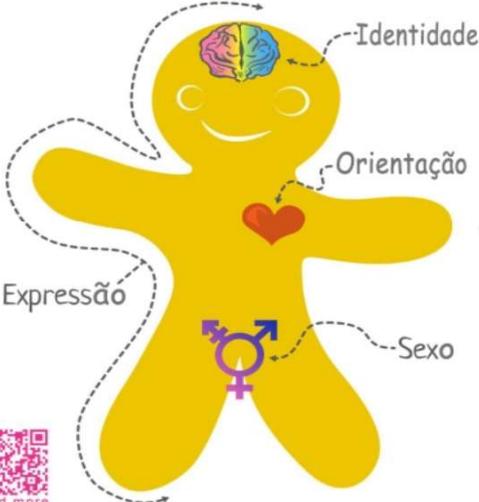
Assexuais: Pessoas que não sentem atração sexual ou não tem interesse na atividade sexual.

Pansexual: Atração afetiva ou sexual que não depende de gênero ou sexo.



O Biscoito Sexual

by www.ItsPronouncedMetrosexual.com



Identidade — **Identidade de Gênero** — Mulher — Genderqueer — Homem
A identidade de gênero é como você, na sua cabeça, se considera. É a química que te compõe (níveis hormonais) e como você interpreta o que isso significa.

Orientação — **Expressão de Gênero** — Feminina — Andrógina — Masculina
A expressão de gênero é como você demonstra seu gênero (baseada nos papéis tradicionais de cada gênero) através das formas que age, se veste, se comporta e interage.

Sexo — **Sexo Biológico** — Mulher — Intersex — Homem
Sexo biológico se refere a órgãos visíveis, hormônios e cromossomos.
Mulher = vagina, ovários, cromossomos XX; homem = pênis, testículos, cromossomos XY;
Intersex = uma combinação dos dois.

Expressão — **Orientação Sexual** — Heterossexual — Bissexual — Homossexual
Orientação sexual reflete por quem você se atrai fisicamente, espiritualmente e emocionalmente, baseado no sexo/gênero da pessoa em relação a você.




Mas afinal, o que é identidade de gênero?

A identidade de gênero é a forma como uma pessoa identifica seu próprio gênero e como ela se apresenta socialmente, independente de suas características biológicas.

Agora que vimos os conceitos importantes sobre sexualidade, vamos desvendar a sigla **LGBTQIAPN+** !!!

L - Lésbica = Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas.



G - Gay = Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo/sexual com pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays.



B - Bissexual = Pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de mais de um gênero.



Símbolo do orgulho bissexual.

T - Transgênero = Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

T - Transexual = Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Podem ser homens ou mulheres que procuram se adequar à identidade de gênero.

T - Travesti = Uma construção de gênero feminino , oposta ao sexo biológico, seguida de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ ou cirurgias plásticas, porém, isso não é regra para todas.

Q - Queer = Adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De um modo geral as pessoas que se identificam como queer, os termos lésbica, gay e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade.

I - Intersexo = Termo que descreve as pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos.



A - Assexual = Indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual.

P - Pansexual = Tipo de orientação sexual que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica.



N - Não Binário = Termo utilizado para identidades de gênero que não são estritamente masculinas ou femininas, estando portanto fora do binário de gênero e da cisnormatividade.

+ - Outras identidades de gênero.

O NUGEDIS

Instituído pela Resolução CONSUP nº 023/2016.

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, está ligado à Coordenação de Ações Afirmativas (CAA) do IFFar, e tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, e proporcionar espaços para debates, vivências e reflexões referentes à questões de gênero e diversidade sexual.



IMPORTANTE:

Você sabia que o IFFar através da Instrução Normativa nº 03/2015 instituiu o uso do nome social para os estudantes transgêneros?



Algumas importantes datas da comunidade LGBTQIAPN+

- 29 de janeiro: Dia Nacional da visibilidade trans;
- 31 de março: Dia internacional da visibilidade trans;
- 17 de maio: Dia internacional do combate à Homofobia;
- Junho: Mês do orgulho LGBTQIAPN+;
- 29 de agosto: Dia Internacional da visibilidade lésbica;
- 23 de setembro: Dia da celebração Bissexual.



Referências Bibliográficas

Cartilha da Aliança LGBTIA

Instrução Normativa IFFar nº 03/2015

Manual de Comunicação LGBTI

Resolução CONSUP IFFar nº 023/2015



**Obrigado pela
Atenção!!!**

Abaixo temos em anexo o questionário complementar, aplicado após a apresentação dos slides.

04/10/2023 12:10

O que você entende sobre gênero e diversidade sexual?

O que você entende sobre gênero e diversidade sexual?

A pesquisa é conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Técnica e Tecnológica (ProfEPT) do IFFar, intitulada: REPRESENTAÇÕES SOBRE A LGBTFOBIA, UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES NA EPT NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar).

Atenção!!!

Este questionário faz parte da complementação metodológica da aplicação do Produto Educacional originado após a pesquisa acima citada, seus dados serão protegidos e as respostas utilizadas como forma de validação do PE.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Convido você a responder de forma voluntária, este questionário. *

Marcar apenas uma oval.

É de livre e espontânea vontade que concordo em responder o questionário.

Questionário complementar de atividades.

2. 1 - Após conhecer o conceito sobre gênero, você pode afirmar que: *

Marcar apenas uma oval.

Estava de acordo com meu conhecimento.

Meu conceito estava equivocado.

Não conhecia o conceito, mas agora tenho propriedade a respeito.

Continuo com dúvidas a respeito do conceito.

04/10/2023 12:10

O que você entende sobre gênero e diversidade sexual?

3. 2 - Após conhecer as diferentes identidades de gênero, posso afirmar que: *

Marcar apenas uma oval.

- Já conhecia todos os conceitos abordados.
- Conhecia parcialmente os conceitos abordados.
- Não conhecia os conceitos, mas agora tenho propriedade.
- Continuo com dúvidas a respeito dos conceitos.

4. 3 - Após conhecer o conceito, posso afirmar que continuo achando correto o seguinte termo: *

Marcar apenas uma oval.

- Opção sexual.
- Orientação sexual.

5. 4 - A respeito da sigla LGBTQIAPN+, você pode afirmar que: *

Marcar apenas uma oval.

- Já conhecia todos os conceitos.
- Conhecia parcialmente os conceitos, agora conheço todos.
- Não conhecia os conceitos, mas agora tenho propriedade.
- Continuo em dúvida quanto aos conceitos.

6. 5 - A respeito do NUGEDIS você pode afirmar que: *

Marcar apenas uma oval.

- Já conhecia o núcleo.
- Não conhecia, e quero saber mais.
- Não conhecia, e continuo sem interesse em saber mais.
- Outro: _____

04/10/2023 12:10

O que você entende sobre gênero e diversidade sexual?

7. 6 - Quanto a didática aplicada, posso dizer que: *

Marcar apenas uma oval.

- Foi ótima, aprendi muito.
- Foi boa, mas queria aprender mais.
- Foi regular, aprendi razoavelmente.
- Foi ruim, aprendi pouco/nada.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Nas imagens abaixo veremos alguns registros da atividade realizada na segunda etapa da aplicação de nosso PE.

Imagem 01: Apresentação do tema “Vamos falar sobre gênero e diversidade sexual” aos estudantes.



Fonte: Grupo de Whatsapp do NUGEDIS - Alegrete (Foto tirada por Leila Acosta).

Imagem 02: Desenvolvimento da atividade com os estudantes.



Fonte: Grupo de Whatsapp do NUGEDIS - Alegrete (Foto tirada por Leila Acosta).

Imagem 03: Estudantes que participaram da atividade.



Fonte: Grupo de Whatsapp do NUGEDIS - Alegrete (Foto tirada por Leila Acosta).

Referências Bibliográficas

BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. **Analysis of creative products: review and synthesis**. The Journal of Creative Behavior, v. 15, n. 3, p. 158-178. 1981.

FREIRE, G. G. *et al.* **Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições**. Polyphonia, v. 28, n. 2, jul./dez. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 015, de 28 de maio de 2014**. Aprova o regimento da Coordenação de Ações Inclusivas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Resolução CONSUP nº 023, de 24 de maio de 2016. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP nº 015/2014 que dispõe sobre as Ações Inclusivas na Reitoria e dos campus e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Vitória, 2018.

MONSANTO BRASIL. **Aliança LGBTA**. Cartilha. (n.d.)

PAGÁN, J. B. **Función didáctica de los materiales curriculares**. Pixel Bit. Revista de Medios y Educación, v. 5, p. 29-46, 1995.

REIS, Toni, org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2a edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RIZZATI, I. M. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores**. Editora Actio: Docência em Ciências, Curitiba, 2020.

Link para o PE: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739357>

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto “ **Representações sobre a LGBTfobia: Uma análise das concepções na EPT, no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)**”.

Pesquisador Responsável: Paulo Rogério Caldeira dos Santos
Instituição/Departamento: IF FARROUPILHA – Campus Jaguari
Telefone para contato: (55) 992066912

O autor do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de gravação em áudio. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da pesquisa em questão.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade do autor do projeto. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFFAr, em 29/03/2022, com o número do CAAE 53417621.3.0000.5574

Jaguari,dede

.....
Paulo Rogério Caldeira dos Santos
Autor do Trabalho

**APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)
(presidentes)**

Através do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: “Representações sobre a LGBTfobia: Uma análise das concepções na EPT, no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)”, que tem por objetivo geral conhecer as representações construídas e ações executadas no IFFAR em relação as pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, querl, intersexo, assexual, pansexual e outros), desta forma, venho respeitosamente solicitar vossa autorização para participar dessa pesquisa.

Procedimentos: O estudo adota metodologia qualitativa que é uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos (tudo aquilo que é próprio do sujeito ou relativo a ele) do comportamento e de fenômenos sociais e humanos, buscando explicações para compreensão das relações humanas, nas crenças e valores, e prevê a sua participação em uma entrevista, a qual será realizada de maneira online via *google meet*, e serão gravadas com o auxílio do aplicativo OBS Studio. Será enviado um e-mail, no qual será agendado previamente o melhor dia e horário de acordo com sua disponibilidade, além do fornecimento do link no qual será realizada a entrevista. Nessa entrevista estarão presentes você, e o autor do trabalho. Essa entrevista durará aproximadamente uma (1) hora.

Toda a entrevista será gravada para que futuramente ocorra a transcrição e análise. Após a transcrição você receberá devolutiva da mesma para apreciação, sendo que você poderá dar o aval quanto às perguntas respondidas, sendo que o consentimento para a inclusão dos dados poderá ser retirado a qualquer momento. As informações coletadas ficarão sob a responsabilidade do autor desse projeto e serão armazenadas em dispositivo portátil com memória flash, acessível através de porta USB, conhecido popularmente como pendrive. Sua participação neste estudo é voluntária e anônima, portanto, a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusivamente sua. Assim, em qualquer momento do estudo você poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Caso você queira retirar o consentimento ou interromper a participação nesta pesquisa se julgar

necessário, poderá fazer sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Benefícios: Os benefícios desta pesquisa serão de forma indireta aos participantes, e será uma análise sobre as concepções e relações homoafetivas no ambiente escolar, mais particularmente na EBPTT, buscando compreender como se dá o acolhimento desta comunidade, bem como, buscar novos meios de tornar as formas de tratamento a esta comunidade mais adequadas para que estes sintam-se realmente inseridos no meio escolar e que possam expressar seus sentimentos sem o receio de serem marginalizados e também procurar uma forma de minimizar os impactos causados pelo preconceito no ambiente escolar, para que esta comunidade sintam-se inserida, que trarão ao participante a satisfação de poder colaborar para a construção de um plano de inclusão e melhor compreensão a respeito de sua orientação sexual.

Riscos: Os riscos desta pesquisa se classificam como grau mínimo aos participantes, pois a estes caberá apenas a incumbência de responder questões referentes ao NUGEDIS, não lhe oferecendo nenhum risco físico ou psicológico.

Caso você deseje que a entrevista seja interrompida e dessa forma poderá ser sugerido um outro horário para a finalização da mesma, porém, caso não deseje mais participar, isso não acarretará nenhum dano ao participante nem em caráter pessoal e nem institucional.

Quanto ao atendimento médico e psicológico, caso você sinta a necessidade de amparo emocional, será de inteira responsabilidade do pesquisador assumir a assistência integral das complicações e danos decorrentes. E caso seja necessário atendimento por profissional de saúde, o participante será encaminhado para o serviço de saúde pública mais próximo ou de sua preferência.

Danos e despesas: Você não terá despesa alguma e nem compensação financeira durante a participação na pesquisa, exceto o direito a indenização em caso de dano, ou ressarcimento em caso de despesas. Os gastos necessários para a participação na pesquisa serão assumidos pelo autor da pesquisa.

Você não será remunerado pela participação na pesquisa, porém, terá o direito ao ressarcimento no caso de despesas decorrentes de sua participação, garantindo-lhes também o direito de indenização em caso de eventual dano.

Sigilo: Serão tomados todos os cuidados para que seja preservada a sua identidade, bem como, para que sejam garantidas o sigilo e confiabilidade das informações, não acarretando nenhum tipo de prejuízo aos mesmos em decorrência da participação no estudo. Durante a transcrição de seus dados você receberá um código de identificação, que será de conhecimento apenas de seu conhecimento e do pesquisador.

As gravações dos áudios coletados ficarão armazenadas sob a responsabilidade do autor desse projeto e serão armazenadas em dispositivo portátil com memória flash, acessível através de porta USB, conhecido popularmente como pendrive. Todas as informações serão armazenadas em local seguro, pelo prazo de 5 anos após a publicação dos resultados, sendo que poderão ser divulgadas apenas de forma anônima.

O projeto deverá ser implementado somente após a aprovação pelo Comitê de Ética do IFFAR, garantindo assim, as exigências éticas.

Diante do exposto, e da espontânea vontade, você concorda em participar dessa pesquisa? () Sim () Não

Informações adicionais podem ser obtidas com o autor da pesquisa ou com sua orientadora conforme dados a seguir:

Pesquisadora Responsável: Paulo Rogério Caldeira dos Santos

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 1158, São Francisco de Assis-RS

Telefone para Contato: (55) 99206-6912

E-mail: paulo.santos@iffarroupilha.edu.br

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Copetti Santos

Endereço: Rua Venâncio Aires, 1284, Cruz Alta - RS

Telefone para Contato: (51) 98474-7361

E-mail: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

Este documento será apresentado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito da pesquisa.

APÊNDICE D - CARTA DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Caro (a) Colega,

Encontro-me a realizar uma pesquisa, na qualidade de Mestrando do PROFEPT do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari, cujo tema é: **Representações sobre a LGBTfobia: Uma análise das concepções na EPT, no Instituto Federal Farroupilha (IFFar).**

Um dos objetivos principais deste estudo é conhecer as representações construídas e ações executadas no IFFAR em relação às pessoas LGBTQIA+.

Para dar seguimento nesta pesquisa e atingir os objetivos acima enunciado necessito de sua preciosa colaboração para validação das questões que nortearão a entrevista com os colaboradores, bem como, sugestões de mudanças nas mesmas, que se encontram em anexo à presente carta.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e o aval de vossa senhoria no prazo de 15 dias.

Com os melhores cumprimentos,

Paulo Rogério Caldeira dos Santos
Mestrando do Profept
Responsável pela pesquisa.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Propostas de questionário (presidentes)

- 1- Qual é a finalidade do Nugedis?
- 2- Quais as ações de ensino, pesquisa e extensão que costumam ser realizadas para abordar o tema diversidade com a comunidade acadêmica?
- 3 - Essas ações costumam ser contínuas ou ganham apenas foco no mês do orgulho LGBTQIAPN+?
- 4 - Já houve relatos de casos de discriminação por gênero neste campus?
- 5 - Existe algum protocolo ou treinamento para lidar com situações de discriminação?
- 6 - Como se dá o acolhimento dos LGBTQIA+ no campus?
- 7 - Você tem conhecimento de quais são os direitos adquiridos pela comunidade LGBTQIA+ referentes à educação?